



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA



SUZANA CARVALHO LIMA

**TERRITÓRIO E IDENTIDADE: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de
Tonantins/Tonantins (AM)**

CATALÃO (GO)

2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Suzana Carvalho Lima

Título do trabalho:

TERRITÓRIO E IDENTIDADE: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM)

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Suzana Carvalho Lima
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 16 / 06 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

SUZANA CARVALHO LIMA

**TERRITÓRIO E IDENTIDADE: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de
Tonantins/Tonantins (AM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

CATALÃO (GO)

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Lima , Suzana Carvalho

TERRITÓRIO E IDENTIDADE: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM) [manuscrito] / Suzana Carvalho Lima , Marcelo Rodrigues Mendonça. - 2017.
CLXXXVII, 187 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2017.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Tonantins (AM). 2. Território Indígena Kaixana. 3. Políticas Públicas. I. Rodrigues Mendonça, Marcelo. II. Rodrigues Mendonça, Marcelo, orient. III. Título.

CDU 911



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE
SUZANA CARVALHO LIMA

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete (05/06/2017), às 14h (quatorze horas), no Laboratório de Cartografia – Bloco B, sala 01, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 129ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Suzana Carvalho Lima**, CPF nº 962.864.232-49, matrícula nº 20150247, título “**TERRITÓRIO E IDENTIDADE: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins, Tonantins (AM)**”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 014/2017 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (UFG - Orientador) CPF nº 402.720.871-49, Dr. Eguimar Felício Chaveiro (UFG - Membro Externo) CPF nº 302.766.241-49, Dr. Gilmar Alves De Avelar (UFG – Membro Externo) CPF nº 329.824.701-44. Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo a mestranda respondido satisfatoriamente. Às 15 horas e 45 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo a mestranda obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – Ass. Marcelo Mendonça

Aprovado () Reprovado ()

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – Ass. Eguimar Chaveiro

Aprovado () Reprovado ()

Prof. Dr. Gilmar Alves De Avelar - Ass. Gilmar Alves de Avelar

Aprovado () Reprovado ()

Obs.:

a pesquisa apresentada possui as condições necessárias para a realização de doutoramento.

Presidente da Banca – Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - Ass. Marcelo Mendonça

Resultado final: APROVADA () REPROVADA ()

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestranda examinada e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura da Mestranda: Suzana Carvalho Lima

Secretária do PPGGC-RC/UFG Priscila Querino de Lima

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFG.

Aos meus filhos, esposo e meus pais, pelo amor, dedicação e respeito.

Ao meu companheiro Robinho que com amor, carinho e os cuidados, mesmo a distância, foram a força para a continuidade da caminhada. Aos meus filhos, Huandrey e Richard, que pacientemente esperaram por um carinho e atenção sempre adiada pela distância. À Suzanny e ao Pedro, “minha/eu” amiga/o e guerreira/o, que entre medos e orações preocuparam-se e torceram para que ocorresse a realização desse sonho. A Dourado (in memoriam), meu anjo que acreditou e me incentivou a iniciar essa caminhada, seus ensinamentos é a herança que carregarei por toda a vida.

Aos meus irmãos Clinger, Cleiton, Cleison, Suziane, Francisco, Paulinho, Samara e Luís pelas orações, carinho e apoio sempre que precisei.

Aos indígenas Kaixana, cuja luta almeja a valorização de sua cultura e efetivamente o uso de sua identidade em prol do coletivo.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil chegar ao final dessa caminhada, por isso faz-se necessário redigir com muito apreço os agradecimentos aos que contribuíram para a realização deste sonho. Como sem ele nada seria possível, quero agradecer em primeiro lugar a Deus pela oportunidade de ingressar no Curso de Mestrado com saúde e êxito.

E, em seguida, agradecer ao meu esposo Robson Barbosa Martins, que desde o início das conversas sobre a possibilidade de ir a Goiás sempre me apoiou e incentivou para que pudesse realizar esse sonho. Sem seu apoio seria bem mais difícil, por que não dizer impossível. Também agradeço aos que fazem parte de mim, meus tesouros Huandrey Lima Martins e Richard Lima Martins, que compreenderam minha ausência e compartilharam de momentos de risos e choros por telefone. Sempre que batia aquela saudade e tristeza se ouvia já vai passar mãe.

Aos meus pais Suzanny Alborado Carvalho e Pedro Ataíde de Lima que com suas sábias palavras sempre me deram força e acreditaram na realização dessa jornada. A cada despedida era uma dor que se carregava durante quilômetros de distância. E a lembrança do abraço de pai e mãe era levada na mala. Aos professores Dr. Eguimar Felício Chaveiro e Dr. Gilmar Alves de Avelar, que gentilmente, aceitaram compor as bancas de avaliação desse trabalho, tanto na qualificação quanto na defesa final e deram valiosas contribuições. Ao amigo Francisco Custódio, pela ajuda sempre que precisei, sua força foi muito importante.

Aos amigos de Catalão, Rosa e Willer, pela acolhida em sua casa, aprendi a amá-los de maneira singela e prazerosa. Rosa (mãemiga), sem sua ajuda seria difícil a caminhada. Agrego a essa família maravilhosa, a sempre meiga dona Maria, Rosaina e Elmir que em tardes maravilhosas aos domingos me fizeram esquecer que estava tão longe de casa. Vocês permitiram que minha estadia em Catalão fosse mais agradável. Aos amigos do mestrado, o Belarmino Neto, Raphael, Taison, Amanda, Túlio, Thiago, Laudiceia, Paulo César, Edson, Mayara, Jackeline, Fábio, Iris e Régina, amigos que a geografia me presenteou e que jamais esquecerei.

Os parentes Kaixana pelo acolhimento em suas casas e pelas belas histórias, as quais foram de suma importância para o desenvolvimento dessa pesquisa. Tenho um imenso prazer em poder falar do povo que faz parte da minha história e vivenciar momentos de alegria, de reunião e de partilha. Ao orientador, Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, pela orientação e paciência em relação aos aportes teóricos e metodológicos. Tens meu respeito e admiração. Ao amigo Marcelo Nascimento, pela importante ajuda com os trâmites finais de entrega da Dissertação.

Ao Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais–GETeM/CNPq, pelo acolhimento e debates teóricos. Ao Grupo de Trabalho, Território e Políticas Públicas-TRAPPU, pelas discussões e amadurecimento teórico. Aos amigos/irmãos que eu fiz, Crispim que sempre me auxiliou nas horas precisas, Janãine, Natália, Pedro, Thiago e Ricardo pelos diálogos e debates no grupo de pesquisa TRAPPU. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade

Federal de Goiás-Regional Catalão, principalmente à Priscila, sempre disposta a ajudar e a resolver as “urgentes”. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão de bolsa pelo período de 22 meses.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão, por socializarem o conhecimento e compartilharem momentos de aprendizagem que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. Aos professores Gilmar Alves Avelar e Eguimar Felício Chaveiro que compuseram a Banca do Exame de Qualificação, pela leitura crítica e pelas valiosas contribuições dadas para a pesquisa.

Ao Cacique Daniel Alvares que permitiu as entrevistas e por autorizar nossa participação. Sem sua ajuda seria bem mais difícil. Às lideranças que não mediram esforços para sanar algumas dúvidas sobre o espaço pesquisado.

À equipe da Secretaria do Polo Base da Saúde Indígena de Tonantins (AM), em especial, a enfermeira Alcimara e o enfermeiro Silvonei, que sempre me receberam com alegria e entusiasmo. As visitas nas comunidades Kaixana me proporcionaram novos horizontes na luta pelo reconhecimento da identidade Kaixana. Grata também ao professor Pedro Henrique Rapozo pelos primeiros passos dessa pesquisa que me levaram a voos mais distantes.

Aos meus ex-professores e hoje, amigos Ana Maria Azevedo, Jesuína Azevedo, Dicksoni Martins, Lucimar Custódio, Silvio Nascimento, Darlene Alves, Rizioneide Castelo e Regiane Calmont pelas contribuições à minha formação acadêmica.

Para finalizar, meu reconhecimento e profundo agradecimento aos Kaixana, por terem disponibilizado seu tempo para contar suas histórias de vida, seus saberes, suas crenças e suas angústias, permitindo-nos conhecer e descrever os gargalos enfrentados pelos indígenas Kaixana na luta pela terra e pelo reconhecimento étnico identitário.

A todos, MEU MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão e possui como premissa compreender a articulação entre o espaço usado (território) e a construção da identidade pelos indígenas Kaixana em Tonantins, município localizado na microrregião do Alto Solimões, no interior do Amazonas. O estudo realizado apresenta a relação do território com a construção da identidade Kaixana por meio do acesso às políticas públicas ao morador “indígena” da Comunidade São Francisco de Tonantins. O interesse pela temática surge a partir das observações e indagações sobre a autoidentificação do grupo Kaixana e o processo de demarcação territorial, ocasionando disputas pelo domínio e apropriação da área pelos indígenas e não indígenas. A pesquisa foi desenvolvida através de metodologias qualitativas e quantitativas. Partimos do pressuposto de que a maioria da Comunidade é composta por indígenas, porém, muitos não aceitam a referida identidade e, inclusive, questionam quando são identificados como tais, negando com veemência a condição de ser indígena. Entretanto, após a chegada de políticas públicas para os territórios indígenas, muitos começaram a aceitar a nomenclatura para terem acesso às mesmas. Ao longo dos resultados, procura-se estabelecer uma abordagem acerca da situação dos indígenas, demonstrando que a construção da identidade étnica materializada socialmente no território comunitário possibilita o acesso às políticas públicas por meio da autoidentificação do grupo, elemento que se constitui a partir da perspectiva das políticas sociais e políticas indigenistas. Nesse sentido, esta Dissertação tem o objetivo de: Compreender a produção identitária na construção do território dos indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins. O uso do território na dinâmica da afirmação da identidade étnica como elemento territorial para o acesso às políticas públicas. A pesquisa está estruturada em duas fases: bibliográfica, para identificar os autores que abordam a temática no intuito de construir um arcabouço teórico para subsidiar a leitura e a interpretação do fenômeno em análise; e pesquisa em fontes secundárias, tais como: Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Organização dos Indígenas Kaixana de Tonantins (OPIKT); e outros. Parcela dos indígenas da etnia em estudo procura por meio da autoidentificação o acesso às políticas sociais na Comunidade São Francisco e busca por meio da identidade o acesso aos direitos indígenas no território em que estão inseridos, apresentando suas práticas socioculturais por meio de suas manifestações e experiências. Por fim, questionamos se o movimento na busca para o acesso às políticas públicas permite resgatar e construir uma identidade indígena? Acreditamos que sim. Esse é um dos desafios dessa pesquisa.

Palavras Chave: Tonantins (AM). Território Indígena Kaixana. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This academic research was developed in the Postgraduate Program in Geography of the Federal University of Goiás - Regional Catalão and its premise is to understand the articulation among the used space (territory) and the construction of identity by the Kaixana natives in Tonantins, a city located in the mesoregion of the Southwest Amazonian. The study performed presents the relationship of the territory with the construction of the Kaixana identity through access to the public policies to the "indigenous inhabitant" of the São Francisco de Tonantins Community. The interest in the subject arises from the observations and inquiries about the self-identification of the Kaixana group and the process of territorial demarcation, causing disputes over the domination and appropriation of the area by the indigenous and non-indigenous peoples. The research was developed through qualitative and quantitative methodologies. It's been assumed that the majority of the community is composed of indigenous people, although many do not accept this identity and even question when they are identified as such, strongly denying the status of being indigenous. Meanwhile, after the arrival of public policies for the indigenous territories, many began to accept the nomenclature in order to have access to them. In this sense, this Dissertation aims to: Understand the identity production in the construction of the Kaixana indigenous territory in the São Francisco de Tonantins Community. Throughout the results, an attempt is made to establish an approach on the situation of indigenous people, demonstrating that the construction of socially materialized ethnic identity in the community territory allows access to public policies through self-identification of the group, an element that is constituted from the perspective of social and political policies. In this sense, this dissertation aims to analyze the use of territory in the dynamics of the affirmation of ethnic identity as a territorial element for access to public policies. The research is structured in two phases: bibliographical, to identify the authors that approach the theme in order to build a theoretical framework to subsidize the reading and interpretation of the phenomenon under analysis; and a research in secondary sources, such as: National Indian Foundation (FUNAI); Kaixana de Tonantins Indigenous Organization (OPIKT); and others. The indigenous population of this study seeks to access social policies in the São Francisco Community by means of self-identification and seeks through their self-identification, access to indigenous rights in the territory in which they are inserted, presenting their socio-cultural practices through their manifestations and experiences. Ultimately, have we questioned the movement seeking for access to the public policies to rescue and build an indigenous identity? We believe so. This is one of the challenges of this research.

Keywords: Tonantins (AM). Kaixana Indigenous Territory. Public Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Valores de passagens fluviais percorrida pela pesquisadora.....	30
Quadro 02	Lista de embarcações da rede de transporte fluvial Manaus- Tabatinga-Manaus com parada em Tonantins (AM).....	31
Quadro 03	Fontes teóricas que abordam o município de Tonantins.....	44
Quadro 04	Instituições parceiras no Plano Manejo de Lagos em Tonantins (AM).....	48
Quadro 05	Desenvolvimento socioeconômico da Comunidade São Francisco.....	52
Quadro 06	Fontes teóricas que abordam a temática pesquisada	61
Quadro 07	Povoamento dos Kaixana por Comunidade.....	126
Quadro 08	Situação geral das Terras Indígenas no Brasil.....	132
Quadro 09	Palavras na língua Kaixana com tradução para a língua portuguesa.....	139
Quadro 10	Palavras na língua Kaixana com tradução para a língua portuguesa.....	139
Quadro 11	Os nomes dos meses em língua Kaixana com tradução para a língua portuguesa.....	140
Quadro 12	Algumas palavras na língua Kaixana com tradução para a língua portuguesa.....	140
Quadro 13	Composição familiar.....	143
Quadro 14	Renda mensal em salário mínimo (R\$937,00), no ano 2017	144
Quadro 15	Condições de moradia.....	145
Quadro 16	Acesso à energia elétrica e água encanada na Comunidade.....	145
Quadro 17	Nível de escolaridade dos entrevistados na Comunidade	146
Quadro 18	Produção agrícola.....	150
Quadro 19	Produção frutífera.....	150
Quadro 20	Tipo de produto.....	152

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Índice de Desenvolvimento Humano em Tonantins (AM).....	36
Tabela 02	Longevidade, mortalidade e fecundidade em Tonantins (AM).....	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Evolução populacional de Tonantins (AM), de 1992 à 2008.....	35
Figura 02	População total, Rural e Urbana de Tonantins (AM).....	36
Figura 03	Localização da cidade de Tonantins (AM).....	38
Figura 04	Prédio da Igreja Sagrado Coração de Jesus.....	39
Figura 05	Prédio da Igreja Sagrado Coração de Jesus.....	39
Figura 06	Prédio da Igreja Sagrado Coração de Jesus às margem do Rio Solimões.....	41
Figura 07	Prédio da Igreja São Pedro Apóstolo em 2017.....	42
Figura 08	Hidrografia do município de Tonantins.....	45
Figura 09	Prédio da Igreja São Pedro Apóstolo em 1970	45
Figura 10	Censo Demográfico da População Indígena no Brasil.....	68
Figura 11	Distribuição total, rural e urbana da população indígena no Brasil.....	104
Figura 12	Distribuição espacial da população indígena	105
Figura 13	Vista aérea da Comunidade São Francisco de Tonantins	106
Figura 14	Posto de saúde em 1980.....	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Autoidentificação dos Kaixana.....	117
Gráfico 02	Tempo de moradia na Comunidade.....	118
Gráfico 03	Religiosidade dos entrevistados.....	119
Gráfico 04	Entrevistados que não sabem do processo de demarcação da Comunidade.....	136
Gráfico 05	Atividades laborais exercidas na Comunidade	148
Gráfico 06	Horas trabalhadas pelos entrevistados.....	149

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Mapa de localização do trajeto Manaus-Tonantins.....	28
Mapa 02	Mapa Tonantins na Microrregião do Alto Solimões.....	32
Mapa 03	Localização da Comunidade São Francisco de Tonantins.....	67
Mapa 04	Mapa do relevo de Tonantins.....	115
Mapa 05	Mapa da Comunidade São Francisco e Centro Urbano de Tonantins (AM).....	116

LISTA DE FOTOS

Foto 01	Paisagem onde vivem os Kaixana.....	17
Foto 02	Embarcação de pequeno porte.....	24
Foto 03	Canoa utilizada para transportar trabalhadores rurais.....	24
Foto 04	Chegada do barco de grande porte em Tonantins (AM).....	25
Foto 05	Prédio da Igreja São Pedro Apóstolo.....	39
Foto 06	Acordo de Pesca dos comunitários.....	47
Foto 07	Comunitários carregando o pirarucu do barco até o caminhão.....	52
Foto 08	Comunitários na atividade de pesca do pirarucu no lago manejado.....	53
Foto 09	Concurso das candidatas a rainha com trajes feitos com a escama do pirarucu.....	54
Foto 10	Prédio da Igreja São Francisco de Assis.....	66
Foto 11	Prédio da Igreja Batista Regular Esperança.....	67
Foto 12	Prédio da Igreja 1ª Congregação Batista da Regular da Fé.....	67
Foto 13	Prédio da Igreja Cruzada.....	67
Foto 14	Prédio da Igreja Assembleia de Deus.....	67
Foto 15	Prédio da Escola M. São Francisco de Assis.....	68
Foto 16	Comunitários em procissão terrestre da Santíssima Trindade.....	119
Foto 17	Procissão fluvial da Santíssima Trindade.....	119
Foto 18	Distribuição do almoço da Santíssima Trindade.....	120
Foto 19	Hora do almoço dos foliões.....	120
Foto 20	Dança do café.....	122
Foto 21	Dança do café.....	122
Foto 22	Comunitário na casa de farinha produzindo a farinha de mandioca.....	125
Foto 23	Comunitário na casa de farinha produzindo o beiju.....	125
Foto 24	Unidade Básica de Saúde de São Francisco 2017.....	144
Foto 25	Atividade de higiene no período de falta d'água encanada na Comunidade.....	146
Foto 26	Kaixana produzindo o caniço e o chapéu de palha.....	152
Foto 27	Kaixana realizando a limpeza nas ruas em São Francisco.....	153
Foto 28	Kaixana realizando a limpeza nas ruas em São Francisco.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS - Agentes Comunitários de Saúde
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CONEP - Comissão Nacional de Ética em pesquisa
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Goiás
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNPCT - Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
NEPECAB - Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia
OPIKT - Organização dos Indígenas Kaixana em Tonantins
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
NCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PRODERAM - Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde
PROVÁRZEA - Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI - Terra Indígena
UFAM- Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I - O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: formação espacial da Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM)	
1.1 No território dos Kaixana: a área da pesquisa.....	23
1.2 O “CAMINHO” DAS ÁGUAS: o significado do rio para a população de Tonantins.....	43
1.2.1 As estratégias de convívio com a natureza: o Plano Manejo de Lagos	44
1.3 Caracterização e localização da Comunidade São Francisco de Tonantins/AM.....	55
1.3.1 A metodologia da pesquisa.....	55
1.3.2 As fases da pesquisa	58
1.3.2.1 As pesquisas teóricas e documentais	58
1.3.3 Pesquisa de campo: o enlace da teoria e prática.....	60
1.4. Comunidade São Francisco de Tonantins, Tonantins (AM)	64
CAPÍTULO II - TERRITÓRIO E IDENTIDADE: notas e reflexões teóricas	
2.1 Território e Identidade: notas e reflexões teóricas	72
2.2 Espaço e território como categorias de análise.....	72
2.3 Identidade: compreensão de análise da pesquisa	76
2.3.1 Identidade Territorial	79
2.3.2 Identidade Étnica.....	82
2.4 Povos e Comunidades Tradicionais	88
2.5 Políticas Públicas: fundamentação teórica.....	93
2.5.1 Considerações sobre Políticas Públicas	94
2.5.2 O Estado	96
2.5.3 Políticas Sociais	98
2.5.4 Políticas Indigenistas.....	100
CAPÍTULO III - ASPECTOS MATERIAIS E IMATERIAIS: COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE TONANTINS (AM)	
3.1 A Comunidade São Francisco: elementos subjetivos e objetivos	108
3.1.2 O indígena Kaixana e o processo de demarcação do território	109
3.1.2.1 Quem são os Kaixana?.....	124
3.1.2.2 A lenda do surgimento do povo Kaixana.....	128
3.1.3 O processo de demarcação de terras indígenas no Brasil	129
3.2 A língua Kaixana.....	135
3.3 Condições Sociais dos Kaixana: renda, saúde, educação e saneamento básico	140
3.4 Atividades laborais exercidas na Comunidade São Francisco de Tonantins (AM)	145

CONSIDERAÇÕES	152
REFERÊNCIAS	155
ANEXOS	161



Foto 01 - Paisagem da residência dos Kaixana.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2017).

1 INTRODUÇÃO

A questão indígena é entendida como um segmento da miscigenação, ao mesmo tempo é a história dos ancestrais, os quais possuíram uma identidade territorial formada em uma base material/objetiva e uma base imaterial/subjetiva que foram constituídas por meio de suas relações com o território, por meio das crenças, valores, tradições e costumes no processo de constante movimento¹.

A necessidade do estudo assenta-se no fato de que as questões indígenas no Brasil são diversas, de acordo com as diferenciações de cada região, o que se faz importante na análise e no estudo em áreas específicas para a compreensão da organização e reprodução dos sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, pretende-se compreender as principais discussões sobre identidade, território e políticas públicas, destacando o comportamento sociocultural e organizacional da Comunidade São Francisco de Tonantins (AM). Dessa forma, espera-se contribuir com estudos e pesquisas, no intuito de possibilitar o avanço do conhecimento sobre a identidade Kaixana e também suas possibilidades de desenvolvimento tanto social quanto econômico.

O interesse pela temática surgiu a partir das pesquisas e discussões realizadas no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (NCSA-UEA-Núcleo Tabatinga-AM), ainda no período de graduação em Geografia, partindo das observações feitas nas Comunidades Indígenas, quando realizávamos oficinas sobre desmatamento e disputa por territórios no Alto Solimões.

A escolha da Comunidade São Francisco se deu, principalmente, pela territorialização dos indígenas Kaixana, pela reprodução das famílias, pelo acesso às políticas públicas e pela observação nas relações entre indígenas e não indígenas. Salienta-se que a Comunidade São Francisco faz parte de minha trajetória de vida, como sujeito atuante e participante da realidade local (nasci em 1988 e sempre morei na Comunidade), uma vez que possuo um laço de pertencimento, pois foi na Comunidade que constituí minha identidade. “Sou Kaixana”, não tenho o registro indígena “Rani”, mas tenho herança sanguínea dos Kaixana.

Em 2012, houve uma reunião comunitária que tinha como pauta o estudo antropológico e a análise da demarcação da Comunidade como área indígena. Nessa reunião participaram: indígenas, não indígenas e um vereador da Comunidade, sendo a maioria

¹ Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Bolsa FAPEAM- RH-INTERIORIZAÇÃO– Fluxo Contínuo. Edital 003/2015.

composta pelos “não indígenas”, que decidiram não aceitar a demarcação. Após esta reunião muitas famílias retiraram seus nomes do cadastro, alegando que se fosse demarcada a Comunidade perderiam suas terras.

No entanto, digo sou *Kaixana*, pois minha avó paterna era indígena, ou seja, minhas raízes são *Kaixana* e não temos como nos negar, oprimir ou envergonhar de nossa identidade, pois o que mais causa a rejeição da identidade indígena é o preconceito que perpassa as gerações.

Atualmente, o povo *Kaixana* vive em comunidades ribeirinhas e até mesmo no centro da cidade de Tonantins. No entanto, são poucas as pessoas que lembram as atividades exercidas por este povo, muitos desconhecem ou poucos sabem sobre seus ancestrais, como viviam, caçavam, pescavam e realizavam seus rituais. Vale ressaltar a dificuldade em encontrar referências sobre este grupo, poucos ou até raros autores abordam sobre esta etnia, tornando-se mais difícil a pesquisa sobre esses sujeitos.

Contudo, o processo de luta pelo território e identidade étnica dos *Kaixana* fez com que esse povo não fosse esquecido, pois suas ações são as formas de clamar por uma vida justa no seio da Amazônia. Com isso, pretende-se incentivar as atuais e futuras gerações a conhecerem sobre a história do povo *Kaixana* que contribuiu para a formação da população tonantinense por meio da historicidade, uma vez que esta articula o passado com o presente, fazendo com que sejam lembrados seus antigos integrantes e suas culturas.

A proposta metodológica da Dissertação sustenta-se em autores que abordam as políticas indigenistas com ênfase na identidade e seus desdobramentos nos territórios indígenas, com o intuito de alcançar os seguintes objetivos: a) compreender a produção identitária na construção do território dos indígenas *Kaixana* na Comunidade São Francisco de Tonantins; b) conhecer o processo da construção histórica e geográfica dos indígenas *Kaixana*, destacando o comportamento sociocultural, econômico e organizacional da Comunidade São Francisco de Tonantins; c) verificar e discutir o processo de demarcação territorial da Comunidade São Francisco através do Decreto nº1775, de 08 de Janeiro de 1996; d) compreender a identidade indígena como condição para o acesso às políticas públicas (educação, saúde e assistência social) e sua articulação na construção histórica e identitária dos indígenas *Kaixana*; e) especificar as condições e atividades laborais exercidas pelos indígenas e não indígenas na Comunidade São Francisco de Tonantins.

Nessa perspectiva, a hipótese que sustenta a presente investigação é que as políticas públicas implantadas pelo Estado para garantir a segurança dos indígenas e seus direitos acabam fomentando a discussão sobre a identidade *Kaixana*, a demarcação de Terras

Indígenas (TI) e as disputas territoriais por indígenas e não indígenas que são frequentes, colocando em risco a manutenção dos modos de vida das populações tradicionais localizadas no interior do Amazonas. Dessa forma, destaca-se a necessidade de conhecer a dinâmica da aplicabilidade das políticas indigenistas, suas estratégias e contradições, como medida para repensar o modelo de desenvolvimento adotado para os povos indígenas, pautando-se na produção de estratégias de modo a correlacionar o contexto brasileiro com a realidade do noroeste amazônico, cada vez mais centrado no desmatamento e na exploração de aves silvestres.

Buscou-se entrelaçar a teoria aos resultados obtidos durante a imersão no universo pesquisado, de modo a trazer à tona a voz daqueles que, historicamente, foram silenciados e oprimidos pelos discursos hegemônicos e invisibilizados pela imagem de atrasados muitas vezes imposta pela mídia.

A Dissertação está dividida em três capítulos, além das considerações. Como primeira discussão tem-se o Capítulo I: **Percursos metodológico da pesquisa: formação espacial da Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM)**. Nessa Seção foram abordadas questões concernentes à construção da pesquisa, de maneira a entrelaçar a teoria aos sujeitos pesquisados – as motivações que influenciaram a pesquisadora na escolha do tema, a escolha e a caracterização dos sujeitos, o recorte espaço-temporal, o método utilizado para interpretar o fenômeno em questão, as categorias geográficas utilizadas, além da reflexão sobre a importância do posicionamento político-ideológico que figura como *plano de fundo* para se compreender os desdobramentos da questão indígena e seus pressupostos.

No Capítulo II, intitulado **Território e identidade: notas e reflexões teóricas** buscou-se proceder a um resgate sobre a trajetória das políticas públicas voltadas para a questão indígena, de modo a comprovar como tais ações desempenhadas pelo Estado foram (e ainda são) determinantes para a territorialização e apropriação do território pertencente aos povos indígenas. Evidenciou-se como essas políticas públicas fazem parte de um projeto maior, cujo intuito é o reordenamento do território para atender às demandas do grande capital “*no desenvolvimento da Amazônia*”. Para tanto, foram abarcadas as considerações sobre identidade, estado, Povos e Comunidades Tradicionais, políticas sociais, políticas indigenistas e a lei governamental voltada para a contradição dos direitos indígenas, a PEC 215.

O foco principal deste capítulo é conceitual, centrando-se em concepções teóricas e nos conceitos referentes ao uso do território a partir da realidade pesquisada. Foi realizado um esboço da descrição feita por alguns teóricos sobre o processo das diferentes formas de

interpretação pelas quais o sujeito e a identidade são conceitualizados no pensamento geográfico.

No Capítulo III, **Aspectos materiais e imateriais da Comunidade São Francisco de Tonantins**, foram tratadas questões relacionadas ao processo histórico e geográfico dos indígenas Kaixana, destacando-se o comportamento sociocultural, econômico e organizacional da Comunidade São Francisco de Tonantins, e discutindo-se a territorialização dos indígenas. Por conseguinte, procurou-se interpretar a questão da autoidentificação étnica quanto ao processo de demarcação e os conflitos sociais. Ademais, foram evidenciadas as estratégias utilizadas pelos Kaixana para viabilizarem o acesso às políticas sociais, colocando em destaque as simbologias, o *eu no meu chão de terra*.

Propôs-se, também, compreender as principais atividades laborais e as condições como estas são desenvolvidas pelos moradores da Comunidade, tanto indígenas quanto não indígenas. Considerando estes aspectos, analisou-se a condição política e identitária do grupo étnico Kaixana na Comunidade, especificamente sobre a construção historiográfica do território que o indígena Kaixana territorializa, enfatizando religiosidade, tradição, valores e costumes.

Nas Considerações Finais, territórios indígenas e a luta pelo reconhecimento: pensando a reconstrução dos espaços de vida, de esperança e dignidade, defendeu-se a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento adotado para o Amazonas, de modo a apontar o uso do território indígena para agricultura familiar, uso comum da terra. Os indígenas são sujeitos no contexto da luta por reconhecimento dos *oprimidos* ditos como *atrasados*. Dessa forma, múltiplas *(Re)Existências* são vislumbradas como componentes fundamentais para a construção dos espaços de esperança, concebidos nessa pesquisa como *território Kaixana*.

CAPÍTULO I
O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: formação espacial da
Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM)

[...] a realidade do índio esparrama-se para fora do pequeno espaço em que o índio procura viver a sua vida. O espaço do índio está hoje nas complexas relações do Estado, da Igreja, dos Partidos, das Instituições que lutam pela construção de uma sociedade civil livre e democrática. [...] Na verdade, à medida em que a propriedade invade os territórios indígenas, o índio invade a sociedade que quer dominá-lo.

José de Souza Martins (1982)

1.1 No território dos Kaixana: a área da pesquisa

Este capítulo trata das questões metodológicas da pesquisa, buscando situar a discussão sobre identidade e território no contexto da ciência geográfica. São apresentados os marcos teórico-conceituais, bem como os parâmetros norteadores para a escolha do tema, do recorte espaço-temporal e dos sujeitos da pesquisa, buscando categorizá-los a partir de suas especificidades. Ademais, são explicitadas as técnicas utilizadas e como contribuíram para o levantamento das informações necessárias para sustentar as reflexões a partir do entrelaçamento entre a teoria e a empiria, numa opção deliberadamente política, com o intuito de apresentar as informações referentes à área de pesquisa.

A contribuição das teorias proporcionou subsídios, permitindo o primeiro contato com as leituras bibliográficas e documentos sobre a localidade, haja vista que, por ter nascido e vivido na Comunidade, os elementos empíricos já conhecidos estão presentes, todavia, sem a interpretação analítica, necessária ao processo de construção da pesquisa. Após as leituras e o despertar para a realidade e os sujeitos a serem pesquisados se seguiu para a pesquisa de campo, com novos olhares e novos instrumentos analíticos, considerando que o conhecimento é construído mediante as diversas situações num espaço vivido. Segundo Demo (1998, p. 91), “[...] a teoria faz parte inevitável de qualquer projeto de captação da realidade, a começar pelo desafio de definir o que seja real”.

O rio Solimões possui uma localização estratégica que faz fronteira com a Colômbia e Peru. Partindo de Manaus rumo ao rio Solimões pela via fluvial se encontram vários povoados, vilas, comunidades e municípios amazônicos, com suas belezas naturais, tais como: rios, árvores de grande e pequeno porte, animais (aves, macacos e peixes) e *muitas gentes!* É possível notar os terreiros² e roças dos ribeirinhos ao redor de suas residências que, na maioria das vezes, são feitas de palafitas devido ao sistema de subida e descida das águas (enchente e vazante) que ocorre na região.

São frequentes as idas e vindas de barcos, canoas (Fotos 02 e 03) e lanchas que conduzem vidas, alimentos, confecções e outros, pois no Amazonas o acesso à maioria das regiões ocorre somente por meio de transportes fluviais e em Tonantins não é diferente. Em tempo de férias é quando se tem um número maior de viajantes. As pessoas fazem novas

²Terreiro é a área em frente as casas que as crianças usam para brincar e os adultos para prosear, enfim, é um espaço de sociabilidades.

amizadas com pessoas de municípios, Estados e países vizinhos que costumam percorrer o rio Solimões em busca de novas oportunidades, seja de emprego, estudos ou passeios na capital Manaus e interior do Estado.



Foto 02: Embarcação de pequeno porte no afluente do Rio Solimões.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2015).



Foto 03: Canoa utilizada para transportar trabalhadores rurais em suas atividades tradicionais.
Fonte: Pesquisa de campo. Suzana Lima (2015).

A logística do escoamento de produtos é dependente do uso do transporte fluvial que na maior parte das vezes é realizada pelos barcos que fazem um *acordo* com os comerciantes locais. A calha do rio Solimões também é bastante utilizada pelos ribeirinhos em suas atividades tradicionais, seja de pesca ou cultivo. Assim como a venda de produtos que as comunidades produzem para serem comercializados em Manaus, como pescado (bagres,

pirarucu e tambaqui), banana, pupunha³, farinha tanto de mandioca quanto de macaxeira⁴, entre outros. Esses gêneros alimentícios predominam na dieta regional e são os que as embarcações transportam e comercializam.

Na Foto 04 é possível observar a chegada de uma embarcação (barco) no porto do município de Tonantins, nesse caso, a embarcação está retornando à capital, vindo do município de Tabatinga, pois “o barco está baixando o rio” e quando ele sai do porto de Manaus em direção às cidades do Alto Solimões está “subindo o rio”, ditado conhecido pelos viajantes.



Foto 04: Chegada do barco em Tonantins realizando o transporte de pessoas e mercadorias para os municípios do rio Solimões até Manaus/Tabatinga/Manaus.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2015).

As relações econômicas presentes nas cidades ribeirinhas são totalmente dependentes do transporte fluvial como forma de escoamento. Tais cidades são abastecidas com serviços e gêneros alimentícios. Para tanto, a sazonalidade dos rios é caracterizada como fenômeno que afeta diretamente os povos amazônicos com suas enchentes e vazantes, interferindo primordialmente na chegada e abastecimento de gêneros alimentícios e combustíveis (óleo diesel), causando o racionamento de energia, principalmente na vazante, em que muitas cidades ficam inacessíveis pela água. No período da enchente muitas cidades às margens do

³ A pupunha é uma fruta típica de uma palmeira da Amazônia.

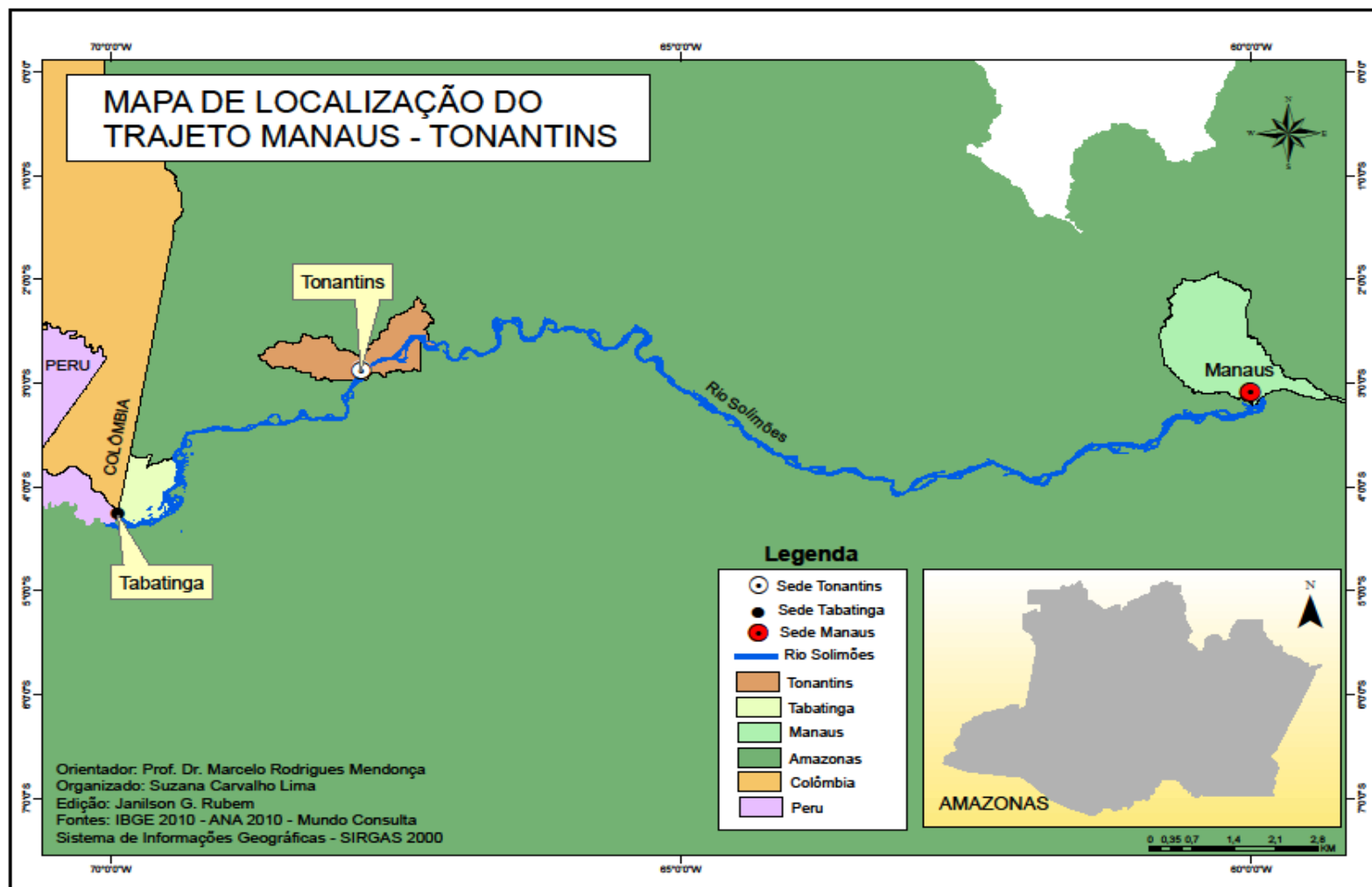
⁴ Mandioca branca é conhecida como macaxeira pelos amazonenses, já a amarela é chamada de mandioca. Há diferença entre as duas, mas os produtos derivados são os mesmos, como: farinha de mandioca, farinha tapioca, polvilho, goma e tucupi.

rio Solimões e afluentes são inundadas, desabrigando milhares de famílias e causando diversas doenças. Porém, retornam para suas casas após a vazante. Mas essa é uma dinâmica natural na Amazônia.

Em todas as cidades da Microrregião do Alto Solimões o abastecimento de gêneros alimentícios depende dos transportes fluviais, como é destacado por Moraes (2010, p. 107), de “geografia do abastecimento⁵” em que a peculiaridade de cada cidade depende extremamente de uma única forma de relação econômica.

É no rio Solimões que as embarcações transportam as cargas e passageiros abrangendo o percurso Manaus-Tabatinga-Manaus (Mapa 01), possibilitando o abastecimento das cidades localizadas geograficamente no Alto Solimões.

⁵ MORAES, A, de O. SCHOR, T. Mercados, tabernas e feiras: custo de vida nas cidades na calha do rio Solimões. **Mercator**, Manaus (AM), v. 9, n. 19, p. 101-115, mai./ago, 2010. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator> - Acesso em: Junho de 2016.



Mapa 01: Mapa do percurso Manaus-Tabatinga-Manaus.

Fonte: Suzana Lima. 2016.

O abastecimento abrange desde pequenos, médios ou grandes lojas de varejo e estivas, confecções, materiais para as oficinas, instituições públicas (escolas, hospitais, prefeituras e etc.). Há também o transporte de passageiros que acontece por meio dos *barcos* e *lanchas a jato* de Tonantins a Manaus (capital do Amazonas), e a outros portos intermediários com valores diferentes (Quadro 01), de acordo com a distância percorrida.

Passagens fluviais				
Embarque-Navio Motor "Barco"	Desembarque	Duração	Total do custo	
Tonantins	Manaus	3 dias	R\$ 160,00	
Manaus	Tonantins	4 dias	R\$ 250,00	
Tonantins	Tabatinga	3 dias	R\$ 160,00	
Tabatinga	Tonantins	26 h	R\$110,00	
Embarque-Lancha Motor à Jato	Desembarque	Duração	Total do custo	
Tonantins	Manaus	13 h	R\$480,00	
Manaus	Tonantins	26 h	R\$ 480,00	
Tonantins	Tabatinga	10 h	R\$ 210,00	
Tabatinga	Tonantins	06 h	R\$ 210,00	

Quadro 01: Valores de passagens fluviais percorridas pela pesquisadora.

Organizado: Pesquisa de campo. Suzana Lima (2016).

As embarcações que realizam os transportes fluviais oferecem diferentes alternativas aos seus passageiros, como salão de beleza, quadra esportiva, centro de orações, mine cinema e lanchonetes, assim como alimentação (café, almoço e jantar), que é ofertada aos passageiros no refeitório da embarcação (as refeições estão inclusas no valor da passagem). Cada *barco* cabe entre 200 a 250 passageiros, com opções de viajar em camarote suítes e/ou em redes. Têm-se também as *Lanchas* que transportam de 100 a 140 passageiros, as refeições também são ofertadas aos viajantes, porém, são servidas em suas poltronas. Vale destacar que cada embarcação possui atendimento de saúde, um profissional (Técnico de Enfermagem) que acompanha a rotina das viagens.

As embarcações que fazem o percurso fluvial de Manaus-Tabatinga-Manaus são descritas no Quadro 02.

Embarcação	Nome
Navio-Motor	Voyager III; IV e V
Navio-Motor	Diamante; Itaberaba e Itapuranga
Navio-Motor	M. Monteiro; Manoel Monteiro e Sagrado Coração de Jesus
Navio-Motor	M. Fernandes
Navio-Motor	G.M. Oliveira
Navio-Motor	Oliveira S.
Navio-Motor	Dona Elbia Cabral
Lancha-A jato	Crystal I
Lancha-A jato	Cidade do Manauquiri
Lancha-A jato	Madame Crys
Lancha-A jato	Glória de Deus

Quadro 02: Lista de embarcações da rede de transporte Manaus-Tabatinga-Manaus com parada em Tonantins.

Fonte: Dissertação de Mestrado em Geografia de Thiago Franco (2016).

É na viagem agradável ao som dos banzeiros e ventos no lugar que é percebida a tranquilidade e a leveza da vida nas comunidades indígenas/ribeirinhas, onde a afobação e o *tempo rápido*⁶ no território não são inimigos, pois os tempos-espaços-territórios⁷ são compreendidos como fluxo contínuo, contendo as temporalidades, complexidades e intensidades relacionadas ao tempo histórico, agregando ritmos e modos de produção do viver, de fatores econômicos, políticos e culturais distintos. Santos (2008) destaca sobre a questão do tempo e espaço:

[...] a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local [...] a técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica (SANTOS, 2008, p. 49).

⁶ Para Santos (2006, p.180), há a noção de um *tempo rápido* ao qual se antepõe um *tempo lento*. Aqui, está-se falando de quantidades relativas. De um lado, o que é chamado tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido e vice-versa, tais denominações não são absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar. Não há, pois, tempos absolutos. E, na verdade, os "tempos intermediários" temperam o rigor das expressões tempo rápido e tempo lento. Mas a vantagem da proposta desta pesquisa é a sua objetividade. É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos e m si, mas o das ações que animam os objetos técnicos.

⁷ Saquet (2015) destaca os tempos-espaços-territórios a partir de dois grandes movimentos unitários, embora distintos: a) o tempo das coexistências, como argumentam Dematteis (1964, 1967), Quaini (1973b, 1974b) e Santos (1978, 1988, 1994b), corresponde às simultaneidades no espaço, isto é, aos fenômenos e processos que correspondem ao mesmo tempo, no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, apreendidos somente por meio de uma abordagem relacional; b) o tempo histórico, compreendido como fluxo contínuo, no qual a definição de períodos, começos e fins é relativa e aproximada; o tempo é duração e movimento; des-contínuo com saltos e superações naquela perspectiva trabalhada por Lefebvre (1995, [1969]). A unidade desses tempos está na relação espaço-tempo.

É por meio da história oral que se entende que por aqui o tempo não é medido pelo relógio, mas pelo movimento do sol, que diz a hora da saída e do retorno para casa. É o tempo da natureza que diz aos ribeirinhos/indígenas se as águas estão propícias aos cardumes e a qual tipo de pescado. É esse tempo que diz se é o momento da caça e de que variedade. Que diz o momento de plantar e de colher, mas também de festejar e adorar aos deuses.

O colorido das plantas e animais embeleza os caminhos percorridos pelas navegações que enfrentam a fúria do rio Solimões. Como canta Raízes Caboclas no álbum Cantos da Floresta.

Conta pra mim Solimões
o que te faz furioso assim.

São influências da lua
ou caprichos do rio.
Porque tanta fúria
com os filhos teus
acalma tuas águas
e a dos olhos meus.

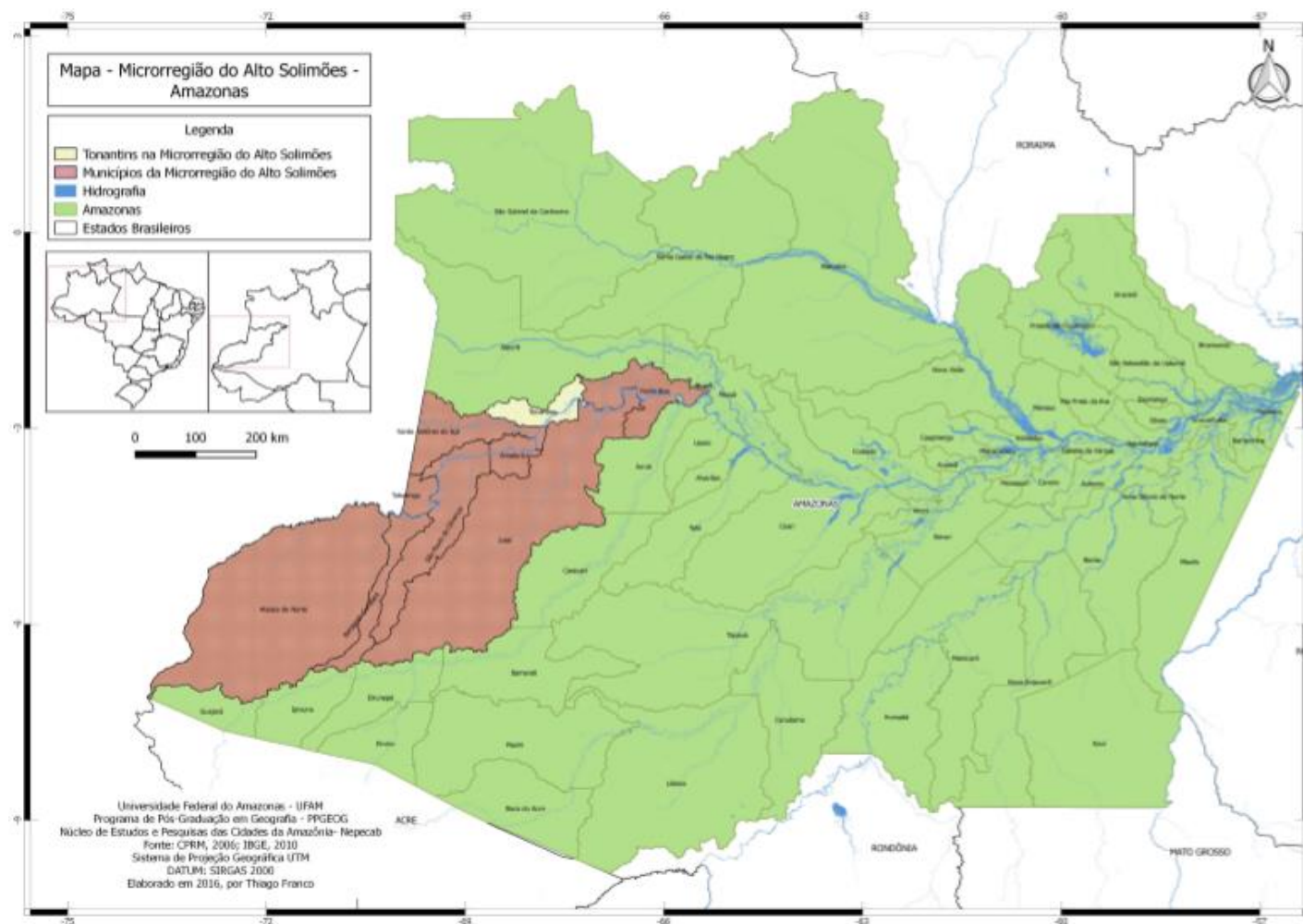
Que eu volto a violar
e um novo canto
surgirá em tuas margens
de minha garganta
seca de canto
molhada de dor.

É no rio Solimões que os barcos de grande e pequeno porte transportam gêneros alimentícios e vidas, nas ondas do Solimões se vê a pressa da chegada e o medo das chuvas fortes que ameaçam inundar as embarcações, pondo em risco a vida dos viajantes. Tal trajeto é realizado para chegar às cidades do Alto Solimões, exceto Tabatinga (AM) e São Paulo de Olivença (AM), que possuem acesso fluvial e aéreo; Tabatinga (AM) tem um aeroporto internacional por ser uma cidade fronteira com Peru e Colômbia, porém, o acesso a Tonantins ocorre somente pelo transporte fluvial.

O município de Tonantins localiza-se na Microrregião do Alto Solimões (Mapa 02) a sudoeste no estado do Amazonas. Sua sede municipal está a 2,8727 (latitude) e 67,8186 (longitude), na margem esquerda do rio Solimões, e possui uma área total de 6.433Km², conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). Geograficamente, a sede do município está distante cerca de 688 km em linha reta da capital Manaus e 1.109 km via fluvial.

Antigos moradores do município afirmam que Tonantins é um município atrativo devido a sua fartura e beleza natural. Reuniam-se “no porto, embaixo de um jambeiro” na

margem do rio Solimões para programarem os trabalhos rurais (caça, pesca, extração de madeira e etc.), as datas comemorativas, as rezas de terços, dentre outros motivos, com muita alegria e inspiração, fazendo surgir, assim, a socialização dos comunitários e o vilarejo de Tonantins.



Mapa 02: Mapa Tonantins na Microrregião do Alto Solimões.

Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisa das Cidades da Amazônia-NEPECAB. Elaborado por Thiago Franco. 2016.

Sua população podia dormir de janelas e portas abertas, pois na cidade não se ouvia falar em furtos e desrespeitos. As criações de porcos, galinhas e até mesmo de quelônios eram seguras no fundo do quintal. Porém, com a evolução populacional (Figura 01), a cidade interiorana não continuou sendo a mesma. A população de Tonantins, segundo o IBGE (2010), é de 17.079, sendo 8.889 residentes na zona urbana e 8.180 na zona rural.

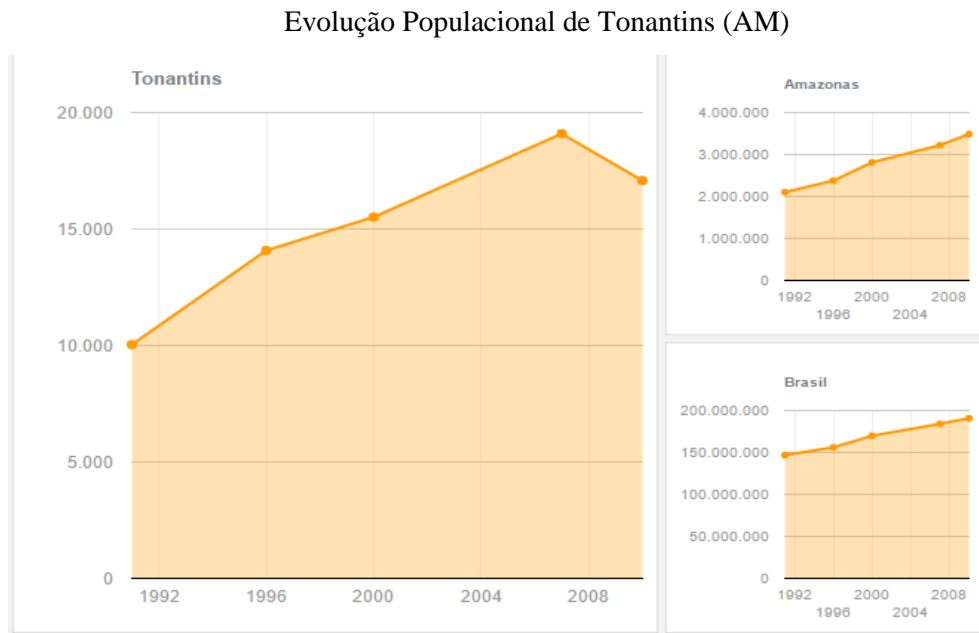


Figura 01: Evolução população de Tonantins de 1992 a 2008.

Fonte: IBGE (2010)

De acordo com o gráfico disponível pelo IBGE (2010), a população de Tonantins em 1992 era de aproximadamente 10 mil habitantes e, a partir dos anos seguintes, houve aumento populacional. No ano de 2008 houve a estimativa de 19 mil habitantes, porém, em 2010 ocorreu um declínio para 17.079 mil habitantes, o que se pode inferir pela representação da Figura 02. Essa diminuição deve-se ao fato da população buscar melhores condições de sobrevivência nas cidades de maior porte da região e também cursar o Ensino Superior em Tabatinga, Tefé ou Manaus.

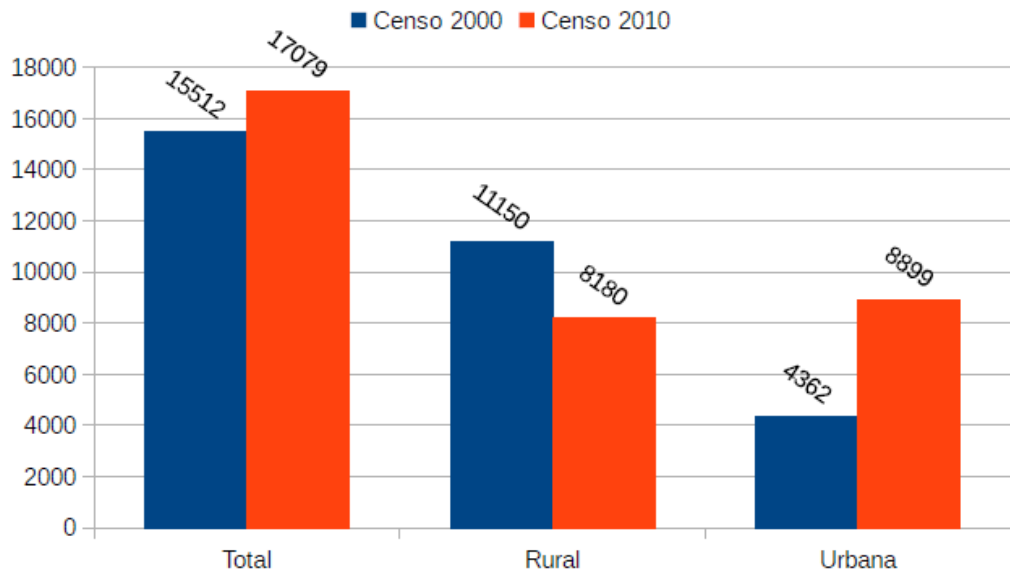


Figura 02: População Total, Rural e Urbana de Tonantins nos censos de 2000 e 2010.
Fonte: IBGE. 2010.

Observa-se no gráfico que a população rural no município de Tonantins vem diminuindo, ou seja, os comunitários da zona rural estão se deslocando para a área urbana. Entende-se que esse fato é consequência da falta de assistência na área da saúde e educação, pois muitas comunidades ribeirinhas estão deixando de ser habitadas e, conseqüentemente, tem-se somente a visita de seus moradores.

Em muitas conversas nas viagens a campo ouviu-se falarem em comunidades fantasmas, por haver somente barracos e lembranças. Já em 2012, a população estimada pelo IBGE era de 18.067 habitantes. Um dos fatores percebidos quanto ao aumento populacional foi o declínio da mortalidade no município (Tabela 01) e pode ser inferida também a migração da população rural para a área urbana.

A população indígena atual corresponde a 17,99% do total de habitantes. Estão registrados 3.072 indígenas, com 543 residentes no perímetro urbano e 2.529 no rural (IBGE, 2010).

Ano	Renda	Longevidade	Educação	Total	Ranking Brasil
1991	0,412	0,599	0,069	0,257	4882°
2000	0,425	0,666	0,124	0,327	5444°
2010	0,508	0,779	0,416	0,548	5225°

Tabela 01: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M de Tonantins (AM).
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). Organizado por Suzana Lima. 2016.

Como se pode observar na Tabela 01, têm-se a evolução da longevidade populacional, ou seja, os tonantinsenses estão gozando da vida longa. Essa constatação conduz à ideia de que houve avanços no sentido de diminuir a vulnerabilidade social de Tonantins, mesmo com problemas de saneamento básico que afetam as cidades em nível regional e nacional. Para isso, analisa-se a Tabela 02, que demonstra a esperança de vida e a queda da mortalidade e fecundidade.

	2000	-	2010
Esperança de vida ao nascer	Até 65 anos		Até 72 anos
Mortalidade até 1 ano de idade	45 por mil nascidos vivos		21 por mil nascidos vivos
Mortalidade até 5 anos de idade	58 por mil nascidos vivos		22 por mil nascidos vivos
Taxa de fecundidade total	5 filhos por mulher		4 filhos Por mulher

Tabela 02: Longevidade, mortalidade e fecundidade – Tonantins.

Fonte: IBGE, 2010

Na tabela 02, percebe-se a longevidade da população tonantinense, a taxa de mortalidade teve um declínio e a de fecundidade houve a redução de filhos nascidos. A cidade de Tonantins (figura 03) é privilegiada no que diz respeito às paisagens naturais, como igarapés, lagos, antigas árvores de cedro, macaúba, castanheira, e às idas e vindas dos pássaros nativos (araras, tucanos, gavião entre outros) que embelezam as ribanceiras⁸, onde se pode ouvir as ondas do rio Solimões e a buzina das embarcações, avisando aos seus passageiros/viajantes a hora da chegada e da partida.

Um modo de “*olhar*” a identidade dessa população *indígena/ribeirinha* é quando estamos atentos à rica diversidade cultural, partindo do movimento da história e da dinâmica socioespacial da cidade de Tonantins.

⁸ Ribanceira são os altos barrancos à margem do rio, nos quais em sua maioria tem-se uma árvore de grande porte e bancos a sua sombra, para a população assistir à chegada dos barcos e viajantes no porto de sua cidade.

Localização da cidade de Tonantins (AM)



Figura 03: Localização da cidade de Tonantins (AM).

Fonte: Google Earth, 2002; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

Organizado: Suzana Carvalho Lima, 2016. Elaborado: Thiago Franco, 2016.

O traçado urbano de Tonantins foi determinado pela construção do prédio da Igreja Sagrado Coração de Jesus (Figuras 04 e 05).



Figura 04: Prédio da Igreja Sagrado Coração de Jesus em 1970.

Fonte: Pesquisa de campo. Arquivo da Paróquia São Pedro (2016).



Figura 05: Prédio da Igreja Sagrado Coração de Jesus em 1970.

Fonte: Pesquisa de campo. Arquivo da Paróquia São Pedro (2016).

A Igreja Católica teve papel fundamental na fundação de Tonantins:

A instituição desempenhou função política, econômica e social no período da colonização da Amazônia. Representantes de diversas ordens religiosas internavam-se nas matas na Amazônia na tentativa de maior dilatação da fé, enfrentando os perigos e todos os tipos de sorte. Assim procederam aos jesuítas, os religiosos de Santo Antônio, da Piedade e dos Carmelitas; esses últimos com grande reconhecimento pelas obras gigantescas de civilização inaugurada no sertão amazonense. Os carmelitas portugueses restauraram as missões no Solimões, aumentando-as ou levando-as para lugares mais apropriados. Foi do grupo de missionários carmelitas, como freis José de Santa Maria, Martinho da Conceição, Sebastião Purificação, André de Souza e o leigo Mateus de Santo Antônio, que entraram em contato com os índios do Rio Negro, e aí que veio o nosso frei Matias Diniz, por volta de 1710 até a aldeia de Tonantins. (NASCIMENTO, 2006, p.16-17).

De acordo com Nascimento (2006), a Igreja Católica é um agente histórico importantíssimo no desenvolvimento do município de Tonantins, e, além da importância na fundação do município, também teve influência na arte local/regional. Nesse contexto, os religiosos exerceram trabalho significativo no *desenvolvimento* local.

Segundo Santos (1988, p.10), “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em

movimento”. Nesse sentido, observa-se que as cidades amazônicas são alocadas próximas aos rios e nelas são construídos portos, torres telefônicas, igrejas, escolas, praças e campos de futebol estando, portanto, susceptíveis à ocorrência de mudanças em suas estruturas físicas.

Há elementos que são da dinâmica das águas e das terras na região. Exemplo é o fenômeno das terras caídas⁹, um processo de erosão que ocorreu e ocorre nas margens do rio Solimões, afetando o vilarejo de Vila Nova¹⁰. Esse acontecimento fez com que a construção do prédio da Igreja Sagrado Coração de Jesus, localizada na *Vila da Missão*, fosse deslocada para outra área do vilarejo, porém, houve os mesmos problemas com o desmoronamento das terras.

O prédio da Igreja do Sagrado Coração de Jesus foi construído em 1922 e em 1946, não resistindo ao fenômeno das terras caídas que aconteceu tão repentino, teve que ser deslocado para onde se encontra a nova igreja. Em 1945, o fenômeno das terras caídas comprometeu a “Vila da Missão”, fundada pelos missionários.

De acordo com Nascimento (2006, p. 44):

No dia 7 de setembro de 1945, na casa paroquial e na Igreja Sagrado Coração de Jesus, apareceram rachaduras nas paredes, e em torno da residência dos frades a terra abriu valas de sessenta centímetros. Em agosto de 1946 se realizava um trabalho do que se poderia salvar a Missão. O pároco do período, frei Antônio deu início a mudança, seguido por frei Ludovico de Leonessa.

Com isso, por meio do desmoronamento da terra, a Igreja teve que se deslocar para outra área, agregando as pessoas em um novo núcleo urbano, onde, até os dias atuais (2016), ainda se localiza a Igreja de São Pedro Apóstolo (Figura 06 e Foto 05).

No entorno do prédio da Igreja São Pedro Apóstolo foram edificadas as residências, prédios públicos e pontos comerciais. Essa área constitui o núcleo urbano inicial no século XIX, tendo como edificações a Praça São Pedro, a Escola Estadual São Francisco e, nas proximidades: Prefeitura Municipal, Posto de Saúde, Polo Base de Saúde Indígena, Escola Municipal José Raimundo, Hospital Frei Francisco, Centro Sagrado coração de Jesus

⁹Terras caídas é uma terminologia regional utilizada na Amazônia brasileira para designar os desbarrancamentos que ocorrem nas margens do rio Amazonas e em seus afluentes de água branca, principalmente nos trechos em que os mesmos são margeados pelos depósitos fluviais Holocênicos que formam a atual planície de inundação. Trata-se de um fenômeno natural que tanto pode ocorrer em pequena escala como em escala quilométrica. É, sem dúvida, o principal agente transformador da paisagem ribeirinha e responsável por uma série de transtornos aos moradores ribeirinhos isolados, comunidades, povoados, vilas e cidades localizadas em suas margens (CARVALHO, J. A. L. **Terras caídas e consequências sociais: Costa do Miracauera, Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara-AM**. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Instituto de Ciências Humanas e Letras), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

¹⁰ Vila Nova, assim era conhecida o vilarejo que hoje é chamado de Tonantins.

(*Sagrada Família*), Centro de Energia do Amazonas-(CEAM), Casa da Mãe Gestante, Cemitério Nossa Senhora de Nazaré, Praça de Alimentação, Hotelarias, Lanchonetes, bares, restaurantes, Biblioteca Municipal de Tonantins e o Posto da Guarda Municipal.

Prédio das Igrejas Sagrado Coração de Jesus e São Pedro Apóstolo/Tonantins (AM).



Figura 06: Prédio da Igreja do Sagrado Coração de Jesus
Fonte: Pesquisa de campo. Arquivo da Paróquia (2016).

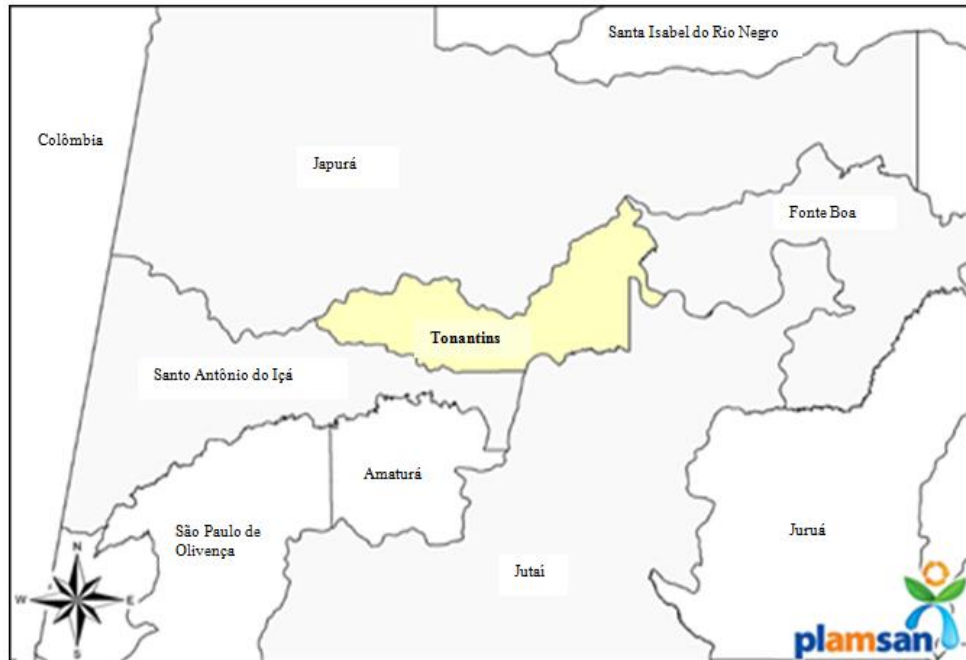


Foto 05: Prédio da Igreja São Pedro Apóstolo.
Fonte: Martins (2012).

Tonantins é uma cidade tipicamente interiorana, com uma Igreja Matriz São Pedro Apóstolo, a praça central e uma rua principal. Esta rua representa parte da história da cidade, com suas construções antigas, e, ainda abriga as principais lojas, bancos e a sede da Secretaria de Educação e Cultura da cidade (SEMEC).

Tonantins encontra-se à margem esquerda do rio Solimões e, conforme Figura 07, limita-se com os municípios de Santo Antônio do Iça a oeste (24.481 habitantes), Japurá ao nordeste (7.326 habitantes), Fonte Boa a leste (22.817 habitantes) e ao sudoeste de Jutai (17.992 habitantes) (IBGE, 2010). Por mais que a distância seja pouca, o acesso somente é possível via fluvial por não haver estradas que interligam os municípios. O território do município é banhado por diversos rios, como Solimões, Tonantins, Iça, e também por igarapés e lagos. O município possui a temperatura média anual de 25° C e a máxima chega a 40° C, tem o clima tropical chuvoso e úmido. Somada a sua riqueza hídrica, as terras do município são consideradas adequadas para o cultivo de atividades agrícolas.

Figura 07- Limites geográficos do município de Tonantins/AM



Fonte: Prefeitura Municipal de Tonantins/2016.

O solo do município é composto pelo Grupo Latosolo. Essa característica física contribui para a atividade agrícola na região. Desde o início do século XX os principais produtos cultivados foram milho, mandioca (macaxeira) e feijão de praia. Mas, o destaque da economia era os derivados da mandioca como farinha, farinha tapioca, goma, polvilho e outros.

O primeiro vilarejo de Tonantins se formou com a vinda do missionário carmelita Frei Matias Diniz, por volta de 1728, e foi chamado de Missão de Tonantins, Tonantins Velho, Vila Velha de Tonantins. A área era habitada por índios Caiuvicena/Kaixana que estranharam a presença dos *intrusos brancos* e assassinaram o missionário. Essa localidade deu origem ao chamado *Tonantins Velho*, que atualmente é conhecido por Comunidade/bairro¹¹ São Francisco (NASCIMENTO, 2006).

O vilarejo renasceu entre os anos de 1774-1775 por meio de um Senhor chamado Sampaio, que reuniu consigo índios das tribos Caiuvicena, Passé e Tikuna. E com o tempo foram sendo catequizados pelos frades que vinham em expedições que construíram igrejas e

¹¹ A questão da área da pesquisa ser identificada como bairro ou comunidade será esclarecida posteriormente.

escolas. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, historiador, era o então ouvidor e intendente-geral da Capitania de S. José do Rio Negro. Segundo Franco (2016, p. 38, grifos do autor):

Sua viagem está registrada em “As viagens do Ouvidor Sampaio” (1985), uma obra editada e publica a partir do seu diário de viagem. Além de aspectos geográficos e hidrográficos, os relatos de Sampaio abordam história civil, política e natural, costumes, diversidade de nações, análise social e econômica dos povoados por onde passou.

Séculos mais tarde, em 01/12/1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 176 Tonantins constitui-se em um dos distritos de São Paulo de Olivença (AM). Em 19/12/1955, pela Lei Estadual nº 96, Tonantins foi desmembrado de São Paulo de Olivença e passou a constituir Distrito do novo município de Santo Antônio do Iça (AM). Paralelamente, ao lado da antiga vila de Tonantins (Tonantins Velho), formou-se a Vila Nova de Tonantins, que se transformou no núcleo polarizador do desenvolvimento do Distrito.

Pelo decreto nº 6.158, de 25 de fevereiro de 1982, Art.68, foi criado o município de Tonantins. Para a compreensão da realidade experimentada na evolução histórica desse município faz-se necessária a identificação da realidade vivenciada pelos moradores em sua evolução demográfica e expansão urbana. Têm-se como Hino de Tonantins a letra de Raimundo Nonato da Silva Mariano e música de Renato da Silva Mariano:

Tonantins idolatrado
 És estrela do Rio Solimões
 O teu povo foi contemplado
 Por isso tem você no coração
 Tens riquezas, tens grandeza
 Por isso és meu querido torrão

Cidade bela coadjuvante
 Sol que ilumina o teu semblante
 Tua história será lembrada
 Por ser linda como diamante

Boas lembranças iremos ter
 Contemplaremos enquanto mil
 Tonantins é liberdade
 É um pedaço do nosso Brasil

Tua bandeira será içada
 Soltaremos rojões com bravura
 Lembraremos teus fundadores
 Amaremos vocês com ternura (bis).

Na letra do hino do município, têm-se as frases de bravuras e riquezas que a região apresenta, juntamente com as lembranças de seus fundadores. Mas não se fala nos primeiros habitantes que ainda são predominantes e, sequer, aparece a questão ou qualquer referência

aos indígenas. Tonantins é um município amazônico com belezas naturais, onde os habitantes desfrutam da água doce dos rios Solimões e Tonantins.

Vale ressaltar que o município tem poucas referências de sua história, havendo somente a obra de Alberto Francisco Nascimento, que escreveu “Tonantins sua história e sua gente” em 2006 e, em 2011, “Omáguas do Solimões”, em que aborda sobre as etnias existentes nessa região e conta sobre suas histórias. Tem-se também a Dissertação de Thiago Guimarães Franco: “A geografia das cidades e das vilas no Amazonas – o caso de Tonantins e São Francisco de Tonantins”, produzida em 2016, na Universidade Federal do Amazonas-UFAM, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia- NEPECAB. Porém, alguns estudos falam de Tonantins (Quadro 03), mas não dão ênfase ao município como os autores citados acima.

AUTOR	TÍTULO
NASCIMENTO, Alberto Francisco.	“Tonantins: sua história e sua gente” (2006); “Omáguas do Solimões” (2011).
FONSECA, José Antônio Cardoso.	Corrupção e turismo nas cidades do Amazonas (2010);
MORAES, André de Oliveira.	Cesta básica e custo de vida (2010); A rede comercial de bagres (2012);
OLIVEIRA, João Pacheco de.	As formas de dominação sobre os Ticunas na fronteira Amazônica (2012);
ITACARAMBY, Kênia Gonçalves.	Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mapari (Processo FUNAI/2384/01) (Diário Oficial da União, 03 de Abril, 2006).
SANTOS, Gilton Mendes dos et all.	RELATÓRIO FINAL Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas / FAPEAM AMAZONAS INDÍGENA: um mapeamento das instituições e da produção bibliográfica sobre os povos indígenas no Estado. Manaus, 2009.
FRANCO, Thiago Guimarães.	A geografia das cidades e das vilas no Amazonas – o caso de Tonantins e São Francisco de Tonantins. UFAM (2016).

Quadro 03: Fontes teóricas que abordam o município de Tonantins (AM).

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2016.

Dentre as fontes citadas, somente Alberto Nascimento e Thiago Franco se aventuram a descrever a cidade de Tonantins mesmo não sendo o centro de suas análises, mas a identidade indígena só aparece no Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mapari, por Kênia Itacaramby.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016. Prefeitura Municipal de Tonantins.

É nesse imenso rio que se espera a enchente e a vazante ou o tempo propício da piracema, que traz consigo os cardumes de peixes e são utilizadas as malhadeiras, flechas, espinhel¹⁴ e caniços para auxiliar na captura dos pescados. Um fator importante para a economia dos tonantinenses é o manejo de lagos com ênfase no pirarucu (*Arapaima gigas*), atividade que será abordada a seguir.

1.2.1 As estratégias de convívio com a natureza: o Plano Manejo de Lagos

É preciso também destacar a atividade do manejo de lago inserido no município de Tonantins, que tem forte influência na economia local, pois os comunitários são os principais agentes ambientais no exercício da atividade de pesca manejada. A atividade pesqueira é uma oportunidade de renda para a população de Tonantins, tanto para os comunitários que fazem parte do manejo como para as pessoas que trabalham com a produção de artesanatos, restaurantes, lanchonetes, entre outros, pois os mesmos utilizam a escama ou a carne do pirarucu para gerar renda extra.

A pesca é uma das atividades que mais envolvem a tradição dos povos amazônicos e, além de prover um alimento saudável em nutrientes, contribui também como fonte alternativa de renda para os ribeirinhos/indígenas. A prática da atividade Plano Manejo de Lagos busca conservar os recursos pesqueiros e melhorar a qualidade de vida da população ribeirinha, bem como manter e fortalecer as práticas socioculturais e ambientais. O Plano Manejo de Lagos é fundamental para a conservação dos recursos pesqueiros que proporciona a reprodução das espécies, contribuindo com o equilíbrio ecológico das espécies aquáticas.

Tradicionalmente, “[...] o manejo da atividade de pesca tem sido realizado a partir das informações sobre a ecologia do recurso da necessidade de proteger habitats especialmente vulneráveis ou de ambos” (CORRÊA et al., 2012, p. 02). Essas ações são combinadas com as atividades extrativistas na região do rio Solimões, como caça e extração de vegetais, que possuem papel importante para a existência de milhares de famílias. A atividade pesqueira é uma das atividades mais desenvolvidas nessa região, tanto no que se refere à oferta de alimentos para o consumo interno, quanto para a obtenção de renda através da comercialização dos excedentes.

¹⁴ Espinhel é um apetrecho utilizado pelos pescadores para capturar o pescado. Foi proibido pela Lei nº 4256, de 3 de Junho de 2002 do Decreto IX.

Apesar da atividade de pesca receber assistência técnica por parte dos órgãos estadual e municipal, faz-se necessário melhorar e ampliar as políticas públicas relacionadas a essa atividade, para, dessa forma, obter o êxito da atividade manejada na região. Essa atividade é entendida como uma das mais novas propostas do Estado para os indígenas, ribeirinhos, caboclos e comunitários.

“O Brasil apresenta um vasto litoral e importantes bacias hidrográficas que contribuem para que aproximadamente quatro milhões de pessoas dependam direta ou indiretamente, da atividade pesqueira” (CUNHA, 2011, p. 67). Em Tonantins, além de ser uma importante fonte de alimento, serve também para a comercialização, abastecendo tanto as comunidades ribeirinhas quanto a área urbana.

Nos últimos anos a pesca no Amazonas vem sofrendo um declínio por não haver um equilíbrio na extração dos recursos pesqueiros, todavia, o governo do Estado e o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis), órgão responsável pelo gerenciamento pesqueiro no Amazonas, elabora ações para implantação de desenvolvimento socioeconômico local/regional através do Plano Manejo de Lagos, representando uma alternativa promissora de desenvolvimento para as comunidades que exercem a atividade manejada.

A prática deste manejo busca conservar os recursos pesqueiros e melhorar a qualidade de vida da população, bem como manter a cultura e hábitos alimentícios. Essa e tantas outras práticas dos comunitários são atividades produtivas baseadas nos princípios da agroecologia e tem como foco manter o uso das terras e dos recursos hídricos em prol da soberania alimentar local/regional.

Para que haja um equilíbrio ambiental das fontes de recursos pesqueiros nas comunidades fez-se necessária a prática do plano de manejo comunitário de lagos como forma de subsidiar o desenvolvimento socioeconômico dos comunitários, assim como conservar o pirarucu (*Arapaima gigas*), que é considerado o maior peixe de escama de água doce, chegando a medir 3 metros e pesar 200 kg. O nome *pirarucu* vem do tupi “pira”, que significa peixe, e “urucu”, semente de cor vermelha. O pirarucu é encontrado na região Pan-Amazônia (Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia e Guiana). Para se entender mais sobre o manejo de lagos aborda-se o início da atividade em Tonantins.

Em 2009, houve a aplicação e a expansão do manejo sustentável e participativo de lagos com ênfase no pirarucu para o Município de Tonantins/AM, mesorregião do Alto Solimões, por meio do PRODERAM – Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde - e da Prefeitura Municipal de Tonantins.

O financiamento do projeto deu-se pelo Governo do Estado do Amazonas e pela Prefeitura Municipal de Tonantins por meio da Secretaria de Fomento, Produção e Abastecimento Rural em parceria com outras instituições, conforme o Quadro 04.

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO PROJETO PLANO MANEJO DE LAGOS EM TONANTINS (AM)	
1	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA Superintendência do Estado do Amazonas
2	Núcleo de Recursos Pesqueiros NRP-IBAMA/AM
3	Fundação Nacional do Índio – FUNAI/Coordenação do Alto Solimões
4	Instituto Federal do Amazonas/Campus Tabatinga – IFAM
5	Polícia Federal – Base Garatêia
6	Marinha do Brasil – Capitania Fluvial de Tabatinga
7	Governo do Estado do Amazonas
8	Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR
9	Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura – SEPA
10	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas – SEMA
11	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM
12	Polícia Militar do Estado do Amazonas – Grupamento de Tonantins
13	Delegacia de Polícia de Tonantins
14	Prefeitura Municipal de Tonantins-AM
15	Secretaria de Produção, Fomento e Abastecimento Rural.
16	Secretaria de Meio Ambiente
17	Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas
INSTITUIÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL	
19	Comissão Pastoral da Terra –Tonantins
20	Sindicato dos Pescadores de Tonantins

Quadro 04: Lista de Instituições parceiras no Plano Manejo de Lagos em Tonantins (AM).

Fonte: Secretaria de Produção, Fomento e Abastecimento Rural.

Org. Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).

O projeto tem como ênfase o uso dos recursos naturais de forma responsável e sustentável, dando apoio às organizações sociais e comunitárias, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda para as comunidades, tanto da zona rural quanto da zona urbana. Cada instituição supracitada tem contribuído para o desenvolvimento do projeto.

Para o sucesso do Plano Manejo Participativo de Lagos houve a necessidade da elaboração do acordo de pesca¹⁵ (Foto 06) entre os comunitários. Destaca-se que nas áreas não indígenas torna-se obrigatório, após a elaboração do acordo, que este seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) para análise e deliberação da pesca manejada em terras indígenas.

¹⁵ O acordo de pesca são as regras estabelecidas entre o comunitário para a aplicação e manutenção dos lagos, evitando futuros conflitos referentes à prática manejada. No caso de Tonantins, a Instrução Normativa SDS, 2 de setembro de 2013 reconhece o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do complexo de lagos do município de Tonantins.



Foto 06 - Acordo de pesca dos comunitários para a execução do manejo nas comunidades.

Fonte: Pesquisa de Campo. Arquivo da Secretaria de Produção Rural de Tonantins (2016).

Dessa forma, os comunitários assumem o compromisso de cumprir as metas do Plano de Manejo de Lagos e, posteriormente, obterão a autorização de cota para captura do pescado pirarucu no tamanho e tempo propício. Além desta, são feitos: cadastro dos comunitários, rodas de conversas entre equipe técnica e comunitária, reuniões, mapeamento dos lagos e mais tarde a contagem do pirarucu e despesca dos lagos, no intuito de gerar renda para as famílias envolvidas na atividade manejada.

Para o manuseio adequado do pescado, os comunitários têm acesso às orientações básicas, recebendo apetrechos para o escoamento dessa produção. Por meio do conhecimento de práticas e técnicas os povos ribeirinhos têm acesso às condições adequadas no manuseio do pescado após a despesca do pirarucu nos lagos.

Essas ações estão inseridas no PROVÁRZEA (Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea) que incentiva a higienização do pescado através dos minicursos sobre a prática de manuseio e a sua comercialização. Se os recursos naturais forem utilizados de forma irracional, logo haverá um colapso na alimentação dos povos amazônicos com o desaparecimento dos recursos pesqueiros nos rios, lagos e igarapés.

Sob essa ótica, em Tonantins o Projeto de Manejo Participativo de Lagos, implementado desde 2009, obteve significativas mudanças na qualidade de vida socioambiental e econômica na localidade. Além de ter se mostrado autossustentável, pois mesmo com pouca ajuda solidária do Projeto PRODERAM, cujos recursos praticamente se encerraram em 2013, a pesca manejada se firmou em suas atividades com êxito.

Os comunitários contam atualmente com o apoio financeiro de maior aporte proveniente da Prefeitura Municipal de Tonantins em parceria com as comunidades manejadoras. Por outro lado, ainda prevalece o apoio Institucional do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas-IDAM local, do Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde-PRODERAM, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA e Fundação Nacional do Índio-FUNAI, que são imprescindíveis para a continuidade desta ousada tecnologia social que integra a população tradicional à gestão dos recursos pesqueiros de forma participativa.

Desta feita, faz-se necessário o fortalecimento de políticas públicas com o intuito de viabilizar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades ribeirinhas e minimizar os conflitos que acontecem nos lagos, visto que para garantir a reprodução do pirarucu é preciso o empenho de agentes ambientais comunitários.¹⁶ Esses protegem os lagos manejados, passando a noite “*vigiando/cuidando*” para não ocorrer a invasão do território por pescadores comerciais e, dessa forma, garantem o alimento para as suas famílias.

A pesca é uma atividade que faz parte da tradição dos caboclos, ribeirinhos, indígenas e não indígenas e contribui com o setor econômico, sendo fundamental para a alimentação da população. Para que haja uma gestão ambiental é necessária a contribuição e a participação de todos os integrantes da região na prática do plano manejo de pesca. Dessa forma, Rufino (2004, p. 68) destaca:

Gestão Ambiental – Pesqueiro é o conjunto de estratégias e articulação de ações dos agentes sociais que procuram a proteção da integridade dos meios físicos e bióticos, bem como dos grupos sociais que deles dependem, visando gerar e manter o uso sustentável dos recursos ambientais (naturais, econômicos e socioculturais) de forma executar a política de uso dos ambientes e recursos pesqueiros.

A atividade exercida na prática de manejo permite que seja possível o manejo dos recursos naturais com desenvolvimento econômico e sociocultural, uma vez que depende da população onde o manejo está inserido continuar e manter o uso consciente dos recursos por meio da manutenção dos lagos manejados.

Os recursos pesqueiros se enquadram na categoria dos recursos naturais renováveis, por isso, a conservação dos recursos pesqueiros deve ser a missão principal para que haja um equilíbrio das espécies aquáticas. Assim, evita-se a extinção das espécies nativas da *ictiofauna*

¹⁶ Os agentes ambientais comunitários são homens que fazem parte do manejo de lagos escolhidos para vigiar e proteger os lagos manejados para não ocorrer roubos ou invasões por parte de pescadores comerciais.

da região, de modo a assegurar o desenvolvimento da atividade e garantir o consumo do pescado.

Enquanto os estoques pesqueiros estão sendo explorados, a atividade pesqueira tem reduzido consideravelmente a produtividade da pesca artesanal. Os participantes do manejo tentam manter o equilíbrio do pescado através de participações coletivas no intuito de conservarem os recursos pesqueiros, mantendo a convivência em seu território.

Nesse sentido, concorda-se com Andrade (2004, p. 8), quando afirma que “A formação de um território dá as pessoas que nela habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas”. Preocupadas com a diminuição da produtividade do pescado, populações ribeirinhas tentam proibir a entrada de pescadores profissionais que buscam explorar os recursos pesqueiros dos lagos locais, já que o Estado vem mostrando-se incapaz de efetivamente monitorar e gerenciar os recursos pesqueiros ou de mediar conflitos entre comunidade ribeirinha e pescadores comerciais, sendo este um dos principais motivos que causam os conflitos.

Por meio da organização social as comunidades executam o plano de manejo para conservar a espécie do pirarucu, sendo que os próprios moradores das comunidades atuam como “pescadores fiscais”, assim como desenvolvem a vigilância dos ambientes aquáticos, participam em treinamentos, organizam-se em associações, estabelecem regras de uso dos recursos, realizam contagem dos estoques, pescam e comercializam sua produção.

Dentre as atividades desenvolvidas junto às comunidades visando o fortalecimento de suas estruturas organizacionais e de sua capacidade de manejar os recursos de forma satisfatória, emprega-se: o mecanismo de transmissão de conhecimento e informações para os comunitários; a criação de fontes alternativas de renda através da diversificação das atividades; os mecanismos de agregação de valor aos recursos; a criação de novos mercados para os produtos advindos das atividades desenvolvidas pelas comunidades; e o desenvolvimento de projetos que incluem em seus objetivos a melhoria na qualidade de vida da população.

A cota de pesca é estabelecida a partir do resultado das contagens e da avaliação dos técnicos sobre o nível organizacional do grupo nas demais etapas do processo, prevendo-se a remoção de aproximadamente 30% dos adultos, deixando-se os 70% restantes para assegurar a reprodução da espécie.

Foi constatado, que a pesca manejada integra uma economia local/regional dos povos tradicionais amazônicos que buscam garantir renda familiar através do manejo participativo

de lagos exercido nas Comunidades, como exemplo, tem-se a Comunidade Divino Espírito Santo das Pannels¹⁷ (Quadro 05), com as coordenadas 2°56'20.43'' e 67°52'35.93'' nos lagos Chico e Tinquara.

Quadro 5 – Desenvolvimento Socioeconômico da Comunidade Divino Espírito Santo das Pannels (2012)

N de famílias por residência	Bolsa Escola/Aposentadoria	Emprego formal	Agentes	Seguro defeso	Economia Informal	R\$ Total
1 *	320,00				290,00	610,00
2*	1.556,00**				200,00	1.756,00
2***	882,00				150,00	1.032,00
2	400,00				250,00	650,00
3		1.340,00		2.712,00	350,00	4.402,00
1	600,00				250,00	850,00
1					300,00	300,00
1	678,00				100,00	778,00
1*	400,00				200,00	600,00
1*				2.712,00	350,00	3.062,00
1*					240,00	240,00
1*	150,00			2.712,00	100,00	2.962,00
1					200,00	200,00
1	240,00				250,00	490,00
1	200,00				200,00	400,00
1					370,00	370,00
1		678,00			300,00	978,00
1					450,00	450,00
1					250,00	250,00
1	360,00				200,00	560,00
1				2.712,00	350,00	3.062,00
1	225,00				180,00	405,00
1	670,00				400,00	1.070,00
1	320,00				180,00	500,00
1			678,00		200,00	878,00
Total 30 Famílias						26.855,00

*Famílias que não participaram do manejo, ** Bolsa escola + 2 aposentadorias, *** Bolsa escola + pensão.

Média de renda por famílias: R\$ 895,17.

Fonte: Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento Rural.

Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento Rural – 2016.

¹⁷ O quadro apresenta os dados somente da Comunidade Divino Espírito Santo das Pannels, devido à falta de acesso aos dados de outras Comunidades em anos recentes. Priorizou-se a Comunidade Divino Espírito Santo das Pannels por ser a mais próxima da Comunidade São Francisco de Tonantins e por haver inúmeras famílias que migraram para a mesma devido à localização. Outro critério foi por haver indígenas Kaixana residentes na Comunidade, os quais têm laço de parentesco com as duas comunidades e celebram as mesmas festas de santo, como exemplo A Santíssima Trindade, que é celebrada no mês de maio, na qual as duas comunidades realizam a procissão fluvial, socializando fé e crença entre os comunitários.

Na Comunidade Divino Espírito Santo das Panelas existem 25 casas, uma sede comunitária e uma igreja. Em 2012, não havia energia elétrica, sendo essa gerada por um motor comunitário movido a diesel. A partir de 2014 aderiu-se ao Programa Luz para Todos. A farinha e a laranja são os principais produtos agrícolas. O meio de comunicação existente é a radiofonia, cujos equipamentos foram instalados pelo Projeto de Manejo de Lagos, e um telefone público¹⁸.

A Comunidade conta com apenas um agente de saúde que realiza visitas aos moradores, porém, em caso de emergência os comunitários deslocam-se para o centro da cidade de Tonantins ou para o município de Santo Antônio do Iça, que fica a 30,79 km de distância em linha reta. Entre os moradores, 23 famílias participaram da pesca do peixe manejado (pirarucu e tambaqui). Na atividade manejada os comunitários podem usufruir da renda promovida pelo pescado, porém, faz-se necessária a análise referente ao tempo e à liberação da despesca dos lagos manejados, ocorrendo um equilíbrio entre as espécies, o tamanho e a quantidade adequada para o consumo e a comercialização.

Segundo a Secretaria de Fomento e Produção Rural de Tonantins, a renda proveniente da pesca manejada para cada Família em 2012 foi de R\$ R\$1.200,00. Com esse ganho as famílias investiram em compras de gêneros alimentícios, apetrecho de pesca (canoa, malhadeiras, remos, caixa térmica etc.), geladeira, freezer entre outros. Esses recursos ajudam os comunitários a manterem uma renda mínima por meio da venda do pescado.

Os setores de atividades de trabalho pertencentes ao manejo são responsáveis pela manutenção dos lagos e conservação dos recursos pesqueiros. Essa atividade influencia no modo de vida dos grupos pertencentes à atividade de pesca manejada, pois a inserção dos pescadores ocorre através da Associação dos Pescadores do Município, que propõe em conjunto lutar pelas transformações socioeconômicas da atividade pesqueira e por melhorias em termos de fiscalização sobre os recursos pesqueiros.

O uso dos recursos naturais de forma sustentável vem ganhando a atenção dos administradores estaduais sobre a manutenção da alimentação dos povos que residem à margem dos rios amazônicos, contudo, ainda há gargalos referentes à permanência dos agentes comunitários fiscais nos lagos, uma vez que os mesmos ficam no local de vigia sem condições de segurança. Outra questão é sobre as condições do escoamento do pescado (Foto

¹⁸ Os dados do quadro e do quantitativo de comunitários residentes na Comunidade Divino Espírito Santo das Panelas foram disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento Rural de Tonantins. Acesso em 2016.

07) e sua higienização, que devem ser revistos pelos órgãos responsáveis em favor de um alimento de qualidade e saudável para o consumidor final.



Foto 07: Comunitários carregando o pirarucu do barco até o caminhão. Tonantins (AM).

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2015).

Vale ressaltar, que para o sucesso do Manejo Participativo dos Lagos faz-se necessário solucionar os gargalos, principalmente aqueles relativos às questões de captura dos pescados com apetrechos adequados, pois através de financiamento é possível obter recursos para fins de infraestrutura para escoamento (barcos, canoas, tratores etc.) que servem para o transporte terrestre, assim como o armazenamento em câmaras frigoríficas como forma de manter a qualidade de conservação do pescado. A partir das práticas do manejo os comunitários puderam vender o pescado no ano de 2015 (de R\$ 5,00 a 7,00 reais o quilo) e fortalecer as práticas socioculturais através das festas provenientes do manejo do pirarucu.

A despesca dos lagos é realizada a partir do mês de setembro (Foto 08), porém, a data da feira livre é no mês de dezembro. Nesta data ocorre a festa do pirarucu manejado com desfile das candidatas à rainha do festival (Fotos 09), expondo sua beleza e criatividade, tem-se também a exposição de projetos desenvolvidos nas Comunidades como o Manejo de Quelônios na Comunidade Nova Esperança e Jacapari Perpétua¹⁹.

¹⁹ O Manejo de Quelônios nas Comunidades Nova Esperança e Jacapari Perpétua em Tonantins (AM) é uma iniciativa primária dos comunitários juntamente com a Secretaria de Fomento, Abastecimento e Produção Rural.



Foto 08: Comunitários na atividade de despesca do pirarucu no lago manejado.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Fomento, Produção e Abastecimento Rural (2016).

A festa do Pirarucu é um evento para divulgação e valorização do manejo, assim como para valorização dos pescadores através de suas manifestações socioculturais, com concurso de poesia e de música etc., todos abordando o tema manejo de lagos referente ao peixe amazônico. Este evento envolve uma tendência de produção de artesanatos e comercialização das etnias Kokama, Tikuna e Kaixana com produtos contendo a escama do peixe e frutos amazônicos, culinárias diversificadas que contribuem com a economia e a cultura da população tonantinense. Ainda, diversas manifestações tanto indígenas como não indígenas atraem visitantes de outros municípios devido aos *shows* com atrações regionais e nacionais. Há as candidatas à rainha da festa do pirarucu, trajando roupas produzidas no município com escama do pirarucu, redes de pesca (malhadeira, tarrafa), cuia, pena de aves, flechas, semente de açaí, palha de tucum, caniço, talo de buriti etc. As candidatas são representantes de cada Bairro/Comunidade e confeccionam a roupa com recursos próprios (Foto 09). Somente as três finalistas recebem valores em dinheiro, no caso, a premiação final do concurso.



Foto 09: Concurso das candidatas à Rainha com trajes feitos com a escama do pirarucu.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento Rural (2015).

No ano de 2015, foram liberados 2 kg de carne de pirarucu para todos os estudantes matriculados na rede municipal de educação (a distribuição do pescado foi organizada pela Secretaria de Fomento e Abastecimento Rural, Secretaria de Educação e Cultura e Assistência Social) e, posteriormente, foram liberados também para os idosos e pessoas carentes do município.

A atividade manejada interfere na economia e na cultura da população. No ano de 2011 foi arrecadado R\$54.857,00 e, em 2012, o total de R\$ 125.768,20. Esses valores são divididos entre as comunidades que realizaram a despesca. Dessa forma, essa renda extra auxilia os comunitários que fazem parte do manejo a ampliarem a renda familiar, já que nesta região a principal atividade econômica gira em torno da pesca e da agricultura familiar.

A reflexão sobre o Plano de Manejo Participativo dos Lagos foi primordial para se compreender como a organização política faz a diferença. Vários Kaixana participam dessa atividade e melhoraram suas vidas, assegurando a preservação dos peixes e criando mecanismos de controle social dos territórios da pesca, enfrentando as ações dos pescadores profissionais, financiados por empresas e frigoríficos pesqueiros. Essa experiência não está diretamente relacionada à Comunidade São Francisco, mas expressa a articulação das vizinhanças e possui relação direta com os espaços de vida em Tonantins, predominantemente organizados ou desorganizados pelos indígenas.

No entanto, vale ressaltar que a Comunidade São Francisco, oficialmente, não faz parte do manejo de lagos. O motivo é que a maioria dos comunitários não aceitou o acordo de conservar os lagos por um determinado período, alegando que não poderiam ficar sem realizar a atividade de pesca. Agora, é preciso abordar sobre a área central da pesquisa para se

entender um pouco mais sobre a Comunidade São Francisco de Tonantins e os sujeitos da pesquisa.

1.3 Caracterização e localização da Comunidade São Francisco de Tonantins (AM)

1.3.1 A metodologia da pesquisa

Pretende-se afirmar que os sujeitos possuem conhecimentos, historicamente determinados e contextualizados, para assim compreendê-los em seus aspectos fundamentais e em sua estruturação socioespacial. Com isso, o que define a opção metodológica é a problemática da pesquisa, que aponta as fontes que deverão ser acionadas e indica quais procedimentos devem ser empregados para se ter acesso às fontes. “O método é como parte de um corpo teórico integrado, em que ele envolve as técnicas, dando-lhes sua razão, perguntando-lhes sobre as possibilidades e as limitações que trazem ou podem trazer às teorias a que servem no trabalho sobre o seu objeto”. (CARDOSO, 1971, p. 3).

A metodologia é o ato de explanar os passos a serem seguidos para que se cheguem às respostas propostas pelos objetivos diante da problematização. É nessa etapa que o pesquisador delimita onde e como será desenvolvida a pesquisa e, ainda, indica como e quais ferramentas serão utilizadas para se chegar às respostas.

Nesse sentido, selecionar adequadamente as estratégias metodológicas é extremamente importante, incluindo pensar as fontes de informações, o suporte teórico para interpretação dessas e as técnicas que se deve adotar. Assim sendo, nessa pesquisa, as principais fontes de informações foram os indígenas Kaixana da Comunidade São Francisco de Tonantins. A Comunidade possui 180 (cento e oitenta) famílias Kaixana (segundo o cacique da Comunidade), sendo participantes desta pesquisa 50 (cinquenta) pessoas, representando 28% do total.

Uma vez identificados os indígenas Kaixana tem-se como critério de seleção para participar da pesquisa o sujeito que recebe o benefício bolsa família e como critério de exclusão o sujeito que não recebe o benefício bolsa família, levando-se em consideração a dimensão territorial do local da pesquisa.

Por outro lado, também se buscou informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Dossiê Golpe Contra os Indígenas elaborado pelo Conselho Indigenista

Missionário/CIMI em Janeiro de 1996. Ainda foram fontes de informação representantes da Organização dos Indígenas Kaixana em Tonantins (OPIKT).

A pesquisa foi didaticamente dividida em três etapas principais: revisão bibliográfica; levantamento de dados e informações; e trabalho de campo. A etapa de revisão bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 158):

[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

A etapa de revisão bibliográfica teve caráter contínuo, sendo pautada nas seguintes temáticas: espaço e território; identidade; identidade territorial; identidade ética; Povos e Comunidades Tradicionais; políticas públicas; políticas sociais; Estado; e política indigenista.

Dessa forma, a pesquisa se estrutura a partir da consulta em fontes bibliográficas, visando identificar os autores que abordam a temática, com o intuito de construir um arcabouço teórico para subsidiar a leitura e a interpretação do objeto em análise. Cabe informar que essa pesquisa tem caráter quali-quantitativo.

Entende-se que os estudos pautados em índices e números são relevantes para uma pesquisa, por isso, adota-se o método quantitativo para descrever os dados. Com isso, as metodologias qualitativas e quantitativas subsidiaram a sistematização e interpretação dos dados coletados tanto na pesquisa documental, quanto na pesquisa de campo. Dessa forma, a pesquisa qualitativa destacada por Godoy (1995) é entendida como uma técnica de caráter descritivo em que o pesquisador expõe o enfoque indutivo na análise de seus dados.

Já a terceira etapa da pesquisa consistiu no trabalho de campo, o qual tem relevância metodológica em sua aplicação na Geografia, assim como em outras áreas de conhecimento. O trabalho de campo, ou pesquisa de campo, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 186):

[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.

É nessa etapa que se utiliza a observação participante, entrevistas semiestruturadas, história oral, questionários, diário de campo e registros fotográficos no sentido de apreender o cotidiano do espaço de vida dos indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco. Os sujeitos

que participaram das entrevistas, questionários e registros fotográficos são os que concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Utilizou-se a pesquisa qualitativa, que permite uma relação dinâmica entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

O termo qualitativo implica uma partilha densa com as pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após esse tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

O eixo central da pesquisa são as informações de natureza qualitativa. No caso da Geografia, trata-se de pesquisas cujo foco é o sujeito, mais do que os espaços. Esta pesquisa retrata as práticas espaciais, as formas de apropriação do espaço e a territorialização dos indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco. Para isso, é necessário que haja a coleta de dados e informações, como destaca Guimarães (2015, p. 44):

Na pesquisa qualitativa, por ter um caráter mais interpretativo em relação ao fenômeno estudado, é considerada como uma pesquisa que necessita de bastante atenção e cuidado, pois é preciso registrar as informações, coletar os dados, organizá-los e fazer análises.

Assim, torna-se uma pesquisa necessariamente com foco nos sujeitos e tem como principal fonte de informações os depoimentos orais, as práticas espaciais cotidianas, as histórias de vida e as visões de mundo das pessoas.

No caso da pesquisa quantitativa, o material é, basicamente, de natureza numérica e permite tratamento estatístico, como cálculo de porcentagem e de amostragem, elaboração de matrizes, bem como representação gráfica. Dessa forma, estabelece-se a análise dos dados da pesquisa.

Por conseguinte, enfatiza-se a abordagem acerca da situação dos indígenas demonstrando que a identidade étnica materializada socialmente no território comunitário possibilita um debate referente ao acesso às políticas públicas por meio da autoidentificação do grupo, elemento que se constitui a partir do debate sobre a perspectiva dos direitos sociais desses povos.

Nesse sentido, buscou-se analisar a produção do espaço geográfico como elemento territorial entre os indígenas Kaixana e sua influência sociocultural para o acesso às políticas públicas, considerando também a dinâmica socioespacial nos modos de vida.

A metodologia envolveu entrevistas com lideranças do povo indígena Kaixana e outros. Desta feita, percebe-se a importância de analisar o discurso de lideranças e de

informações no seio da sociedade indígena Kaixana para melhor compreender o que torna o imaginário social da população local tão depreciativo em relação aos indígenas. Além de trabalhos regionais (Trabalho de Conclusão de Curso, artigos, reportagem de jornais regionais) que retratam a realidade das Comunidades pertencentes ao Alto Solimões.

A pesquisa empírica na Comunidade São Francisco de Tonantins teve por objetivo identificar a composição familiar dos indígenas Kaixana (renda, escolaridade, moradia, saúde, saneamento básico) e verificar as formas de trabalho, as formas de produção, além de averiguar o acesso às políticas públicas por meio da organização social dos indígenas Kaixana. No entanto, vale descrever as etapas das fases da pesquisa como forma de organização do levantamento de dados.

1.3.2 As fases da pesquisa

1.3.2.1 Pesquisa teórica e documental

É por meio da análise da literatura que o pesquisador traça um quadro teórico e faz a estruturação conceitual que dá sustentação ao desenvolvimento da pesquisa, propondo alcançar os objetivos propostos. Nos procedimentos metodológicos, o primeiro a ser utilizado foi a pesquisa teórica, pois esta se configura como a repetição do que já foi dito sobre um determinado assunto, ou seja, deu-se ênfase às principais abordagens teóricas (Quadro 06) sobre o tema em análise para a pesquisa. Pádua (2002, p.52), sobre a pesquisa teórica, destaca que “[...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”.

AUTORES QUE ABORDAM A TEMÁTICA PESQUISADA	
CABRAL COSTA, Roseane.	Territorialidade e Condições de Vida dos Indígenas Cocama da Comunidade Nova Esperança de Manaus, Amazonas. 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas.
CRUZ, Valter do Carmo.	Comunidades tradicionais, (re)configurações identitárias e lutas sociais Por reconhecimento de territórios na Amazônia. XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - 25 a 29 de maio de 2009. Florianópolis - Santa Catarina – Brasil.
ERTHAL, Regina Maria de Carvalho.	O suicídio ticuna na região do Alto Solimões – AM. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP/FIOCRUZ/MS. 1998.
GONÇALVES, Carlos Walter	A Territorialidade Seringueira. Geographia. Niterói-RJ:

Porto.	UFF/PGG Ano 1, n° 2, p. 67-88, 1999. _____. Amazônia, Amazônia. São Paulo: Contexto, 2001. _____. O Latifúndio Genético e a r-existência Indígena-Camponesa. Geographia . Niterói-RJ UFF/PGG. Ano IV, n° 8, 2002b.
GOMES, Rosilene Campos Magalhães.	Território e línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira – UFAM-AM. Dezembro de 2013. Manaus – Amazonas.
GUIMARÃES MOTA, Juliana Grasiéli Bueno.	Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela descolonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, FCT/UNESP, Dourados, 2015.
OLIVEIRA, A, da C. LUCIANO, Gersem dos Santos.	O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1). Espaço Ameríndio , Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 186-192, jul./dez. 2008
RIBEIRO, Darcy.	O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
SANTOS, Daniel Tavares dos.	Estado e povos indígenas no Amazonas: uma reflexão sobre os processos de interjeção estatista. UFAM. 2016.
SILVA, Márcia Vieira da.	Reterritorialização e identidade do povo Amágua- Kambeba na aldeia Tururucari - Uka. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM.

Quadro 06: Fontes teóricas que abordam a temática pesquisada.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2016.

Há de entender que a consulta bibliográfica contribui para obter informações sobre a temática e o problema pesquisado e, também, conhecer publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados sobre a pesquisa. Durante a redação a pesquisa deve intercalar recortes empíricos embasados em revisões literárias através de citações e contextualização da temática. É por meio da pesquisa teórica na internet, em livros, teses e dissertações que é realizada a interpretação, análise e discussão dos teóricos que abordam a mesma temática, buscando dessa forma explicar algum fenômeno ou fato.

Para o recorte dessa pesquisa usou-se autores que contribuem para as discussões sobre território, identidade, identidade étnica, políticas públicas, políticas sociais, Estado, Povos e Comunidades Tradicionais e política indigenista. Utilizou-se também a busca de uma análise interdisciplinar com consultas em obras de pesquisadores de áreas afins (Sociologia e História), os quais fazem discussões pertinentes acerca da temática estudada. Assim como a pesquisa teórica, a pesquisa documental tem sua relevância para alcançar os objetivos, respondendo às necessidades da investigação, tais como as dimensões socioeconômicas, políticas e culturais.

As informações presentes em documentos ou qualquer outro registro escrito que possa ser usado como fonte de conhecimento, embora não tenham recebido um tratamento analítico adequado, também traz sua contribuição para as pesquisas acadêmicas. Esses

levantamentos se assemelham à pesquisa bibliográfica, porém, diferem-se pela natureza das fontes de consulta.

[...] é realizados a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos [...] Além das fontes primárias, os documentos propriamente ditos, utilizam-se as fontes chamadas secundárias, como dados estatísticos, elaborados por institutos especializados e considerados confiáveis para a realização da pesquisa (PADUA, 2002, p.65).

Os dados sobre o município de Tonantins, mais precisamente da Comunidade São Francisco, foram coletados nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Organização dos Indígenas Kaixana em Tonantins (OPIKT).

As informações coletadas nessa etapa da pesquisa servirão *a priori* para caracterizar a Comunidade São Francisco de Tonantins, por meio da realização e levantamento de dados estatísticos e censitários nos órgãos que disponibilizam materiais referentes à realidade socioeconômica local.

1.3.3 Pesquisa de campo: o enlace entre teoria e prática

O objetivo de realizar a pesquisa de campo é observar como os Kaixana estão inseridos na Comunidade São Francisco. Para tanto, a proposta é abordar as formas de cultura e crença do grupo Kaixana, valorando seus aspectos socioculturais (hábitos, costumes, crenças e linguagem) que são poucos conhecidos. Assim, torna-se fundamental o desenvolvimento da pesquisa, por se tratar da construção da identidade para exercer a apropriação do espaço e a construção do território de identidade. Com a contribuição da pesquisa, busca-se sistematizar o modo de vida dos indígenas Kaixana (a empiria) por meio das contribuições teóricas e metodológicas sobre os usos do território.

Dentre os questionamentos levantados, os mais enfatizados são em relação à identidade Kaixana, como, por exemplo, perguntas sobre o processo de territorialização e os benefícios alcançados por meio da identidade indígena: auxílios de órgãos federais ou estaduais (aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio doença entre outros), e como a condição de ter que assumir ser Kaixana para acessar as políticas públicas interferiu na condição e no reconhecimento do *ser indígena*.

Nessa perspectiva, a pesquisa na Comunidade possui bases qualitativas, o que propiciou a apreensão das particularidades dessa localidade. Por meio das entrevistas, das

fotografias e das paisagens observadas, a presença e a vivência da pesquisadora nesse ambiente mostraram um pouco de sua importância e afetividade com a área pesquisada. Evidenciar este fato torna-se uma contribuição dessa pesquisa ao município e à Comunidade, aos indígenas Kaixana e à academia, apresentando a dinâmica de vida, de existência, de permanência, de *(Re)Existência*²⁰ dos Kaixana frente aos usos do território e a necessidade de demarcar o território da Comunidade.

A pesquisa de campo constitui-se como base conceitual e metodológica para a construção do método de estudo sobre a identidade dos indígenas Kaixana.

A pesquisa de campo ou trabalho de campo é usado com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos sobre o problema levantado para o qual se procura uma resposta, ou para a hipótese que se queira comprovar. Outro objetivo dessa fase é descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

Nessa etapa da pesquisa de campo, a coleta de dados constituiu uma fase importante, pois, o conhecimento é o resultado da relação entre um sujeito que se empenha em conhecer o objeto de sua preocupação. Pode-se supor, seguindo uma análise de pesquisa, que possa haver uma relação entre o investigador e o investigado, considerado empiricamente como indivíduo concreto, que o mesmo tenha decidido pesquisar.

Dessa forma, é a partir da pesquisa de campo que se pretende abordar as informações sobre a identidade Kaixana e o uso do território como processo de acesso às políticas públicas na Comunidade São Francisco e, também, explicar o aspecto socioeconômico e cultural dos indígenas que residem na Comunidade, ressaltando os aspectos geográficos no exercício de referências culturais, no processo de produção de identidade espacial pelos grupos em conflito, repercutindo em leituras necessárias às abordagens geográficas.

O trabalho de campo é fundamental na pesquisa geográfica, pois representa o momento em que o pesquisador estabelece um contato direto com a realidade estudada, interagindo com os sujeitos e apreendendo a maneira como eles se concebem em suas 50 dinâmicas de vida e de trabalho no lugar em que vivem. (GUIMARÃES, 2015, p. 49-50).

²⁰Segundo Mendonça e Pelá (2011, p. 5), “[...] *(Re)Existência* é um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar *(Re)Existindo*. Nesse sentido, as *(Re)Existências* são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidroelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento.”

Reforça-se aqui a questão da abordagem espacial que o discurso científico da Geografia possui como elemento fundamental para sua maior divulgação social frente ao conceito de território, o que justifica, diante de um tema polêmico como este e que mobiliza a sociedade do Amazonas, um estudo geográfico que incorpore referenciais e enfoques inovadores pautados na identidade étnica dos povos amazônicos.

Baseando-se nesta proposta, foram utilizadas as seguintes técnicas e registros:

a) Observação participante - proporciona uma aproximação com os sujeitos da pesquisa, possibilitando que sejam observadas suas práticas espaciais sem qualquer interferência externa. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 190), a observação: “É uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos da observação de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.”

Dessa forma, a observação é uma técnica que contribui para detectar os aspectos econômicos, políticos e culturais vivenciados na área da pesquisa. A observação participante ou observação ativa consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. “Daí por que se pode definir observação participante como técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de grupo a partir do interior dele mesmo” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.111).

A técnica da observação participante foi introduzida na pesquisa social pelos antropólogos no estudo das chamadas “sociedades primitivas”, assim “[...] os antropólogos utilizam nos estudos de comunidades e de subculturas específicas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.113). A observação teve relevância para a coleta de dados dos Kaixana, enfatizando os aspectos da Comunidade significativos para alcançar os objetivos pretendidos.

b) Diário de campo - nele foram anotadas as observações e indagações na área de pesquisa, registrando detalhadamente os sujeitos em análise.

Embora pareça fácil, a confecção de um diário de campo requer um certo grau de esforço, porque não se trata apenas de escrever uma série de dados num caderno de páginas em branco. Trata-se de registrar o convívio com os nossos informantes, convívio este que não está representado apenas pela fala dos mesmos, no registro que fazemos do próprio espaço (LOPES, 2002, p.135).

É no diário de campo que são anotados os momentos observados, considerados relevantes para a pesquisa.

c) Entrevistas - Na pesquisa optamos pelo uso da entrevista semiestruturada assim como do registro fotográfico, acreditando que essas técnicas podem contribuir para alcançar os objetivos propostos. De acordo com Triviños (2009, p. 146):

[...] podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Entende-se que a aplicação da entrevista semiestruturada oferece uma liberdade para o entrevistado ou sujeito da pesquisa, garantindo mais autonomia em sua fala e liberdade em discutir as informações relevantes para atingir os objetivos da pesquisa. O pesquisador deve proporcionar confiança aos entrevistados, porém, sem interferir e/ou discordar nas/das respostas dos mesmos.

d) Questionários – o questionário é constituído por questões fechadas e abertas, e foi aplicado aos indígenas Kaixana e também aos não indígenas na Comunidade São Francisco de Tonantins. Possibilitou compreender a concepção de pertencimento ao espaço, bem como para entender o acesso às políticas públicas. O questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, abertas (permitem resposta livre por parte do informante) ou fechadas (opção de assinalar sim ou não) que devem ser respondidas, por escrito, porém sem a presença do entrevistador.

e) História oral - A história oral é uma técnica que auxilia o desenvolvimento da narrativa do entrevistado em descrever a história, seja individual ou de um grupo social. Para Freitas (2002, p. 18), história oral é:

[...] um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana [...] De abrangência multidisciplinar [a história oral] tem sido sistematicamente utilizada por diversas áreas das ciências humanas: História, Sociologia, Antropologia, Linguística, Psicologia, entre outras.

Entende-se que a história oral é uma técnica que auxilia no alcance dos objetivos da pesquisa. Têm-se como entrevistados os Kaixana de idade avançada, os quais possuem uma vasta experiência de vida e podem contribuir com a historiografia da Comunidade e de seu povo.

F) Registros fotográficos - Trata-se das possibilidades para aplicações de métodos visuais a serviço da pesquisa social e das limitações desses métodos (LOIZOS, 2008, p. 137). A imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, mas poderoso das ações temporais e dos acontecimentos gerais – concretos materiais. (LOIZOS, 2008, p.

137). Pautando-se em análises da área geográfica é possível verificar que os estudos do domínio do território e identidades étnicas não são suficientes para se transpor os entraves de ordem estrutural da Comunidade. Porém, este estudo, mesmo de forma pontual, proporciona a identificação da realidade espacial.

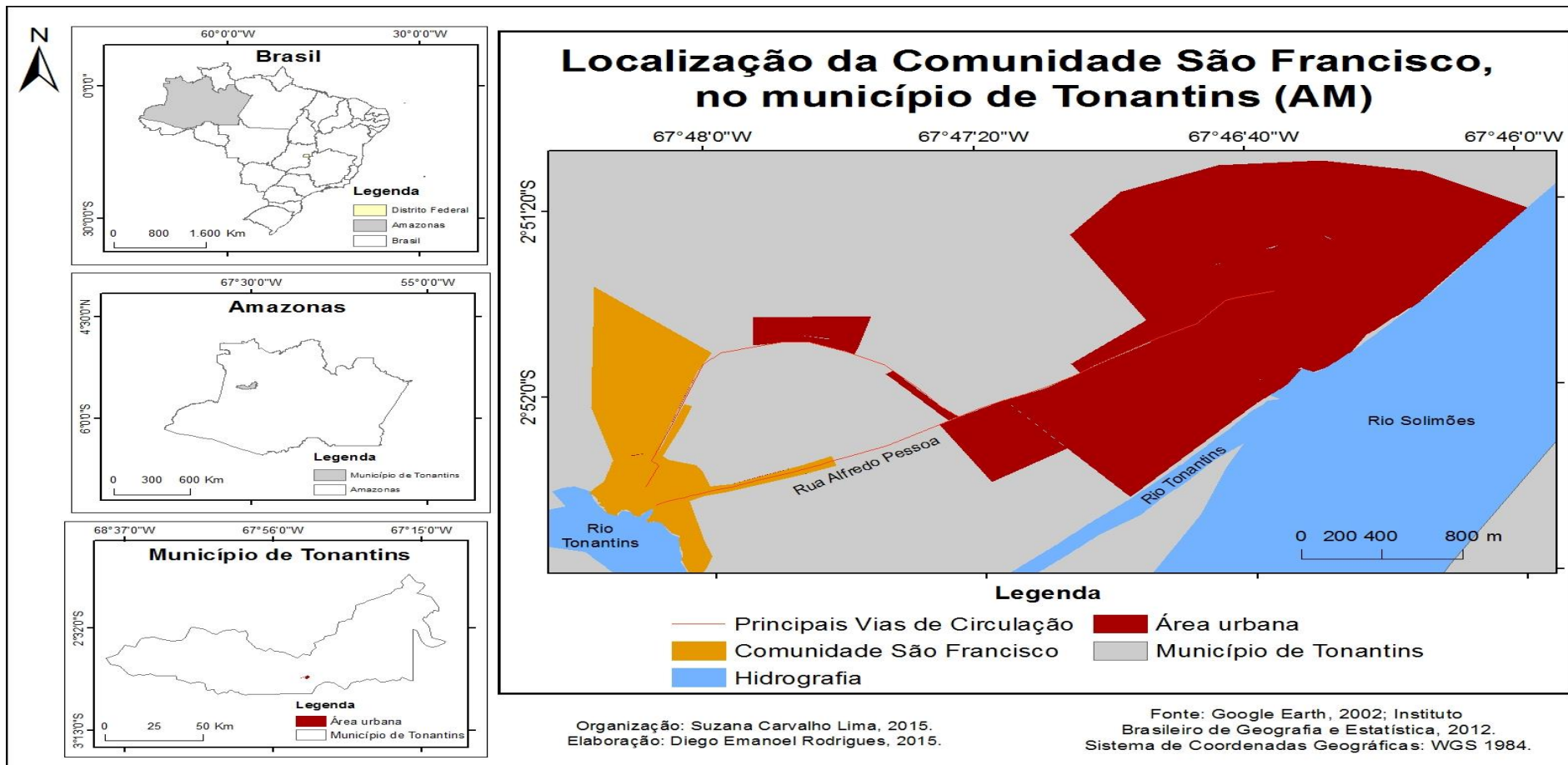
Nesse sentido, a abordagem da temática se refere às práticas das políticas indigenistas voltadas para o acesso às políticas sociais, assim como o olhar se volta para os elementos de identificação étnica e as práticas socioculturais vivenciadas na Comunidade.

Aqui foi exposta a maneira como foi seguido o percurso metodológico da pesquisa, a temática território e identidade nos faz refletir que a Comunidade São Francisco está em processo de estruturação, pois os Kaixana, em sua atuação de apropriação e domínio do território, buscam a consolidação das políticas indigenistas em sua área, por meio da demarcação territorial, que é vista como elemento determinante para a Existência dos Kaixana no território.

1.4 A Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM)

O Vilarejo de Tonantins, que teve os nomes de Tonantins Velho, Vila Velha de Tonantins e, na atualidade (2016), bairro/Comunidade São Francisco, é identificado pelo IBGE como Comunidade São Francisco de Tonantins. Vale ressaltar que a temática de referenciar sobre Comunidade é devido a sua localização geográfica e também aos sujeitos da pesquisa que identificam a área como Comunidade. Uma das discussões é sobre o nome bairro ou Comunidade, sendo que os indígenas a reconhecem como Comunidade e os não indígenas como bairro.

O recorte espacial da pesquisa abrange a Comunidade São Francisco de Tonantins (Mapa 02). A Comunidade situa-se a oeste da sede do município, distando aproximadamente 03 km, sendo que o acesso à área se dá via terrestre pela estrada São Francisco e via fluvial pelo rio Tonantins. Silva (2000, p 62) destaca que “[...] a Comunidade pode ser caracterizada como base territorial, onde as relações sociais de uma pessoa podem ser encontradas, sendo um lugar de vida social que existe certo grau de coesão social [...]”. É nesse espaço de convívio que os indígenas Kaixana transmitem os saberes, valores, costumes e crenças. O conceito de comunidade passa por diferenciações de acordo com o momento histórico, temporal e social. Entende-se que a Comunidade São Francisco é referência a respeito de territorialidade indígena solidária, pois as condições de convívio são de partilha, relações de parentesco, vizinhança etc., mantendo uma vida em comum, certamente, permeada por conflitos, mas que não implicam na perda dos referenciais socioterritoriais.



Mapa 02: Localização da Comunidade São Francisco de Tonantins (AM).

Fonte: Google Earth, 2002; Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

Organizado: Suzana Carvalho Lima, 2015. Elaborado: Diego Emanuel Rodrigues, 2015.

A Comunidade possui um prédio da Igreja Católica São Francisco de Assis construída em 1940 (Figura 10) e que sofreu alterações, apresentando-se na atualidade como demonstrado na Foto 10.

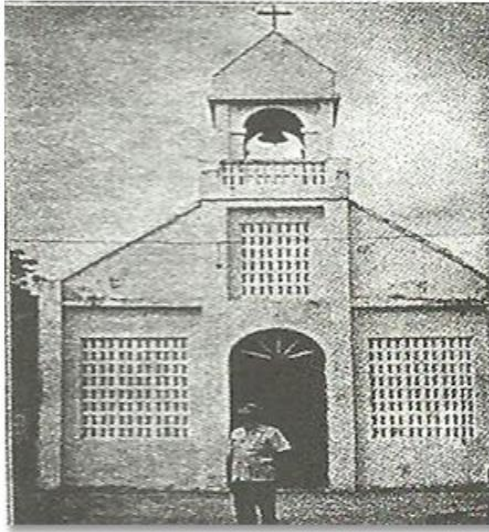


Figura 09: Prédio da Igreja São Francisco de Assis em (1970).

Fonte: Pesquisa de Campo. Concedida pelos moradores (2016).



Foto 10: Prédio da Igreja São Francisco de Assis - 2016.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).

A religiosidade católica tem relevância na formação da Comunidade, pois as representações simbólicas são atividades que perpassam gerações e relatam como viviam os primeiros habitantes. Entre os dias 25 do mês de setembro e 04 de outubro é realizada a festa do padroeiro São Francisco de Assis, em quem os fiéis depositam sua fé e esperança no porvir e agradecem as bênçãos recebidas, bem como realizam momentos de confraternização por meios das rezas e prosas na Praça São Francisco de Assis.

A Comunidade possui uma dinâmica própria de temporalidades históricas, pois apresenta uma diversidade territorial, temporal e cultural promovida principalmente no embate de ideias e concepções que permeiam os conflitos identitários. Aqui não se faz nenhum juízo de valor sobre a natureza dos conflitos, apenas compreende-se que, ao se manifestarem, revelam a força e a vitalidade da Comunidade, dos sujeitos, homens e mulheres que lutam pelos seus direitos a partir das concepções de mundo que povoam suas trajetórias espaciais.

Na área urbana também há a Igreja Católica Divino Espírito Santo “Santíssima Trindade”, construída em 2006, e quatro Igrejas Evangélicas: Igreja Batista Regular Esperança (foto 11); Igreja 1ª Congregação Batista Regular da Fé, construída em 1989 (Foto

12); Igreja da Cruzada, construída em 1972 (Foto 13); e Igreja Assembleia de Deus, construída em 1984 (Foto 14);



Foto 11: Igreja Batista Regular Esperança.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).



Foto 12: 1ª Igreja Batista Regular da Fé.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).



Foto 13 - Igreja da Cruzada.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).



Foto 14 - Igreja Assembleia de Deus.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).

Quanto à estrutura educacional, há a Escola Municipal São Francisco de Assis (Foto 15), responsável pela educação do 1º Ciclo até a 2ª Fase do Ensino Fundamental, construída em 1985. Na mesma escola funciona o Anexo da Escola Estadual São Francisco, responsável pelo ensino médio e, recentemente (2016), foi construída a Creche Maria da Glória Ataíde, responsável pela educação infantil.



Foto 15: Escola Municipal São Francisco de Assis.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).

A Comunidade possui uma quadra de futebol de areia, construída em 2012, uma quadra de futsal coberta com o nome de Crispim Ramires, construída em 2014. Há também 2 (dois) campos de futebol: o Estádio Francisco Penaforth²¹, construído em 1913, onde são realizados os torneios de futebol, e campo de futebol “brasileirinho”, construído em 1999 e, em 2002, houve a ampliação e mudança do nome para José Faia em homenagem a um jogador de futebol da Comunidade que faleceu afogado. Possui uma casa de farinha de mandioca e está em construção uma Escola Estadual com data prevista para entrega em 2017.

Sobre os meios de comunicação a Comunidade possui 01 torre da operadora vivo (que libera sinal por satélite para todo o município), 4 telefones públicos instalados em 2000. Quanto ao serviço de saúde pública possui um posto base de saúde com 07 agentes comunitários de saúde (ACS) (dos setes ACS não há nenhum Agente indígena), construído em 1981. Há também dois cemitérios, o comunitário e o cemitério da família Azevedo (neste cemitério só era enterrado quem fosse da família), porém, encontra-se desativado. Existem ainda, 16 (dezesesseis) bares (os quais comercializam bebidas alcoólicas) e dois localizam-se à margem do rio Tonantins. Sobre o comércio, a Comunidade tem 11 (onze) mercearias com venda de produtos alimentícios e produtos gerais (secos e molhados).

Em São Francisco são residentes, segundo os agentes comunitários de saúde, 1796 (mil setecentos e noventa e seis) habitantes, entre estes, há pessoas que se autoidentificam Kaixana, pessoas que deixaram de se autoidentificar e pessoas que não se envolvem com a temática indígena. Já o IBGE, destaca que há em São Francisco 2.108 pessoas, em cerca de 320 domicílios (IBGE, 2010). O dado mais aproximado é dos agentes de saúde.

²¹ Esse é o nome do campo de futebol que foi construído pela família tradicional *Penaforth*.

Cabe aqui ressaltar que por se tratar de um município amazonense de pequeno porte, poucos estudos foram desenvolvidos acerca de suas características socioculturais e econômicas, assim como existem também as dificuldades em acessar imagens de satélite recentes da área, sendo isso possível somente no ano 2002. Isso não implica uma concepção interiorana de atraso ou algo similar, mas apenas de localizar a condição espacial como elemento determinante para compreender os processos históricos e sociais.

Sobre a escolha da área de pesquisa, Serpa (2006, p. 12) destaca: “Recortar espaços de conceituação na realidade, em coerência com os fenômenos que se deseja estudar e analisar é questão central para operacionalização do trabalho de campo em Geografia”. Justifica-se assim a importância de estudos desse tipo no que tange à Comunidade em questão, ressaltando a importância para futuros estudos na área.

Para se adentrar na discussão da área em estudo, são apresentadas reflexões sobre a problemática decorrente do acesso às políticas públicas por meio da autoidentificação étnica do povo Kaixana, situado na Comunidade São Francisco de Tonantins. A não demarcação do território indígena Kaixana, no caso a Comunidade, traz entraves para o acesso à educação indígena, à saúde indígena e outros. Por isso, têm-se como principal postulado pelo grupo étnico que a demarcação territorial os beneficiará nas práticas das ações governamentais. Uma vez que, ao tentar qualquer benefício, os mesmos encontram dificuldades devido à área da Comunidade estar em processo de estudo/análise sobre a demarcação territorial.

A partir desta reflexão, entende-se por Comunidade o conceito postulado por Aulete (2011, p.20), “[...] no contexto geográfico dispõem que comunidade é o habitat em que os grupos convivem e compartilham suas crenças, culturas, religiões e tradições”. Já a denominação de bairro é referente às divisões regionais de uma cidade, sendo relatado pelos entrevistados que a designação de bairro ocorre devido aos povos não indígenas negarem a demarcação da área como terra indígena. Para Alves (2010, p. 08):

O nome dos lugares quase sempre é atribuído a alguma característica física ou humana, relacionadas ao simbólico e ao lúdico da população desse lugar, enfim a peculiaridade desses lugares relacionam-se em questões étnicas, alegorizam, questões religiosas ou atributos físicos ou atributos indígenas.

A Comunidade São Francisco é denominada pelos indígenas residentes, devido a sua localização e seus elementos físicos naturais. Tendo como homenagem o padroeiro da Comunidade, São Francisco de Assis.

Segundo a Kaixana M. R., 87 anos, (Informação verbal, Jan/2017): “Dar-se por comunidade porque era tudo mato e formamos a comunidade com poucos moradores que

utilizavam suas pequenas terras para plantio de mandioca e produção de farinha e caça para assim sustentar a família”. Quanto às comunidades existentes no município estas somam 59, das quais 36 são homologadas e reconhecidas como áreas indígenas, compreendendo as etnias: Kaixana; Kokama; Tikuna; entre outras.

É importante ressaltar que as fotos apresentadas na Dissertação são identificadas por “comunitários” e ou “Kaixana”, pois nem todos que comparecem se identificam como indígena. Vale destacar a relevância das políticas sociais que os Kaixana almejam e, para compreender essa situação, o Capítulo II aborda as questões políticas, econômicas e sociais na conjuntura dos povos indígenas.

CAPÍTULO II
TERRITÓRIO E IDENTIDADE: notas e reflexões teóricas

O caráter associativo das etnias é que orienta a afirmação do “eu” frente aos “outros,” recolocando no interior do processo identitário a “estima de si” como momento reflexivo da práxis dos movimentos indigenistas. Sobrepõem-se assim, nesta contingência histórica, àquela situação anterior de humilhação, em que a prosa político-econômica da dominação era aperfeiçoada pela prosa cristã da degradação humana [...].

Glademir Sales dos Santos (2009, p 33).

2.1 TERRITÓRIO E IDENTIDADE: notas e reflexões teóricas

Neste segundo capítulo, parte-se da abordagem dialética para compreender as categorias território e identidade, destacando diferentes autores, com ênfase em Raffestin (1993), Santos (2008), Haesbaert (2006; 2007), Saquet (2006, 2007, 2015), bem como teses, dissertações e artigos que tratam da temática. A discussão teórica entre território e identidade promove o entendimento das relações sociais no processo de produção dos territórios a partir da apropriação do espaço geográfico. Diante disso, foram realizadas leituras do quadro teórico que envolve as categorias de análise utilizadas na pesquisa.

No âmbito do discurso pragmático sobre território é preciso discorrer sobre a categoria espaço para então entender suas relações no arcabouço teórico-prático. O conceito de território vem ganhando ênfase a partir da década de 1960, quando surgem abordagens específicas e cientificamente teorizadas, destacando a dimensão simbólica (o vivido, o sentido das relações sociais), o território estatal que discorre sobre a economia, o poder e a sociedade, pautando-se nas relações de poder entre indivíduos, grupos de indivíduos e instituições, considerando-se a dimensão material e imaterial.

As discussões sobre território servem para compreender o significado das relações de poder existentes na comunidade indígena analisada, bem como as influências exercidas pelo poder público e as lutas em defesa de seus territórios por meio dos discursos identitários que almejam a valorização e a politização dos povos indígenas como a cultura, crença, hábitos, memórias etc., que necessitam ser reconhecidas como formas coletivas dos usos do território e dos recursos naturais da Comunidade Kaixana.

2.2 Espaço e Território como categorias de análises

Nessa seção será definido o que se entende por território e qual sua diferenciação em relação à categoria espaço. A definição e a compreensão do espaço geográfico e a construção do território são analisadas e compreendidas em diferentes aspectos por autores no século XIX, como Ratzel (1897), que enfatizou sua preocupação quanto ao desempenho do Estado na apropriação e controle do território. “Para Ratzel o desenvolvimento da sociedade se daria pela intermediação do Estado. Ele inaugura o determinismo e a Geografia Política”. (RATZEL 1897 apud GOMES 2014).

Reclus (1885) estabeleceu as relações sociais e suas ações no espaço; Raffestin (1980) discute o território por meio das relações de poder; e Santos (2008) descreve o espaço

através da compreensão do subjetivo e do objetivo na produção, comunicação e circulação no exercício da política, os territórios usados. Diante disso, faz necessária a análise e a compreensão do espaço geográfico associado à produção do território. Para Raffestin (1980, p. 43):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

De acordo com Raffestin (1980, p. 43), “[...] a sociedade cria seu próprio espaço, através de ações e formas geográficas”, contudo, sua ênfase retrata a representação de um espaço político, cujo centro é a natureza do poder. Assim, produzem os territórios.

Lapierre citado por Clastres (1986, p. 08) destaca que “se pergunta antes de tudo se esse fato humano responde uma necessidade vital, se ele se desenvolve a partir de enraizamento biológico, se, em outros termos, o poder encontra o seu lugar de nascimento e a sua razão de ser na natureza e não na cultura?”. Trata-se aqui da questão do poder político na sociedade humana correlacionado ao comando e à obediência. Portanto, o poder é relacional em todas as relações sociais, e as relações de poder existentes no território são desempenhadas pelos indivíduos que produzem o espaço e têm como objetivo criar novos territórios sejam individuais, coletivos ou institucionais.

Em Raffestin (1980), o espaço como categoria geográfica apresenta demarcações teóricas muito concretas e que revelam perspectivas metodológicas, que reconhecem o homem como sujeito histórico, produtor do espaço, com as mesmas contradições de suas relações sociais. Dessa forma, são as relações de poder, por meio de diferentes atores, que se apropriando do espaço vão produzir os territórios.

Santos (2008, p. 106) afirma em sua análise que “[...] os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções e formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento [...]”. A sociedade tornou o espaço cada vez mais artificial, com suas ações de transformação do natural para o artificial, agregando suas próprias características e objetivos, no entanto, a centralidade deve-se aos sujeitos, sejam individuais ou coletivos e suas relações. Como é destacado por Santos (2008, p. 55),

[...] o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como terreno das operações individuais e coletivas [...].

Diante disso, o espaço é entendido como espaço físico e/ou abstrato sem interferência da ação humana, e é por meio das ações humanas que se transforma de espaço social em território usado, a partir do trabalho que implica em relações de poder, dominação e apropriação. Santos (2008, p. 106) é enfático sobre a ação humana: “por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, às formas-tornadas assim formas-conteúdo podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução da espécie”.

A produção social no espaço faz com que a transformação seja feita de forma simbólica ou não, e parte da ideia de melhorar a vida por meio de ações que permitem conforto ao “espaço habitado”. Guimarães (2015, p. 32) destaca que “[...] o território realiza-se no espaço por intermédio das relações sociais materializadas, e estas resultam das múltiplas facetas assumidas pelo poder [...]”. Não existe território sem poder e nem poder sem uma base territorial.

O território é conhecido pelo processo histórico dos indivíduos, seja de forma individual ou coletiva, onde exercem a apropriação e o poder. É por meio da história que se busca a definição do território como categoria de análise da dimensão simbólica e cultural através da identidade dos grupos sociais ao espaço de vida. Andrade (2004) afirma que:

A análise histórica é indispensável à compreensão da formação do território, da forma que se apresenta hoje. Que na verdade, a paisagem é o tipo de exploração do território e de organização das suas relações vão indicar os seus antecedentes e o processo de sua formação; a compreensão desse processo é fundamental para a construção do estágio que está sendo percebido, que é o objeto de análise (ANDRADE, 2004, p. 14).

Entende-se que a história é essencial para se entender a dinâmica da formação do território, destacando-se seus agentes transformadores. Os primeiros moradores construíram os elementos, garantindo a apropriação e o domínio por meio de experiências adquiridas com a evolução e ordenamento do espaço e sua contribuição na identificação das identidades territoriais, identidades estas pautadas na apropriação e na dominação.

Com isso, têm-se uma discussão de caráter político do território, bem como a compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois se entende o espaço como um

pressuposto do território. Partindo do entendimento sobre o território na perspectiva de Araújo e Haesbaert (2007, p 36), têm-se:

O território, por sua vez, aparece ao longo do tempo e na maior parte das reflexões teóricas como conceito capaz de apreender uma das principais dimensões do espaço geográfico, a sua dimensão política ou vinculada às relações de poder, dentro das diferentes perspectivas com que se manifesta o poder.

No decorrer da história do pensamento geográfico, o território ganha diferentes tipos de abordagens pela configuração de uma parcela do espaço identificada pela posse e/ou apropriação, passando pela dominação e controle, ou seja, o território é caracterizado por uma sociedade ou estado. Havendo uma conjunção entre os processos políticos e culturais que pode ser um dos principais definidores do território.

Para Almeida Silva (2011), o território configura-se como uma porção concreta do espaço geográfico, onde se revelam as diferenças entre agentes sociais, políticos e econômicos interferindo na gestão do espaço. Para Raffestin (1993, p. 15), “É preciso dissipar a frequente confusão entre Estado e poder. O poder nasce muito cedo, junto com a história que contribui para fazer”. Ou seja, nem tudo deve ser desenvolvido como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se ele (Estado) obtivesse todo o poder concentrado.

A história nos remete à evolução da sociedade e é nela que se percebe o uso do poder, que já é caracterizado em tempos primórdios entre grupos sociais, pois ordem e obediência já eram postas por suas dinâmicas que envolvem ações e sujeitos no que tange à produção espacial. Sobre isso, Santos (2008, p. 01) explica que “[...] a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço ele mesmo é social”. Sendo o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social.

Já para Araújo e Haesbaert (2007), a atuação e a transformação do espaço geográfico ocorrem em função da intervenção do homem em criar e manter um laço de afeto e, através disso, cria elementos de acordo com o tempo. Entende-se que não somente o homem transforma o espaço, mas, neste caso, o espaço contribui para formar a identidade do indivíduo à medida que este a territorializa por meio dos movimentos socioculturais e políticos. Assim, “O espaço é produto das relações entre os homens e dos homens com a natureza, e ao mesmo tempo é fator que interfere nas mesmas relações. O espaço é então, a materialização das relações existentes entre os homens na sociedade” (ALVES, 1999 apud DUARTE; MATIAS, 2005 p. 04).

É o espaço transformado que se torna o território, onde o material e o imaterial fazem parte das relações sociais. Além de o território ser um espaço político e econômico ele

também tem sua dimensão cultural, que envolve a identidade, as crenças e hábitos onde a população constrói sua concepção de mundo e de pertencimento ao lugar onde vive, atribuindo às formas espaciais significados e sentidos, ou seja, as imagens ou lembranças do lugar conformam um modo de ser e de viver. Para Souza (2013, p. 88):

O desejo ou a cobiça com um espaço podem ter relação com os recursos naturais da área em questão; podem ter ligação com o que se produz ou quem produz no espaço considerado; podem ter ligação com o valor estratégico-militar daquele espaço específico; e podem se vincular, também, às ligações afetivas e de identidade de um grupo social e seu espaço [...] o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o “perfil” do conceito é a dimensão política das relações sociais [...].

O território realiza-se no espaço por meio das relações sociais materializadas, que são determinadas pelas múltiplas políticas de poder. Dessa forma, a análise do território torna-se essencial à abordagem geográfica. A partir dessa relação, pode-se pensar a noção sobre a apropriação dos homens no espaço, em que os mesmos garantem e asseguram a construção do território e constroem processos de territorialização.

A territorialização aparece nos conceitos de Moreira (2007) e Araújo e Haesbaert (2007) e tem influência na formação da identidade através de seu ambiente de convívio e suas manifestações praticadas no território. É por meio da ocupação de um determinado território que é possível identificar as características dos povos como cultura, alimentação, crenças, língua entre outros. Esses elementos são existentes em um lugar e o diferenciam de outros, assegurando a territorialização e as territorialidades dos povos e/ou de Comunidades Tradicionais.

2.3 Identidade: compreensão de análise da pesquisa

Para Silva (2011, p.44), “[...] além de o território ser um espaço político e econômico deve ser valorizado em sua dimensão cultural e identitária vinculado à diferenciação e à diversidade cultural”, pois a identidade é a identificação do “eu”, dos laços de pertencimento a um determinado grupo, seja ele étnico, religioso, comunitário ou outro. Tais relações determinam a posição do ser humano na sociedade.

A “[...] identidade” nasceu da crise do pertencimento e esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” [...]” (BAUMAN, 2005, p. 26, grifos do autor). Retifica o autor que as identidades surgiram por meio dos poderes políticos, antes de tudo houve as identidades nacionais que fixavam a ideia de que se deve pertencer a uma

nação para representá-la e ser representado, desempenhando a ficção da “natividade do nascimento” com o intuito de exercer o poder nacional.

Pondo em análise as identidades existentes na Amazônia e, em especial, as comunidades ribeirinhas indígenas, acredita-se que seja predominante a singularidade entre os povos no que se refere à identidade e, para isso, Araújo e Haesbaert (2007) afirmam que a identidade é dinâmica, múltipla, aberta e contingente. Ela não se restringe à questão: “quem nós somos”, “também quem nós podemos nos tornar”; desse modo, a construção da identidade tem a ver com “raízes” (ser), mas também com “rotas” e “rumos”. Na abordagem de Araújo e Haesbaert (2007), as identidades são construídas a partir de valores culturais dinâmicos de relações entre sociedade no tocante às identificações do ser humano.

As culturas dos povos contribuem na formação das identidades étnicas territoriais, assegurando os direitos étnicos e a maneira de existir no território. Nesse sentido, as relações sociais estão em constante movimento por meio do processo de construção histórica e simbólica. É o referente espacial no sentido concreto e simbólico onde se ancora determinada identidade social e cultural. Referindo-se ao recorte espaço-temporal (os meios e os ritmos) onde se realiza a experiência social e cultural é que são forjadas as práticas materiais (formas usos, organização e produção do espaço) e as representações espaciais (formas de significação, simbolização, imaginação e conceituação do espaço) que constroem o sentimento e o significado de pertencimento dos grupos ou indivíduos em relação a um território.

Para Araújo e Haesbaert (2007, p. 104), “[...] é o sentido de pertença, os laços de solidariedade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território”.

Já para Almeida Silva (2011, p. 67), “[...] as culturas são conduzidas pelas representações e simbologias, nas quais a historicidade, a espacialidade e territorialização são construídas através dos valores considerados mais importantes de um coletivo [...]”. As representações simbólicas tornam-se as características de um grupo por meio de manifestações construídas dentro do meio de relações sociais, que é transmitido pelos valores e opiniões sobre as várias formas de representações históricas e manifestações simbólicas.

Hall (2011) em “A identidade cultural na pós-modernidade” aborda que a identidade é historicamente construída por meio das ações dos indivíduos em seu passado histórico. Assim como Castells (2008, p. 23) destaca que:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua fusão de tempo/espaço.

Essas reflexões nos conduzem a pensar que as identidades são relacionalmente construídas. Como construção relacional, a identidade supera posições essencialistas. Nessa perspectiva, a construção é tanto simbólica quanto social. “O reconhecimento pode levar à renegociação das identidades, pois reformular o modo por meio do qual se representa a identidade é também uma ação política” (ARAÚJO; HAESBAERT, 2007, p.74). Compreendida dessa forma, a identidade está em constante movimento com base nas representações, nos discursos, nos sistemas de classificações e nas relações sociais.

A dinâmica do indivíduo ou do grupo social é mediada pela relação dialética com o outro (como as pessoas me veem e veem o grupo ao qual eu pertencço), sendo que é no território que ocorrem as dinâmicas espaciais e temporais em que, se estabelece a historicidade de cada indivíduo ou grupo social com os movimentos das relações. “É no movimento dialético das relações que vão se formando as diferentes identidades que só poderão ser desvendadas no jogo contraditório das concepções sobre o genérico e o particular, em que indivíduo e sociedade se interpenetram”. (MACHADO, 2003, p. 02).

Assim, há uma conjunção nos processos políticos e culturais como principais definidores de cada território. Para Bauman (2005, p. 35), “[...] o anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentido ambíguo”. A identidade está relacionada ao uso do território, por este ser entendido como base das ações políticas, sociais e culturais a partir das múltiplas relações de poder, sendo que a construção de identidades sempre ocorre no contexto de relações de poder.

Castells²² (2008) propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades: Identidade legitimadora - introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e relacionar sua dominação em relação aos atores sociais; Identidade de resistência - criada por atores que se encontram em posições/condições desfavoráveis e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições e a sociedade; e Identidade de projeto - quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo

²² A proposta de Castells (2008) sobre a construção de identidades evidencia a dinâmica das identidades, “transformando-se em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação.”

de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social.

A identidade é a representação de um indivíduo ou grupo e a mesma passa a ser sua representação perante a sociedade de “quem sou eu” e “como devo agir”. Agora, quando se trata de identidades territoriais há o que se desvelar sobre os materiais/objetivos e imateriais/subjetivos para designar o sentido de pertencimento identitário. Para Bauman (2005, p. 54), “[...] é preciso compor a sua identidade pessoal (ou as suas identidades pessoais?), da forma como se compõe uma figura com as peças de um quebra-cabeça”. O autor ressalta que a identidade é um processo social que está em constante movimento no espaço físico delimitado e apropriado por um grupo específico, onde expressa suas culturas, crenças e hábitos concretizando sua identidade territorial.

2.3.1 Identidade Territorial

“No começo da história do homem, a configuração territorial era simplesmente o conjunto dos complexos naturais. A medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens [...]” (SANTOS, 2005, p. 55). O autor refere-se às cidades, vias, fábricas etc., que criam uma configuração territorial através da historicidade em que se destaca a transformação da natureza intocável pela natureza artificial.

Não é possível estudar a identidade de qualquer grupo social apenas com base na sua cultura, ou no seu modo de vida, nas suas representações de forma introvertida e auto referenciada, pois a identidade e os sentimentos de pertencimentos são construídos de maneira relacional e muitas vezes conflitiva entre uma auto-identidade (auto-atribuição, auto-reconhecimento) e uma hetero-identidade (atribuído e reconhecido pelo “outro”). São nessas teias complexas de valorações e significados de reconhecimentos e alteridade que se estabelece o diálogo e o conflito entre os grupos forjados a identidades (CRUZ, 2006, p. 32-33, grifos do autor).

Com isso, o processo de consolidação da identidade deve ser considerado a partir da temporalidade, pois não só a espacialidade insere-se na reconstrução do território ao longo do tempo, mas o temporal-espacial insere-se no contexto das transformações exercidas no território.

O estudo sobre identidade vem contribuindo na identificação dos elementos que fazem parte de uma compreensão conceitual, tal como identidades territoriais. Esta relação é importante nas ciências geográficas e antropológicas, pois relaciona o recorte temporal e espacial através das relações sociais e suas manifestações simbólicas.

São identidades pautadas na apropriação simbólico-expressiva do espaço, o uso do mesmo (espaço) tem as características do pertencimento, o vivido, as emoções, o afetivo a historiografia do espaço-vivido²³. As experiências vivenciadas em um espaço dão à sociedade que ali reside a possibilidade de repassar as crenças adquiridas para os demais membros familiares, transmitindo o conhecimento adquirido com o tempo, denominado conhecimento empírico. Para tanto, entende-se que o território é como uma organização espacial das diferentes ações sociais e, com isso, caracteriza a identidade territorial com sua análise por meio das relações simbólicas, assim como as bases concretas e materiais que predominam no território. Os ritmos das mudanças nas relações sociais dão o sentido de valor simbólico à identidade a partir das representações sociais construídas.

Reconhecer a diferença territorial implica saber que o território é constituído de duas propriedades, sem as quais é impossível compreender ou representar: a) o núcleo central de sua existência repousa sobre a afirmativa de que o território é constituído de relações sociais fundadas sobre as diferenças de poder. O território seria o primeiro modo de dar significado às relações de poder; b) as mudanças na organização das relações sociais correspondem às mudanças nas representações de poder, e estas mudanças não implicam um único sentido. Neste caso é que chamamos a atenção para o apriorismo e ou para um atomismo, ôntico, sem historicidade e sem concretude das ações humanas na determinação de territórios. Uma ausência de compreensão de que é a práxis que consolida espacialidades e os limites de enfrentamento destas diferenças geram, portanto, os territórios (SOUZA, 2009, p. 109).

Diversos conflitos são oriundos da disputa territorial por meio do exercício do poder e a concretude do uso das organizações sociais define o que seja real das ações humanas no território (apropriação, dominação) das espacialidades.

Para Silva (2011, p. 44), “[...] além do território ser um espaço político e econômico deve ser valorizado em sua dimensão cultural e identitária vinculado à diferenciação e à diversidade cultural”. Ratifica a autora que as representações identitárias estão relacionadas ao uso do território no qual exercem suas funcionalidades, sejam subjetivas ou objetivas.

A identidade territorial é compreendida pelo uso do território e por manter relações sociais, assim como as comunidades que se reúnem em prol de algum objetivo e desejam alcançá-lo, exercendo suas territorialidades por meio de sua identidade, tanto individual como coletiva. A identidade se define a partir de outras identidades, como a formação de um indivíduo ou grupo social que difere de outro indivíduo ou grupo social, partindo de suas características próprias ou coletivas.

²³ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

A identidade é entendida a partir da personalidade, da necessidade da inserção da pessoa no grupo e também da singularidade de cada indivíduo com sua história. Silva (2001) destaca que:

A identidade territorial faz menção à noção de território para a sua estruturação. Ela se situa junto ao espaço simbólico apropriado, partilhado pela dimensão histórica do imaginário social. Esse processo de apropriação proporciona uma sensação de pertencimento, o que fortalece os laços com o local. Alguns elementos contribuem para a formação da identidade territorial, como a história comum e, principalmente o vinculado com outros grupos (SILVA, 2011, p. 48).

É a partir das identidades territoriais que ocorrem as relações sociais dos grupos como educação, saúde, organização social passando o território a ser compreendido como espaço de vida que possibilita relações políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, o território torna-se parte indissociável do processo identitário, pois a identidade territorial interliga-se à identidade social. Na abordagem de Silva (2011, p. 48), “[...] as identidades territoriais podem ser entendidas como identidades sociais, no momento em que um dos elementos centrais para a construção das identidades passa pelo território”.

No entanto, não é o território que é compreendido em sua dinâmica, mas, sim, o uso que se faz dele por meio das organizações e ações dos sujeitos. Entende-se a importância da ação social na formação do território e sua relevância em relação à identidade vivida e sentida por meio das ações sociais em determinado grupo, causando ou construindo a identidade territorial em constante movimento. Saquet (2015 p. 19) aborda que:

A identidade significa unidade dialética nos termos indicados por Lefebvre (1995), envolvendo, portanto, pessoas e relações econômicas, culturais e política sem deslocamento da natureza e do território. Ela envolve, evidentemente relações afetivas e de pertencimento, porém, o que mais nos interessa é a organização política a partir das diferenças e das características comuns entre os sujeitos com vistas à projeção e (i)materialização do presente e do futuro.

O autor destaca que a identidade é o significado da existência social, pautando-se em uma análise de pertencimento a um grupo no qual se requer autonomia política, econômica e cultural. Mas para isso faz-se necessário o enraizamento em uma organização social tendo suas manifestações distintas e/ou particulares de um indivíduo ou um grupo social.

Silva (2011, p. 48) discorre que “as identidades na perspectiva territorial são construídas a partir do significado (objetivo e subjetivo) e sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa numa determinada porção concreta do espaço geográfico (região, lugar, território)”, na qual são produzidas as identidades territoriais por meio das relações estabelecidas nesses espaços. Compreende-se, por meio da discussão de Moreira (2007), que

a expansão territorial interfere nas relações socioculturais de um povo, ocasionando conflitos e disputas por meio da territorialização. Para isso, Araújo e Haesbaert (2007, p. 45) destacam:

Assim, a identidade territorial só se efetiva quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo, um espaço em que a apropriação é vista em primeiro lugar a partir da filiação territorial, onde tal filiação inclui o potencial de ser ativo, em diferentes momentos, como instrumento de reivindicação política.

Aqui se entende que a identidade territorial é pautada na organização do poder de mobilização e de legitimação, tornando-se permanentemente em disputa. Assim como a identidade territorial é caracterizada pelo afeto, pertencimento e simbólico a identidade étnica também é caracterizada por sentimentos significativos a um determinado grupo social. Desta feita, neste estudo aborda-se a identidade étnica como categoria de análise para se entender a realidade da pesquisa, ou seja, compreender o povo Kaixana²⁴ da Comunidade São Francisco de Tonantins, localizada em Tonantins (AM).

2.3.2 Identidade Étnica

É importante conceituar a identidade étnica quando se aborda um determinado grupo que apresenta essas características como condição de existência, como é o caso dos povos indígenas Kaixana. Cabe a cada pesquisador elaborar e executar sua análise socioespacial e sociotemporal de cada grupo social pesquisado. Nesta pesquisa, compreende-se que a “[...] identidade étnica consiste no sentimento de pertencimento a um grupo social que permite a comunidade étnica, se definir, se organizar e se diferenciar diante dos outros” (ATHIAS, 2005, p. 05).

A identidade está em constante movimento e nesse movimento ocorrem os sentimentos afetivos como laço de pertencimento a um grupo social, seja religioso, econômico, cultural ou ambiental. São estas características associadas que permitem a identidade étnica de pertencimento a um determinado “espaço vivido” em que é possível compreender o processo de territorialização. Como contribuição, Athias (2005, p. 03) afirma que:

As relações de vivência entre o homem e a natureza é de fato uma dinâmica entre a localização e a experiência vivida. Os grupos étnicos estão relacionados ao processo de territorialização, no sentido que a constituição de seus territórios estão intimamente ligados as suas identidades étnicas e ao exercício da cidadania plena.

²⁴ A identificação do termo será explicada posteriormente na seção destinada à historiografia do povo Kaixana.

Esses territórios são negociados dentro de um quadro político preciso cujos parâmetros estão estabelecidos pelo estado [...].

A identidade étnica consiste no sentimento de pertencimento a um grupo social que permite à comunidade étnica se definir, organizar-se e se diferenciar diante dos outros, construindo suas identidades próprias. Para a Geografia e demais Ciências Sociais, as relações entre povos em um território representam um laço de pertencimento devido as suas características locais por meio de elementos físicos, naturais e sociais.

Ao longo da história da humanidade, a etnia sempre foi uma fonte fundamental de significado e reconhecimento. Trata-se de uma das estruturas mais primárias de distinção e reconhecimento social, como também de discriminação, em muitas sociedades contemporâneas [...] ela foi e é a base para o surgimento de revoltas na luta por justiça social (CASTELLS, 2008, p. 71).

Com isso, a luta pela afirmação da identidade requer uma atenção ao reconhecimento social, uma maneira de se manter visível perante um grupo que mantém suas características próprias, seja entre relações culturais e políticas, às quais contribuem para a formação do autorreconhecimento e da sistematização na construção da identidade como um processo permanente. Sintetizando, Cruz (2006, p. 35) enfatiza que: “[...] a identidade está sujeita à manipulação dos indivíduos ou grupos sociais; ela não existe em si mesma, independentemente das estratégias de afirmação dos atores sociais, elas são ao mesmo tempo produtos e produtoras das lutas sociais e políticas.”

Portanto, é por meio da identidade étnica que um indivíduo ou grupo tenta garantir o acesso às políticas públicas como saúde, educação, direitos à assistência social e outras seguridades garantidas pela Constituição Federal de 1988.

Sabe-se que em cada cultura as representações são percebidas, sentidas e vivenciadas de maneira diferente no ambiente de relações históricas (em que os antecedentes deixam suas contribuições sobre as culturas vivenciadas em seu meio) e revelam as diferenças entre agentes sociais, políticos e econômicos que contribuem na organização e ocupação do território. Entende-se que a política tem alterado a configuração do espaço, seja ele em nível de povos ou comunidades tradicionais, já que se estabelece como elemento significativo na constituição do modo e na qualidade de vida da sociedade.

A simbologia²⁵ é uma representação das identidades pautadas na valorização étnica relacionada à autoidentificação identitária para garantir o livre acesso às políticas aplicadas para as populações indígenas, as quais procuram visibilidades por meio da identidade étnica e suas manifestações culturais. Com isso, Castells (2008, p. 65) ratifica em sua obra que a “[...] etnia vem sendo especificada como fonte de significação de identidade, a ser integrada não com as outras etnias, mas de acordo com princípios mais abrangentes de autodefinição cultural, como religião, nação ou gênero”. A cultura dos povos contribui na formação das identidades étnicas, assegurando, portanto, seus direitos étnicos.

Nesse sentido, as relações sociais são construídas por meio do processo de construção histórica e simbólica local/regional. A esse respeito, Araújo e Haesbaert (2007) asseguram que é o referente espacial no sentido concreto e simbólico onde se ancora a construção de uma determinada identidade social e cultural.

Refere-se ao recorte espaço-temporal (os meios e os ritmos) onde se realiza a experiência social e cultural, é neles que são forjadas as práticas materiais (formas uso, organização e produção do espaço) e as representações espaciais (formas de significação, simbolização, imaginação e conceituação do espaço) que constroem o sentimento e o significado de pertencimento dos grupos ou indivíduos em relação a um território [...] É o sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. (ARAÚJO; HAESBAERT, 2007, p. 104).

Almeida Silva (2011, p. 67) diz que “As culturas são conduzidas pelas representações e simbologias, nas quais a historicidade, a espacialidade e territorialidade são construídas através dos valores considerados mais importantes de um coletivo [...]”. Conforme é enfatizado por Almeida Silva (2011), as representações simbólicas tornam-se as características de um grupo a partir de manifestações construídas no meio de relações sociais, que são transmitidas pelos valores e opiniões sobre as várias formas de representações históricas e manifestações simbólicas.

Compreendida dessa forma, a identidade é construída com base nas representações, nos discursos, nos sistemas de classificações simbólicas. As construções das identidades estão pautadas nas relações entre os integrantes sociais do território e a maneira como interpretam as identidades criadas para obter segurança através das leis que priorizam tanto Comunidades como Povos Tradicionais situados em área urbana ou não.

²⁵ A simbologia é entendida como a compreensão das identidades dos Kaixana em definir seu território por meio do viver, do agir que evidenciam a permanência, ainda que modificada, das condições de existência, configurando as *(Re)Existências*.

No entanto, a relação entre grupos indígenas e não indígenas vem promovendo indagações sobre disputa por territórios, sendo construída por meio da produção identitária. Caso como estes ocorre na região Amazônica, e o que define suas existências não são apenas os modos de vida, mas as culturas, as tradições e hábitos que, riquíssimos, necessitam ser valorados pela sociedade e, também, a forma como é interpretada essa identidade em que o imaginário dos não indígenas toma conta de rotular os povos indígenas.

Na contribuição de Mendonça (2004), a identidade territorial é construída a partir das múltiplas relações com o entorno, uma relação simbólica entre os homens e a terra enquanto vida, enquanto arte do fazer-se politicamente. As organizações e representações sociais buscam por meio de suas manifestações étnicas garantir a identidade, para, assim, conseguir através dela uma maneira de realizar as atividades burocráticas e ter o acesso às políticas públicas.

No fim de 1970, multiplicaram-se as organizações não governamentais de apoio aos índios, e no início da década de 1980, pela primeira vez, se organiza um movimento indígena de âmbito nacional. Essa mobilização explica as grandes novidades obtidas na Constituição de 1988, que abandona as metas e o jargão assimilacionistas e reconhece os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores (CUNHA, 2012, p. 22).

Os direitos de Povos e Comunidades Tradicionais são postulados através do Decreto de 27 de dezembro de 2004²⁶, que cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, Decreta: Art. 1.º, estabelece que fica criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, com as seguintes finalidades:

I - estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais;

II - apoiar, propor, avaliar e harmonizar os princípios e diretrizes da política pública relacionada ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal;

III - propor as ações de políticas públicas para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, considerando as dimensões sociais e econômicas e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais e etc;

²⁶ Retirado do site www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm, em 03 de Maio de 2016.

Dessa forma a Constituição estabeleceu importantes princípios e fundamentos ao exercício das políticas em prol das Comunidades Tradicionais delegando ao Estado a proteção das mesmas. Para tanto, têm-se o Decreto Federal n.º 5.051, de Abril de 2004²⁷, que Promulga a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

O decreto: Art. 1.º A Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, apenas por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém. Art. 2.º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Brasília, 19 de abril de 2004; 183.º da Independência e 116.º da República. Na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva e Celso Luiz Nunes Amorim.

Este Decreto ratifica o fortalecimento à diversidade cultural dos povos indígenas e tribais no âmbito de seus espaços e modos de vida, de desenvolvimento econômico e cultural, em manter suas identidades, línguas, religiões no espaço que tradicionalmente ocupam. Porém, o acesso desses povos aos direitos tanto culturais quanto sociais ainda sofre pela falta das práticas governamentais nas Comunidades Tradicionais.

A partir dessa abordagem é que se compreende as políticas públicas como elemento propulsor das disputas territoriais na Comunidade Kaixana, mas, também, como fundamental para o autorreconhecimento da identidade étnica. “Para garantir esses direitos são muitos que passam pela necessidade de políticas de ações afirmativas que assegurem a esses sujeitos o papel de titulares de direitos, até a formulação e implementação de um sistema que dê efetividade aos direitos postulados” (MOREIRA, 2007, p. 33). Para isso, o governo brasileiro ratificou, por meio do Decreto Legislativo nº 143, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em junho de 1989, assegurando os direitos étnicos e o advento de novas identidades coletivas nas ações governamentais postuladas para a melhoria de vida por meio da política indigenista.

Entretanto, não se pode *fechar os olhos* para a política indigenista no Brasil, que em sua origem tinha objetivos de assenhorar-se das terras e da mão-de-obra, pois os povos indígenas em sua maioria perdem seus territórios pelo empoderamento de não indígenas que

²⁷ O texto da Convenção foi retirado de: SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil:** declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

possuem interesse econômico e político nos espaços em que os indígenas criam sua identidade e o sentimento de pertencimento.

A política indigenista do período do século XIX leva a marca de todas as disparidades. Mas, para caracterizar o século como um todo, pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencial, uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras. Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas são sem dúvidas a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo. (CUNHA, 2012, p. 56).

Cunha (2012, p. 56) explica que a política indigenista possui influência da dinamicidade vivenciada nas áreas de residência, tal como comunidades sendo ocupadas por grupos indígenas em áreas ribeirinhas ou em áreas urbanas com a presença de indígenas e não indígenas. Alega que a possível demarcação dessas terras se torna difícil por haver opiniões diversas, no entanto, faz-se necessário para a garantia de acesso aos direitos e às necessidades de implementar as políticas sociais.

Tratando-se da atuação política, Cruz (2014, p. 53) aborda que:

A complexidade de elementos identitários, próprios da autodeterminação afirmativa de culturas e símbolos, fazem da etnia um tipo organizacional; e essa complexidade, se traduzida para o campo das relações políticas, gera uma ruptura profunda com a atitude colonialista e homogeneizante que historicamente apagou diferentes étnicas e a diversidade cultural [...].

Esses processos remontam à politização das culturas e dos modos de vida em que “o tradicional” torna-se um processo de politização valorando os costumes, os hábitos, os saberes, os quais interferem na construção das identidades socioculturais e/ou sociopolíticas, enfatizando a importância da cultura para a emancipação e participação das ações políticas por meio do resgate da valorização e organização dos grupos identitários. É isso que assegura os direitos étnicos na luta pelo uso do território garantindo os direitos sociais.

Na busca pelo reconhecimento de uma identidade há o envolvimento de disputas e conflitos por recursos distintos, sejam naturais ou simbólicos²⁸, visto que a identidade tem uma estreita relação com a diferença na qual é compreendida por um processo de disputa e relação de poder entre grupos distintos. Como base nisso, pretende-se enfatizar o uso da

²⁸ Cruz (2014, 33, grifos do autor) explica que “A constituição de novos sujeitos políticos, novos sujeitos de direito vêm redefinindo as táticas e estratégias de luta pela a terra na Amazônia, sobre tudo, pelo impacto da emergência da questão ambiental e da questão étnica que vem redefinindo o padrão de “conflitualidade” e o campo relacional dos antagonismos na região”.

terminologia Povos e Comunidades Tradicionais²⁹, reconhecendo sua importância para a discussão de identidade no território amazônico, onde as riquezas da diversidade são constantes e relevantes para a construção histórica nacional/regional.

2.4 Povos e Comunidades Tradicionais

Ao discutir a temática, há a compreensão do conceito construído pelo Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais³⁰ (CNPCT), na medida em que se acredita ser importante na significação dos fenômenos sociais abordados. Essas reflexões permitem pensar que as identidades são construídas de acordo com a especificidade de cada povo ou Comunidade. Segundo a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu art. 3º, inciso I:

Povos e Comunidades Tradicionais são: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (2007, p. 01).

Segundo o Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, art. 3º da CNPCT, os Povos e Comunidades Tradicionais têm o direito de exercer suas atividades como forma de manifestação cultural, e também usufruir de seus recursos naturais como instrumento que permite a prática de vivências entre os povos que, por meio de seus movimentos sociais, exercem a territorialidade.

A disputa pelo território representa para as populações indígenas um meio de garantir a territorialidade para exercerem suas atividades, pois nesta se inserem as atividades, principalmente de agricultura e pesca, adotadas pelos comunitários como forma de existência.

²⁹Shiraeshi Neto (2007, p. 08, grifos do autor) esclarece que “os termos do Art. 2.º da referida Convenção, tem-se explicitado o procedimento de reconhecimento de “povos” e/ou “comunidades”, sob um significado lato senso para além do sentido estrito de “tribo”, assim enunciado: “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção. Além disto, o Art. 14 assevera o seguinte em termos de dominialidade e direitos territoriais: “dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

³⁰ Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, Art. - 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto. Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, [...] usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Com ênfase nos povos indígenas e quilombolas,

A territorialidade, segundo Rapozo (2010), difere-se do conceito de território e possui um papel importante na constituição de grupos sociais.

No entanto, a noção atribuída ao território aqui possui uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Cucho (2002) destaca que todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social. Já Pinho (2015) aborda a conquista do acesso ao território e reconhecimento dos seus direitos a partir das lutas dos grupos sociais.

A anterioridade da ocupação indígena no Brasil, a exploração do trabalho escravo oriundos do continente africano associado com a ocupação colonial de origem europeia proporcionou o surgimento de uma imensa diversidade de povos e comunidades assentadas na ancestralidade que passaram, a partir de muita luta durante a elaboração da Constituição de 1988, a contar com artigos de reconhecimento dos seus direitos – como acesso ao território, à reprodução cultural e suas formas de relacionamento com a diversidade biológica brasileira (PINHO, 2015, p. 01).

Por meio desta pesquisa, afirma-se que o processo de territorialidade e identidade ocorre de acordo com o tempo histórico, vivenciado no espaço geográfico, e nesse espaço é possível à sociedade intervir em seu modo de vida em relação ao bairro, lar, escola, rua onde mora, comunidade e todos os elementos que fazem parte deste, como as diferentes relações existentes entre os povos indígenas e/ou não indígenas que ocupam o mesmo espaço.

As lutas pelos direitos à territorialidade é fundamental na reprodução dos modos de vida tradicionais, pois o território é para essas populações, ao mesmo tempo: os meios de subsistência; os meios de trabalho e produção; os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, aquelas que compõem a estrutura social. Assim o território se constitui como um “abrigo” e como um “recurso” abrigo físico, fontes de recursos materiais ou meio de produção e ao mesmo tempo um elemento fundamental da identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (ARAÚJO; HAESBAERT, 2007, p. 118).

Partindo do conceito de Araújo e Haesbaert (2007), pode-se enfatizar a importância para os povos indígenas do direito à territorialidade, uma vez que eles dependem dos recursos encontrados para garantir a soberania alimentar do seu grupo social. A associação da territorialidade com a relação de convivência é transmitida pelas maneiras e hábitos de vida de cada povo inserido nas atividades exercidas em diferentes territórios.

Como forma de compreender a territorialidade, entende-se que um indivíduo ou grupo social contribuem por meio de suas atividades mediante a interação, participação ou movimentos sociais que determinam o lugar de forma equivalente para a formação e identificação territorial.

Cada especificidade de grupos étnicos contribui na transformação do espaço geográfico, onde são observadas as relações do meio com a sociedade, as quais possuem suas características próprias, seja de forma individual ou coletiva, agregando os valores étnicos e o modo de vida de acordo com sua cultura.

Para Moreira (2007, p. 49): “As lutas pela apropriação da terra e da natureza que conformam aspirações dos povos da Amazônia não estão dissociados desse processo de territorialização do capital e do grande capital nessa região”. A apropriação do território pelo capital gera conflitos, pois usurpa dos Povos e Comunidades Tradicionais o direito às condições de existência. Com isso, decorrem as disputas territoriais e toda sorte de infortúnios que acometem os territórios indígenas desde a ocupação branca.

De acordo com Santos (2008), “[...] esse espaço geográfico pode sofrer mudanças conforme o tempo, com ênfase no território sendo o meio físico de análise da pesquisa”. A sociedade pode se diferenciar estruturalmente de acordo com as funções, os elementos inseridos em cada território. Com isso, Bernal (2009) destaca:

As organizações indígenas oferecem visibilidade as etnias no jogo social urbano representando (re-apresentando) os grupos étnicos tanto perante a sociedade em geral quanto perante a eles mesmos e sua consciência étnica. Elas são como um espelho onde uns se olham para se reconhecer e outros para se distinguir. No entanto, elas não são o único lugar de “re-conformação” dos grupos étnicos tanto perante a sociedade em geral quanto perante eles mesmos e sua consciência étnica (BERNAL, 2009, p 20, grifos do autor).

O autor ratifica que as organizações e representações sociais buscam por meio de suas manifestações étnicas garantir a identidade, para seguir através dela uma maneira de realizar as atividades burocráticas e ter o acesso às políticas públicas.

Entende-se que a política pública e a identidade étnica interferem nas relações conflituosas que se estabelecem entre os Povos e Comunidades Tradicionais que habitam o mesmo território, por haver leis que os favorecem quanto aos direitos a uma qualidade de vida adequada. Desse modo, a pesquisa busca analisar a compreensão e a observação da forma como é identificado o espaço vivido, tendo como produção de identidade o uso do território por meio das organizações sociais.

Através de mobilizações políticas sucessivas que vem resultando em inúmeras associações, constata-se que os indígenas reivindicam o reconhecimento de sua identidade étnica quer seja na aldeia ou na cidade. As lideranças das associações indígenas argumentam que uma identificação múltipla na cidade, objetivada num plano coletivo, não em perda da identidade, mesmo quando desprovido de atributos “essenciais”. Consideram que dispersos ou agrupados com pessoas de sua própria ou

de outras etnias não deixam de manter seu pertencimento e tão pouco perdem sua condição étnica e sua posição social (ALMEIDA et al., 2009, p. 28, grifos do autor).

Partindo do conceito de Almeida et al., pode-se enfatizar a importância para os povos indígenas da garantia do direito à territorialidade, uma vez que eles dependem dos recursos encontrados no território para garantir a *(Re)Existência* do seu grupo social. Para tanto, a identidade é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de identificação de um indivíduo ou de um grupo. Na concepção de Almeida Silva (2011, p. 7) a territorialidade é entendida:

[...] como resultante do espaço de ação e experiências socioespaciais como realidade material e imaterial construída simbolicamente pelos coletivos. É com a territorialidade que também é explicada a ordem dos seres e não seres colocados no microcosmo (grupo social pequeno) constituem-se como ordenamento do espaço indentitário, que permite a distinção de coletivos e de culturas.

O autor ratifica que cada população tem uma ação para com o território, atuando como agente social, representando seus valores e costumes, construindo a realidade material e imaterial ou objetiva e subjetiva de seu povo no espaço.

Na abordagem das principais discussões sobre territórios e vivências por povos indígenas, têm-se a especificidade das etnias indígenas existentes na região Amazônica que se inserem em um contexto de pluralidade étnica, abrangendo 20% do território amazônico. E ao mesmo tempo se aplica a dita limitação demográfica por esta ser compartilhada entre os povos “mas está presente, sobretudo a história na própria relação dos homens com a natureza [...] diversos em unidades ao mesmo tempo culturalmente semelhantes e etnicamente diferentes” (CUNHA, 2012, p.13).

A geografia, em seu contexto social, busca identificar os fatores influenciadores de movimentos sociais, garantindo seus direitos às políticas públicas por parte da identidade territorial. Identidade que com o passar do tempo se fortalece com as experiências por meio das atividades práticas em seu meio social.

Na abordagem de Cunha (2012), as modificações nos grupos étnicos decorrem da sua ocupação territorial. Essas populações indígenas, em sua maioria, encontram-se em territórios urbanos e buscam o acesso às políticas públicas por meio da identidade. Para Bernal (2009, p. 31), “Estudar as sociedades indígenas atuais do ponto de vista demográfico apresenta grandes dificuldades particularmente quando se trata também de populações urbanas”. A relação entre Povos e Comunidades Tradicionais vem trazendo indagações sobre disputa por territórios, e com isso originando conflitos entre os povos. Essa relação tem importância para os conceitos

geográficos, uma vez que permite uma correlação entre os movimentos sociais³¹ e sua contribuição para a formação do território.

Na Amazônia há uma diversidade de grupos sociais, tais como: caboclos, ribeirinhos, indígenas, seringueiros e outros que possuem culturas e vivências diferentes. Logo, a formação de grupos atuantes parte da realidade das várias comunidades distribuídas na região. Neste ponto, é interessante destacar a perspectiva apresentada de que a identidade é representada na diversidade cultural e social da região amazônica.

Com isso, Hall (2011, p. 13) destaca que: “[...] dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo cotidianamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. O autor explica que a identidade não é unificada e que pode haver diferentes segmentos de uma verdadeira razão do ser “eu” enquanto homem social, pois o sentimento de pertença dá um conforto em identificar-se no meio social e se diferencia de outros indivíduos ou grupos, sendo que a identidade é “definida historicamente e não biologicamente”. Para isso, entende-se que o meio social é essencial para a compreensão da identidade, pois as originalidades se dão de acordo com as experiências vividas no território.

No entanto, para se compreender a particularidade de cada identidade é preciso analisar os aspectos das relações distintas entre ações e objetos as quais possuem as singularidades e também os conflitos. Castells (2008, p. 23) discorre que:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de espaço/tempo.

Na aproximação das reflexões sobre as comunidades a partir do âmbito geográfico, propõe-se analisar os processos e significados das identidades primárias (as identidades que estruturam o seguimento de outras identidades) partindo da identidade construída coletivamente; porém, quem e para que se constrói a identidade?

³¹ FERNANDES (2000, p. 60) aborda que “Estudar um movimento social como categoria geográfica é condição essencial para a elaboração da teoria. Categorias são conceitos-chave de uma ciência [...] os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas.” GOHN (2014, p. 9) explica que “[...] Nos Movimentos Sociais destaca as ações coletivas organizadas em movimentos sociais, associações e redes civis, grupos de interesse e de pressão, contestações, disputas e litígios políticos de vários sujeitos sociopolíticos.”

Entende-se que os grupos coletivos constroem suas identidades partindo do pressuposto de apropriação ou reconhecimento de pertencimento a um determinado território, sejam estas identidades coletivas ou individuais. Assim também como a concepção de reconhecimento a um grupo social, seja na igreja, na escola, no trabalho. Castells (2008, p. 25) destaca:

[...] a identidade destinada à resistência, leva a formação de comunas, ou comunidades. É provável que seja esse o tipo mais importante de construção de identidades em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistências diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com bases em identidades que, aparentemente, foram definidas pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência.

Não há comunidades sem interesses econômicos e laços de pertencimento, nelas ocorrem ações diversas de disputa de poder. Nas comunidades se tem as relações sociais com suas práticas tradicionais no contexto histórico e político. Diante disso, pretende-se discutir na próxima seção as políticas públicas, fazendo uma inter-relação entre Estado, política, economia e sociedade indígena, discutindo as políticas públicas como campo do conhecimento.

2.5 Políticas Públicas: fundamentação teórica

Os estudos que se dedicam ao processo de formulação de políticas avançaram nas últimas décadas do século XX e primeira década do XXI, buscando analisar o desenvolvimento da política, sua eficiência e o acompanhamento de metas institucionais, às quais passam por definições e implementações. Assim, pretendeu-se discutir e compreender o processo de formulação de políticas públicas dando ênfase às políticas sociais, partindo do percurso teórico e metodológico em suas diferentes matrizes teóricas. Inicialmente, apontamos, a partir da literatura, as linhas gerais de análise de políticas públicas, de acordo com as discussões das relações entre Estado e sociedade.

Posteriormente, procurou-se identificar as especificidades do processo de formulação de políticas sociais para, finalmente, focalizar as políticas indigenistas e como essas são relevantes para a reafirmação do território e da territorialidade indígenas, alicerce dessa pesquisa.

2.5.1 Considerações sobre Políticas Públicas

No Brasil, no fim dos anos 1980, com a elaboração da Constituição de 1988, houve a redefinição das formas de gestão do orçamento público. É importante entender os estudos sobre a formulação das políticas públicas, procurando esclarecer como se formula e qual a finalidade das políticas públicas na sociedade, ampliando, assim, a sua presença nos estudos e pesquisas sobre a temática. No entanto, Souza (2006) destaca os “pais” fundadores da área de políticas públicas:

[...] considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios. Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio [...]. Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006, p. 24).

Esses autores contribuíram para a compreensão da definição de política pública no âmbito de sua formulação e suas relações, sejam sociais ou institucionais. Dessa forma, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública, a política social, a política indigenista são campos multidisciplinares que têm como análise o processo da política pública. No entanto, por ser um campo holístico, em que várias áreas referenciam suas teorias e métodos, é preciso também enfatizar que é formalmente um ramo da ciência política. Para compreensão, é possível realizar uma análise na discussão de Frey (2000 apud GELINSKI; SEIBEL, 2008, p. 38), quando destaca as cinco fases do ciclo da política pública: “1) percepção e definição de problemas, 2) agenda *setting*, 3) elaboração de programas e decisão, 4) implementação de políticas e, finalmente, 5) a avaliação de políticas e as correções que se fizerem necessárias”.

No entanto, o autor correlaciona as cinco fases à dinâmica do processo de construção das políticas públicas. Souza (2007 apud GELINSKI; SEIBEL, 2008, p. 01), aponta três motivos que dariam maior visibilidade ao assunto no país nesta época:

- a) Em primeiro lugar, a adoção de políticas restritivas a gastos que seriam implementadas não apenas no Brasil, mas em boa parte dos países em desenvolvimento, desde os anos 1990. Elas motivariam toda uma série de estudos para melhorar o desenho e a gestão das políticas públicas.
- b) Em segundo lugar, com a substituição do arcabouço keynesiano pelas políticas restritivas a gastos, as políticas sociais passariam a ter um caráter focalizado ao invés de universal.
- c) E, em terceiro lugar, nos países com democracia recente - caso dos países latino americanos - as coalizões não teriam conseguido, ainda, definir como se dão equacionamento entre recursos e necessidades da população.

Entende-se que as políticas públicas passavam, e passam até os dias atuais (2017), por processos de análises referentes a aplicabilidades de suas próprias leis, havendo, dessa forma, uma constante relevância no estudo acadêmico, pois já são vários autores - Bourdieu (1930, 2002, 2014), Hofling (2001), Saraiva (2006), Ferrarezi (2006), Castells (2008), Gelinski e Seibel (2008), Rosa (2014) etc. -, que buscam compreender a dinâmica do exercício das políticas públicas que tem como objetivo resolver as necessidades da população. Para Gelinski e Seibel (2008), “[...] as políticas podem ser sociais, macroeconômicas ou ainda (científica tecnológica, cultural, agrícola, agrária). A partir do processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação”.

Os autores destacam sobre as políticas sociais, referindo-se à saúde, educação, emprego, habitação e assistência. Já a macroeconomia vem a ser a fiscal, industrial e monetária. Para Gelinski e Seibel (2008, p. 02), “As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas”. Ações estas que fazem parte do exercício da aplicabilidade de recursos para sanar possíveis necessidades da sociedade, possibilitando assim o desenvolvimento econômico e a inclusão social da maioria da população. Souza (2006, p. 25) destaca que: “[...] as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”. Porém, há fatores internos e externos na elaboração e implementação das políticas públicas que acabam gerando conflitos entre grupos políticos e sociais.

Hachmam, Arretche e Marques (2007, p.69, grifos dos autores) destacam que: “[...] pode-se, então, resumir políticas públicas como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] e quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]” A seguir, pretende-se diferenciar políticas sociais de política de Estado para melhor compreender a dinâmica entre ambas.

2.5.2 O Estado

O Estado é envolvido por atos políticos os quais exercem pretensas ações que tenham efeito no mundo social e, ao mesmo tempo, é um lugar de lutas sociais. Quando se fala em Estado, pensa-se em governo, na burocracia, nos serviços prestados à sociedade, e em um território onde se encontra um conjunto de agentes sociais. Para se identificar o que é de fato um Estado têm-se as concepções de autores que abordam a temática, como: Castells (2008); Bourdieu (2014); e Hofling (2001). Torna-se necessário destacar a diferença entre Estado e governo, e, para isso, Hofling (2001, p. 31), em sua abordagem sobre Estado e políticas (públicas) sociais, argumenta que:

O Estado é entendido como um conjunto de instituições permanentes como – órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monopolístico, mas possibilitam a ação do governo. E o governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos...) que propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por determinado período. (HOFLING, 2001, p. 31).

“[...] o Estado é o que fundamenta a integração lógica e a integração moral do mundo social que é a condição dos conflitos a propósito do mundo social”, diz Bourdieu (2014, p. 31). Com isso, entende-se que o Estado é o princípio da ordem na organização social, assim como serve ao bem comum, já o governo busca o *bem do povo*, representando a ideia do discurso de fazer acontecer as boas venturas estatais, mantendo uma ideologia dos serviços públicos. Bourdieu (2014) reitera:

A dimensão simbólica do Estado, espaço de relações de força e de sentido, como produtor de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicados ao mundo social. Tais categorias são formas estranhas em condições históricas de produção, ou melhor, estruturas mentais em conexão com estruturas sociais, como que retraduzindo as tensões entre os grupos em oposições lógicas (BOURDIEU, 2014, p. 22).

Dessa forma, a política abrange a vida coletiva seja em grupos ou organizações, a partir das relações sociais, almejando conquistas e poder. Nesse sentido, a política deve se atentar a representar de fato um bem público, mas não é o que se tem de real na dimensão da relação entre Estado/sociedade.

Para isso, Bourdieu (2014, 26) destaca que “[...] na lógica da hegemonia, os agentes do Estado são pensados como estando a serviço não do universal e do bem do público como dito, mas dos dominantes economicamente e dos dominantes simbolicamente, e o mesmo tempo ao seu próprio serviço”. O papel do Estado é promover ações institucionais, como o governo que atua nas políticas públicas, estabelecendo relações entre o Estado e a sociedade. No entanto, não existe uma única definição sobre o que seja política pública, mas, em si, entende-se que o estudo da política com ênfase no Estado estabelece uma análise do governo referente à questão pública, ou seja, a política tem a ver, portanto, com Estado, governo, sociedade e poder.

A análise da política social constitui uma das vertentes dos estudos econômicos, para isso, tem-se o discurso de Marx e Weber, a análise do efeito do círculo entre o econômico e o social. Em Marx “o Estado exerce a vontade política da classe social dominante economicamente”. Já Weber destaca que o “Estado é a instituição que tem o monopólio legítimo da violência”. Ressalte-se que o poder exercido sobre um grupo social constitui-se em ações do Estado, seja em sociedades primitivas ou em organizações sociais modernas.

O Estado é o principal instrumento de que hoje dispõem os cidadãos para controlar a globalização em função de seus valores e interesses. A adaptação da administração do Estado, enquanto instrumento, às tarefas complexas que impõe o extraordinário processo de mudança social e tecnológica que estamos vivendo, é condição prévia à capacitação do setor público para atuar estrategicamente e mesmo para a implementação de qualquer reforma social. (CASTELLS, 2008, p. 27).

O Estado se perpetua em sucessivos governos através do uso dessa força. No entanto, nas sociedades onde existem desigualdades e conflito de interesses existe o Estado, pois o mesmo é entendido como algo que vai sanar as necessidades da sociedade. Porém, nem tudo que está na Constituição é exercido pelo governo. Destaque-se que o Estado capitalista ou Estado socialista é entendido como o Estado correspondente ao processo do sistema econômico.

No entanto, o Estado é entendido como parte da sociedade exercendo o seu lado político e organizacional. Para Marx, o Estado surge da extinção da comunidade primitiva e da divisão da sociedade em classes, tornando-se uma estrutura política que exerce o poder e mantém a ordem na sociedade, havendo dessa forma a divisão de classes distintas com

diferentes interesses econômicos, caracterizando o espaço dos conflitos sociais por meio das relações de dominação e apropriação. Entende-se que o Estado é controlado pelas classes dominantes na ordem da lógica do capital.

Partindo disso, entende-se que política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que efeitos e para quem, ou seja, ela enfatiza o papel do Estado nas relações sociais. Diante disso, na seção seguinte pretende-se analisar os conceitos sobre as políticas sociais para entender as relações existentes na Comunidade São Francisco de Tonantins (AM).

2.5.3 Políticas sociais

Aqui se pretende abordar conceitos que darão suporte ao desenvolvimento da política social, analisando as relações econômicas, políticas e sociais. A política social surge para dar suporte às lutas sociais, havendo dessa forma a mudança da natureza do Estado, obtendo conquistas relevantes como o direito político e ao mesmo tempo o direito civil, que contribuíram também para a luta e conquista dos direitos sociais.

O estudo das políticas sociais é entendido por suas relações internas e externas entre a política, a economia e o social e por suas diversas manifestações no âmbito territorial.

Como *locus* por excelência de realização das políticas públicas, o relacionamento Estado/sociedade é determinado pelas condições histórico-estruturais de desenvolvimento de uma dada formação social. Essas condições remetem ao desenvolvimento das relações de produção, que, interagindo dialeticamente com características históricas e culturais, determinam padrões diversos desse relacionamento, em momentos históricos também diferentes, que permeiam direta ou indiretamente toda a sociedade. Mas os padrões desse relacionamento não são necessariamente passíveis de apreensão e podem, mesmo, ser contrariados, em situações políticas específicas (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 301).

Entender as relações existentes entre Estado e sociedade é fundamental para analisar os processos históricos e culturais que são determinados no desenvolvimento das relações que exprimem a necessidade da atuação da política social, por meio da aplicabilidade de sistemas específicos, tais como: saúde; assistência social; educação; habitação popular; saneamento; e etc, por meio da implantação de programas na esfera federal, estadual e municipal exercida pelo governo como forma de amenizar a desigualdade referente à natureza econômica, política e social. Assim, “As políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios

sociais diminuindo as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”. (HAFLING, 2001, p.31).

Dessa forma, entende-se que o Estado por meio de suas ações governamentais deve determinar e direcionar os benefícios sociais através de seus programas e projetos. Com isso, a política social é entendida como a *solução* para amenizar as desigualdades presentes no território das relações dos sujeitos. Nesse sentido, podem ser almejadas conquistas sociais por meio da coletividade, exercidas por uma mobilização social em prol da prática da política organizacional³².

Por princípio, a política social é provedora de um bem público. Um bem que é custeado pelo conjunto da sociedade e dirigido a todos aqueles a ela pertencentes; ou seja, são todos tanto responsáveis quanto merecedores, mesmo que jamais o requeiram. Assim, a política social inclui a noção do direito e do dever sobre os bens sociais. (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, p. 307).

Para tanto, uma forma de garantir o exercício das políticas sociais é por meio dos movimentos sociais os quais (*Re*)*Existem* e lutam pelas conquistas e acesso aos direitos civis e sociais no espaço. Considera-se a política social como a atuação estatal por meio dos mecanismos legais e institucionais no processo da execução política, podendo o sujeito recorrer de forma individual ou coletiva por seus interesses sociais.

Uma forma de interpretar as políticas sociais são os fatores culturais que tradicionalmente ou historicamente são construídos e perpassados por diferentes maneiras de interpretações, seja no âmbito de aceitação ou rejeição, em que as representações lutam por conquistas sociais.

As políticas sociais na atualidade requerem, portanto, essa dimensão, que as coloca como garantidoras de bens sociais como direitos reconhecidos pela sociedade, que reclama a intervenção estatal para sua efetivação, mas que as localiza na esfera pública, em oposição à privada e para além do Estado. (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, p. 309).

O foco da política social é a efetivação de seus projetos e seguridade social, saneamento e etc., tornando-se um direito de todos ao acesso à educação pública, saúde, lazer e outros. A sociedade luta por direitos sociais, a partir do reconhecimento desses direitos, que, em maior parte, não saem dos gabinetes e papéis. Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 315) destacam que a “[...] política social é como a intervenção estatal pelo fornecimento de bens sociais

³² Para Dattner (2006, p. 12), “La política organizacional es el proceso por el cual las tica organizacional es el proceso por el cual las personas: Representan diferentes intereses, agendas, y perspectivas Compiten, crean conflicto y/o colaboran para: Interpretar y evaluar informaci información y así poder tomar decisiones. Ubicar o reclamar recursos y recompensas estructurar o reestructurar la organización.”

dirigidos a todos os cidadãos de uma mesma sociedade (nação), que por eles se responsabilizam e dos quais são mercedores, podendo ou não deles precisar.” No entanto, as limitações destes processos ocasionam as desigualdades sociais, havendo o enfraquecimento da sociedade no âmbito do acesso às políticas sociais.

Ressalta-se que os déficits da aplicação das políticas sociais interferem na qualidade de vida da sociedade, seja de forma individual ou coletiva. Pois a mesma (política social) tem o intuito de promover o bem social, como os direitos reconhecidos pela sociedade, sendo caracterizada como abordagem do Estado, visando atender às necessidades sociais referentes à população. Portanto, a política social resulta das relações sociais, dos conflitos e contradições por meio das desigualdades a partir dos interesses sejam econômicos, sociais, políticos ou culturais. Para isso, pretende-se na próxima seção analisar as políticas indígenas no exercício da cidadania dos indígenas.

2.5.4 Política Indigenista

O estudo sobre a participação dos indígenas na sociedade é de suma importância para se compreender a história por meio de suas experiências, saberes, lutas e contribuições interpretadas por diferentes atores no tempo e no espaço. Dessa forma, pretende-se abordar as políticas indigenistas, sobretudo, na produção identitária e apropriação do espaço partindo da análise das relações simbólicas, tal como os materiais existentes no espaço ocupado pelos povos Kaixana.

A política indigenista promove a atuação perante as necessidades de incluir os índios na dinâmica da ação dos programas e projetos do governo por meio de leis estatais. A prática e o estabelecimento dessas leis e seu possível cumprimento se fizeram por meio de lutas e confrontos através de grupos que se interessavam/interessam pela atuação destas, assim como os jesuítas que tiveram forte influência e os próprios indígenas que ainda na contemporaneidade lutam por seus direitos, que muitas vezes são silenciados ou negados.

[...] correspondeu a uma série de normas legais e políticas estatais específicas para os povos indígenas: o Código Civil (1916); Decreto nº 5484 (1928), o Estatuto do Índio (1973), e as sucessivas Constituições Federais (1934, 1937, 1946 e 1967), que colocavam como objetivo principal do Estado-Nacional a “incorporação” ou “assimilação” dos índios à “Nação”. (FERREIRA, 2008 apud ROSA, 2014, p. 01-02).

Entende-se que a política indigenista é o conjunto das ações de políticas dotadas pelo Estado em prol dos indígenas, com a finalidade de protegê-los e garantir sua ocupação

territorial por meio das políticas estatais com ênfase na demarcação de terras. O Estado brasileiro criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918 apenas SPI) em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, que tem por objetivo prestar assistência a todos os indígenas do território nacional, sendo esta a primeira estrutura organizacional responsável pela política indigenista oficial. Posteriormente, surgiu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vinculada ao Ministério da Justiça a partir da mudança do SPILTN para o então chamado Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Sabe-se, que o povo indígena sofreu e sofre com violências e conflitos ocasionados pela expansão capitalista assim como pela construção de rodovias, hidroelétricas, mineração e extração (legal/ilegal) de madeiras e etc. A participação indígena no acesso às políticas e ações governamentais é muito recente e ainda não garante a aplicabilidade dos mecanismos políticos e socioeconômicos, visando à autonomia dos povos indígenas.

No período colonial os índios foram classificados pelos europeus e a elite branca brasileira (aliás até os dias de hoje) como um obstáculo aos seus negócios e, para tanto, defendiam (defendem) o extermínio dos mesmos. E um mecanismo adotado para esvaziar de sentido a necessidade de políticas para os indígenas brasileiros foi ocultar na história do Brasil os povos indígenas, suas manifestações culturais, crenças, hábitos e relações sociais.

A Funai destaca que:

Em 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável. No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas do século passado. A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-FUNAI, 2016).

Ao longo dos 500 anos após a chegada dos europeus a população indígena foi sendo extinta aos poucos, porém, nas últimas décadas, por vários motivos, dentre eles a organização política e a luta pela demarcação dos territórios, vem ocorrendo um relativo aumento demográfico. O censo demográfico de 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), contabilizou a população indígena com base na autoidentificação das pessoas que se consideram indígenas, que está expressa nos dados demográficos da população indígena no Brasil de 1500 a 2010, conforme a Figura 10.

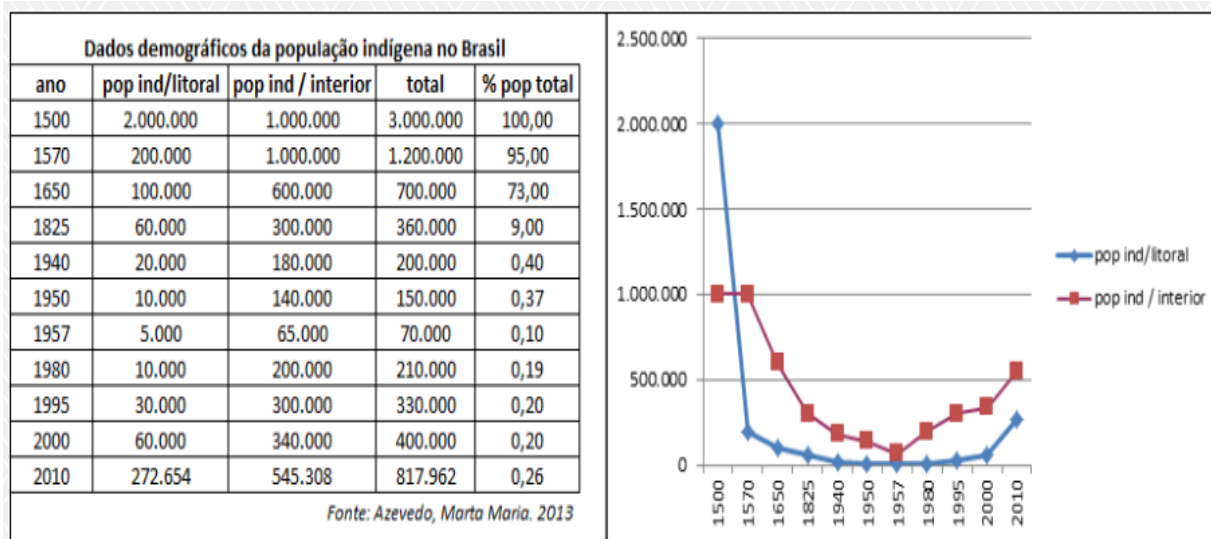


Figura 10: Censo demográfico da população indígena no Brasil.

Fonte: Fundação Nacional do índio. <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. 2016.

Segundo dados do censo do IBGE (2016), em 1991 a população indígena somava um total de 294.131 sendo que, em 2000, contabilizou-se 734.127, já em 2010 têm-se o total de 1.089 (mil e oitenta e nove) pessoas que se declararam ou se consideraram indígenas, 572 mil, ou 63,8 %, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5 %, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. A seguir, tem-se a Figura 11 que representa a distribuição total, rural e urbana da população indígena no Brasil.

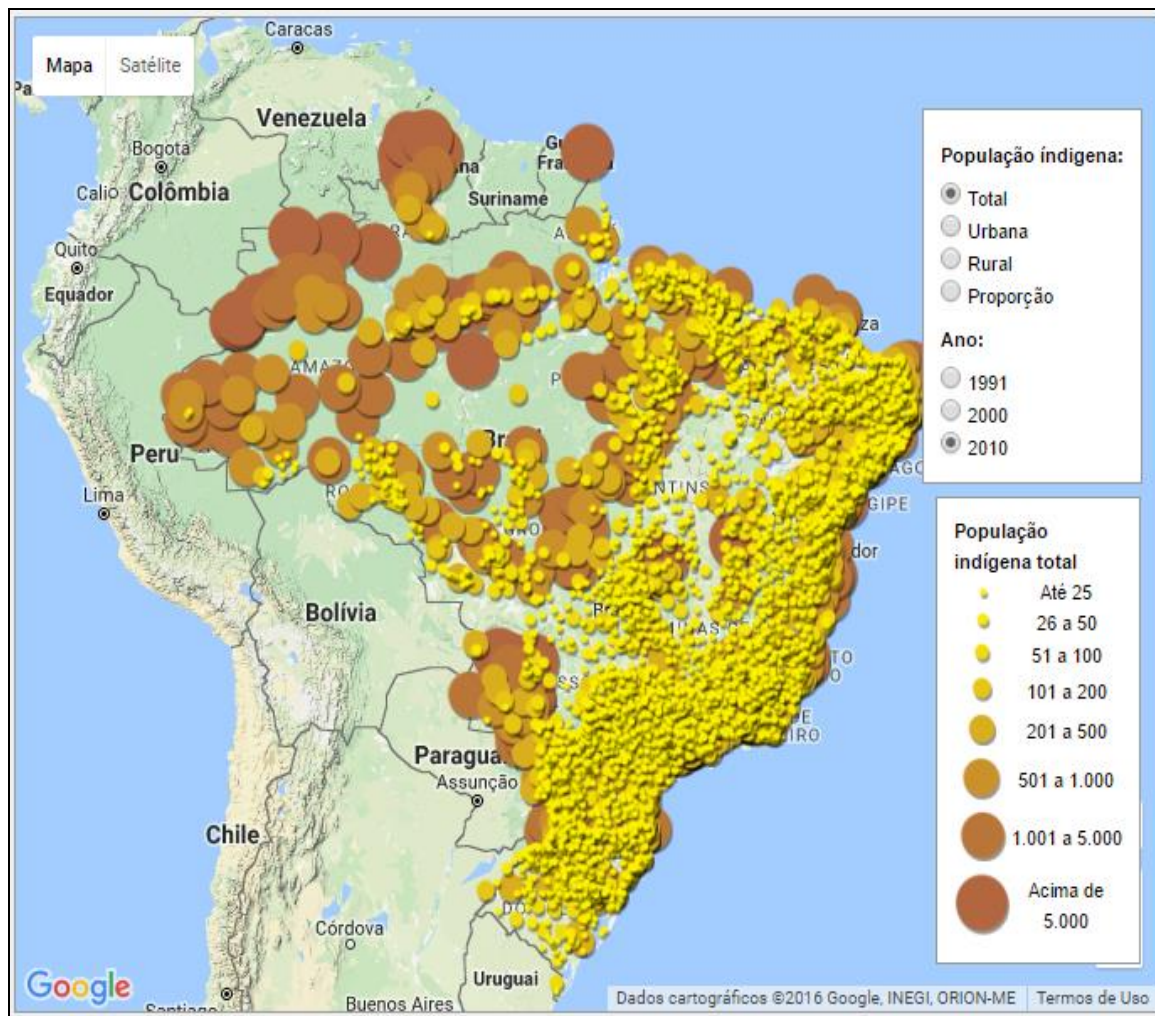


Figura 11: Distribuição total, rural e urbana da População Indígena no Brasil.

Fonte: IBGE, 2015. Disponível em <http://indigenas.ibge.gov.br/mapas/indigenas>. Acesso em 23 de Agosto 2016.

Entende-se que a ocupação e/ou distribuição indígena no Brasil vem aumentando. Observa-se que nos anos 1990 o número de indígenas obteve um declínio, porém, a partir de 2010 houve uma elevação e acredita-se que seja pela autoidentificação³³ étnica dos povos que residem tanto na área rural quanto na área urbana. É possível observar na Figura12 a distribuição espacial da população indígena, na qual Tonantins é destaque com o número entre 1001 e 5000 indígenas.

³³ Para Silva (2005, p. 117), “Este conceito constitui a essência da identidade étnica, organizando, por conseguinte, os mecanismos de identificação manipuláveis por pessoas, grupos e instituições através do uso e desuso de múltiplas designações (etnônimos) no jogo ideológico das classificações étnico-raciais”.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO INDÍGENA

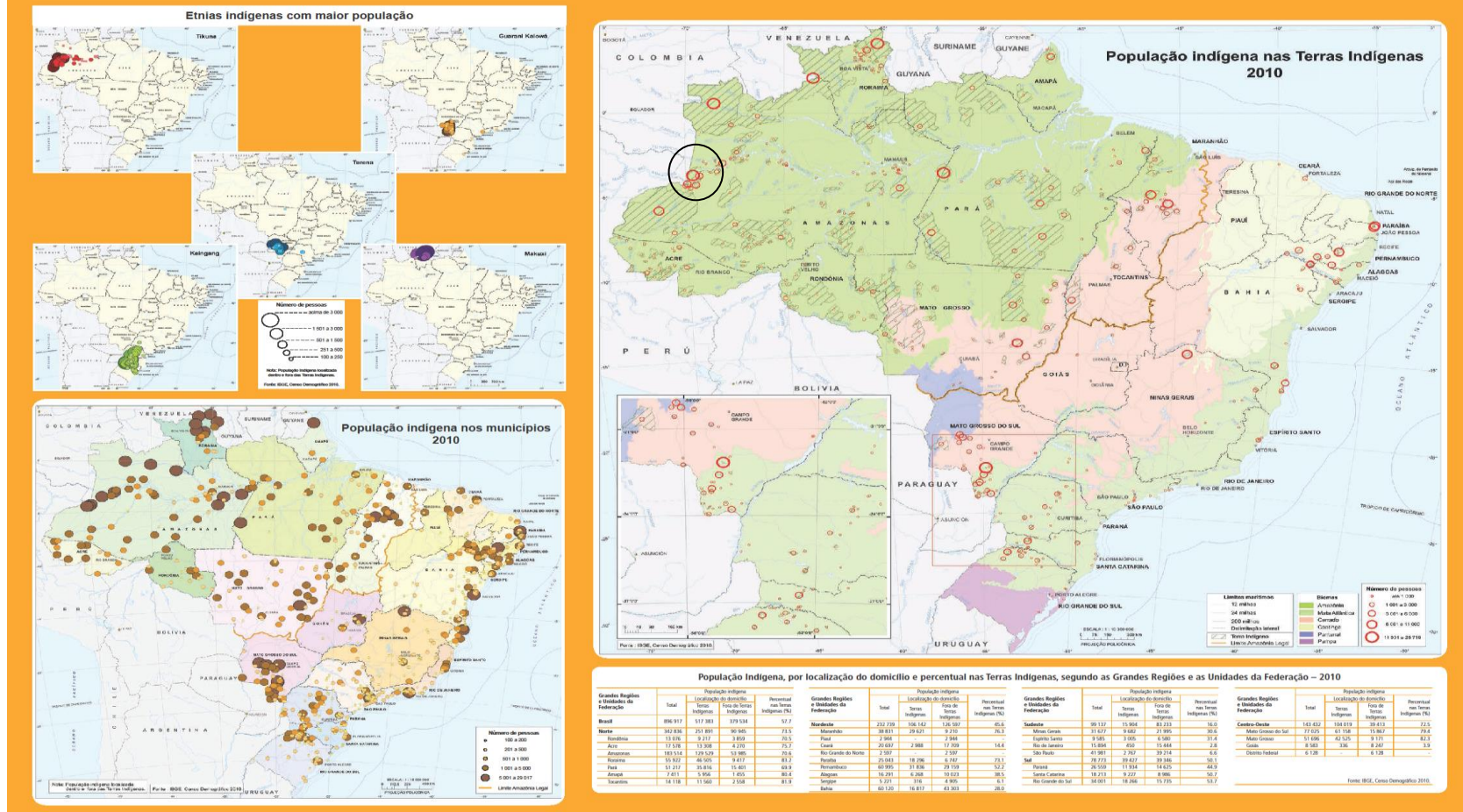


Figura 12: Distribuição Espacial da população Indígena.
 Fonte: IBGE 2010.

Destaca-se o percentual indígena elevado na região Norte, entre esta se tem a microrregião do Alto Solimões. O Amazonas possui uma diversidade de etnias e grupos indígenas que enfrentam não somente as dificuldades das dinâmicas regionais, mas a falta de comprometimento do Estado com a aplicação das políticas sociais aos povos indígenas que clamam por reconhecimento e respeito. A Constituição Federal de 1988 reconhece e reafirma os direitos que os indígenas têm sobre suas terras que tradicionalmente foram ocupadas pelos seus ancestrais, ou seja, os povos originários. Partindo-se de suas organizações os indígenas requerem o direito à diferença, com base na afirmação de suas identidades e por meio desta buscam lutar pelo reconhecimento de seus direitos, crenças, rituais, terras, demarcação de seus territórios, assegurando suas identidades territoriais, tornando-se dessa forma sujeitos históricos que contribuem para a compreensão da formação territorial do Brasil. De Jesus (2011, p. 05) aborda que “[...] os povos indígenas afirmam e reafirmam suas identidades num processo de luta permanente, povos estes que fazem parte da história do Brasil”. Entende-se, que na contemporaneidade já se observa um aumento demográfico desses povos.

Outro precursor das questões indígenas é o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que envolve questões de lutas e resistências dos povos indígenas. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem a finalidade de dar assessoria aos missionários que atuam nas comunidades indígenas, e dedicam suas obras às benfeitorias dos povos indígenas com o papel de amenizar os conflitos existentes nos territórios em disputas por índios e “não índios”. Levy (2009, p. 501) destaca que “em 1974, o CIMI promoveu o Primeiro Encontro de Chefes Indígenas, para que líderes e representantes dos vários grupos pudessem se conhecer e discutir seus problemas comuns”.

Com sua importância, o CIMI desenvolve ações sociais que atuam no campo político das relações étnicas contra a execução da violência, do extermínio dos povos indígenas, seja em terras reconhecidas e demarcadas ou não. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural.

O objetivo da atuação do CIMI foi assim definido pela Assembleia Nacional de 1995: “Impulsionados (as) por nossa fé no Evangelho da vida [...] os princípios que fundamentam a ação

do CIMI são: 1) O respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural e histórica e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas; 2) o protagonismo dos povos indígenas sendo o CIMI um aliado nas lutas pela garantia dos direitos históricos; 3) a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural³⁴. Dessa forma, o CIMI auxilia os indígenas por meio de seu apoio, como destaca a serviço da vida dos povos indígenas. O movimento indígena busca, por meio de suas reivindicações, o apoio do CIMI sobre a seguridade dos direitos estabelecidos pela Constituição.

Com o movimento indigenista esses povos se mobilizaram contra os preconceitos presentes na sociedade “não indígena”. As organizações e lideranças indígenas questionam a aplicação nos termos da Constituição Federal de 1988, tendo como destaque a demarcação de suas terras, regulamentada pelo Decreto nº 1775/96. A FUNAI destaca o que é Terra indígena:

Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada. (MINISTERIO DA JUSTIÇA-FUNAI, 2016, 01).

A demarcação das terras indígenas é de suma importância para manter a proteção e também a integridade desses povos, assim como: suas crenças, suas culturas, suas línguas (que em maioria vem sendo extintas), seus conhecimentos tradicionais (medicina tradicional), valorando suas dinâmicas de vida e os reconhecendo como sujeitos originários no espaço geográfico.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Ocupam desde os tempos pré-colombianos.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. § 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere o artigo... (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2002, p. 132).

³⁴ Retirado do site <http://www.cimi.org.br>

Na Constituição Federal são nítidas as leis e decretos que o Estado deve cumprir por meio de seus programas e projetos em prol dos índios, no entanto, a omissão dessas leis se torna frequente na sociedade. Em pleno século XXI, ainda se assiste a violências contra lideranças de organizações e chefes ou caciques de povos indígenas, fatos quase sempre omitidos.

Nessa Seção, pretendeu-se abordar os conceitos que são enfatizados no decorrer da pesquisa, destacando a relevância do espaço, território, identidade, identidade territorial, identidade étnica, políticas públicas, políticas sociais e política indigenista para se compreender a dinâmica das relações socioculturais, econômicas e organizacionais, pautando-se na realidade vivenciada pelos indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM). Além disso, interpretar a questão da autoidentificação étnica quanto ao processo de reconhecimento dos sujeitos na área da pesquisa.

Aborda-se o uso do território como referência de identidade e acesso às políticas públicas, assim como a proteção aos índios, papel pelo qual o Estado é responsável a partir das ações de programas e projetos voltados para as comunidades indígenas.

Capítulo III

ASPECTOS MATERIAIS E IMATERIAIS: Comunidade São Francisco de Tonantins

Nos termos do Art. 2.º da referida Convenção, tem-se explicitado o procedimento de reconhecimento de “povos” e/ou “comunidades”, sob um significado lato senso para além do sentido estrito de “tribo”, assim enunciado: “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção”. Além disto, o Art. 14 assevera o seguinte em termos de dominialidade e direitos territoriais: “dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

(SHIRAISHI NETO, 2007, p. 08)

3.1. A Comunidade São Francisco: elementos subjetivos e objetivos

Neste capítulo III, apresentamos os dados coletados na pesquisa de campo na Comunidade São Francisco de Tonantins e os resultados, situando a discussão sobre identidade e território no contexto da ciência geográfica. Ademais, foram explicitadas as informações para sustentar as reflexões a partir do entrelaçamento entre a teoria e a empiria.

É importante frisar o conceito de território utilizado na pesquisa, por se entender que é um território de relações de poder, ordens e dominações no espaço sobre os sujeitos (principalmente os indígenas), envolvendo conflitos sobre diversos grupos sociais. O pesquisador, para ter o acesso às terras indígenas, enfrenta diversas dificuldades burocráticas para realizar pesquisas com povos indígenas, mesmo que as Terras Indígenas (TI) não sejam áreas demarcadas, tais como submissão e análise do Comitê de Ética da Universidade que, após a liberação, é encaminhada à Comissão Nacional de Ética em pesquisa (CONEP); em seguida, o projeto é submetido à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsável pela liberação da documentação para a entrada em Terra Indígena. Nessa pesquisa, esse processo durou um ano e um mês para que se pudesse adquirir a carta de liberação de pesquisa na Comunidade São Francisco de Tonantins, tendo como sujeitos da pesquisa os indígenas Kaixana.

A situação dos Kaixana coloca questões sobre as identidades em tensões³⁵, destacando-se que a luta/disputa pela terra ocorre por meio da especificidade étnica, sendo ressaltada pela origem, ou seja, a ancestralidade. A temática aponta para a crise da identidade, que se explica tanto pelas condições subjetivas e objetivas, na qual permanece a dúvida do *ser ou não ser Kaixana*.

Dessa forma, vale destacar que a ideia de identidade aqui abordada refere-se à ideia de diferença, compreendida na relação identidade *versus* alteridade³⁶, pois nem todos os comunitários se identificam como indígena, ou seja, a alteridade que está sendo referenciada e “o eu sem impregnação do outro”, partindo da crise da identidade única. Baldissera (2007, p. 232) destaca que “[...] o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando

³⁵ Baldissera (2007, p. 231-232) destaca que: parece difícil compreender as organizações (identidades) como algo completo, uníssono e sempre coerente. Também não se sustenta a ideia de a organização/instituição ser somente ordenação, organização e estabilidade. Sob a perspectiva do paradigma da complexidade, o ordenado, o organizado e o estável guardam em si o desordenado, desorganizado e o instável. Essa permanente tensão é a possibilidade de os sistemas se regenerarem, atualizarem-se no complexo ecossistêmico. Assim, ao mesmo tempo, a organização, como sistema auto-eco-organizado, fecha-se estrategicamente para construir-se e instruir-se como uma dada coerência /ordenação identitária frente ao outro (sua alteridade), e abre-se para em tensões/disputas com sua alteridade (de qualquer qualidade), atualizar-se (regenerar-se) e torna-se mais complexa em relações dialógico-recursivas.

³⁶ Sobre Identidade *versus* Alteridade ver: BALDISSERA, Rudimar. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. **Organicom**, nº 7, p. 231-232, 2007.

fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”. Tal caracterização é responsável pela definição da identidade dos grupos étnicos estabelecendo as relações de pertencimento entre uns e outros.

As dúvidas surgem não somente pela definição do “ser índio”, mas pelas atribuições do olhar do outro que muitas vezes estão impregnados de adjetivos como: oprimidos, atrasados, preguiçosos e ignorantes *que nunca vão aprender a ser gente*³⁷, como se índio fosse *bicho do mato*, sem direito e respeito. E ao mesmo tempo negam a origem, pois, mesmo tendo heranças indígenas na corrente sanguínea há a negação do ser índio.

Compreender o significado da identidade e assumir o ser sem atributos impostos pelo outro, seja na definição de preconceitos ou na rotulação e discriminação racial pela ação midiática é ser para e por si sem se preocupar com o olhar do outro. Entende-se que os interesses econômicos e políticos são os responsáveis pelos conflitos nesses territórios. Para tanto, é importante frisar a importância da história oral para se entender sobre a dinâmica da Comunidade e suas relações socioculturais.

Sobre a importância da história oral, Tedesco (1999, p.74) destaca que “[...] mergulhar no passado cultural não significa resgatar fatos, situações mortas ou superadas, mas é a opressão e a aprendizagem das bases, raízes que, de certa forma, dão suporte a muitos fatos e confrontações da realidade presente na vida cotidiana hoje”. Não há como negar a história da Comunidade, pois é por meio da narração do sujeito que se pode entender a dinâmica da demografia do território. Silva (2006, p. 41) afirma que “[...] negar a história significa também, obnubilar as tradições, a cultura, as experiências dos sujeitos, enfim, cair em ideias abstratas, desvinculadas da realidade social”.

O Sr F. D. R. de 78 anos, Kaixana (informação verbal, Tonantins/AM, Jan/2017), não soube ao certo quando surgiu a Comunidade, porém tem lembranças de seus avós paternos dizerem ter surgido na década de 1940. Conta também que sua formação começou com um caminho de barro na margem do rio Tonantins, onde moravam os senhores Cristóvão Deveza, Felizardo da Rocha, Abraão dos Reis, Francisco Penaforth, Arquelau Coelho, Francisco Freitas, Nestor Azevedo, Miguel Valentin entre outros. Atualmente, a rua se chama Manduca Azevedo e é ocupada aproximadamente por 50 casas.

³⁷ Essa é uma frase que presenciamos em um conflito no decorrer de um jogo de handebol, em que um dos times era dos moradores da Comunidade São Francisco (nem todos se autoidentificam indígenas). No decorrer do jogo houve discussões que acabaram em agressões. Um dos agressores dizia em voz alta aos jogadores de São Francisco *vão embora por que vocês nunca vão aprender a ser gente, seus índios*. A discriminação e a rotulação são frequentes, principalmente quando se trata de disputas em atividades esportivas.

Segundo o relato de L. da C., 83 anos, Kaixana (informação verbal, Tonantins/AM), Jan/2017), Nestor Azevedo era o patrão, juntamente com seu irmão Diogo Azevedo. É relatado também que nas festas de santo na Comunidade as primeiras pessoas a serem servidas (almoço ou café com biscoito) eram os membros da família Azevedo. Caso contrário, o patriarca se retirava da festa. Nas festas dançantes os indígenas não podiam estar calçados, pois era dito que deveriam estar no local somente para servirem aos senhores. Dessa forma, era imposta esta condição para poderem participar.

A influência do surgimento das comunidades às margens dos rios se deve ao escoamento alimentício ser realizado somente por transportes fluviais, isso facilita o acesso principalmente nas comunidades ribeirinhas, que passam por dinâmicas sazonais que influenciam no plantio e colheita, assim como nas mudanças de datas no calendário escolar, que se adequa conforme a enchente e a vazante do rio.

A origem do nome da Comunidade São Francisco de Tonantins (Figura 13) deu-se após várias mudanças de nomes: Tonantins Velho, Tonantins, Vila Velha entre outros e, nos dias atuais, Comunidade São Francisco de Tonantins.



Figura 13: Vista aérea da Comunidade São Francisco de Tonantins (AM).

Fonte: Pesquisa de campo. Redes sociais. 2016.

O nome atual se deve ao padroeiro, como já foi mencionado anteriormente, e à forte influência da religião católica. Sobre a questão de ser identificada como Bairro ou Comunidade, na

pesquisa será mencionada por Comunidade, pois é dessa forma que é identificada pelos sujeitos pesquisados indígenas, já para os não indígenas é reconhecido como Bairro São Francisco.

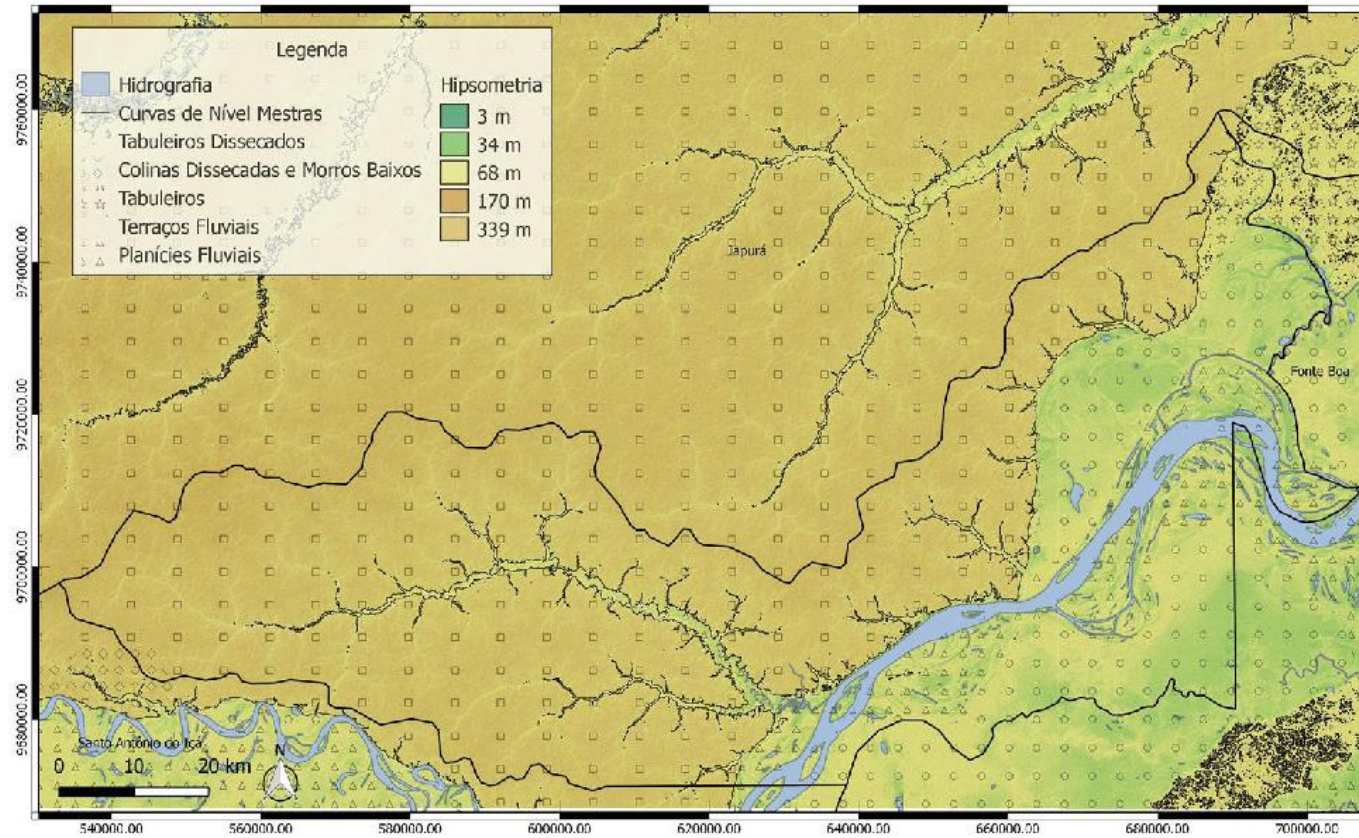
Sobre a caracterização física da Comunidade, o clima predominante é o tropical úmido, no decorrer do dia têm-se a elevação de 25°C a 40°C, no período da noite ocorre a queda de temperatura, diminuindo a intensidade do calor. Quanto ao solo na área pesquisada, há a predominância do latossolo. Franco (2016, p 29, grifos do autor) destaca que “[...] nas planícies fluviais de Tonantins, podem ser encontradas as classes de solos neossolos flúvicos para o rio Solimões e gleissolos háplicos para o rio Tonantins, de frequentes solapamentos ‘terras caídas’”.

O relevo é chamado regionalmente de dois tipos: solo de várzea, que é caracterizado durante o período da cheia, quando o nível do rio sobe e inunda os igarapés e afluentes do rio, conforme mapa do relevo de Tonantins (Mapa 03). Nesse período, os indígenas/ribeirinhos passam por momentos turbulentos, pois de acordo com a dinâmica sazonal o nível d’água pode atingir a moradia dos comunitários, deixando-os desabrigados, como ocorreu em 2015. A canoa e pequenos barcos são os principais meios de transporte. Na atualidade (janeiro de 2017), o nível de água está elevado se comparado com a mesma dada no ano passado, ou seja, não se sabe ao certo se esse ano *nós*, indígenas, *iremos para o fundo de novo* (termo regional que se refere à possibilidade da enchente atingir as residências em São Francisco).

No Amazonas aprende-se a andar/nadar conforme a variedade da “natureza”; é no verão que se tem o menor volume de água no leito do rio Tonantins e igarapés. Nessa estação, os indígenas aproveitam para o plantio e colheita, assim, a canoa é pouco utilizada sendo substituída pelas “pernas”, o caminhar em direção à roça se torna mais longo. É nesse período que os preços das mercadorias (feijão, arroz, açúcar, café, óleo etc.) sobem e estas ficam mais caras que em outros períodos do ano, pois os *barcos navegadores* não encostam na margem do rio Solimões, ou seja, no porto da cidade, haja vista que o rio está com menor volume de água e as embarcações correm o risco de encalharem, caso tentem ariscar a aproximação com a cidade.

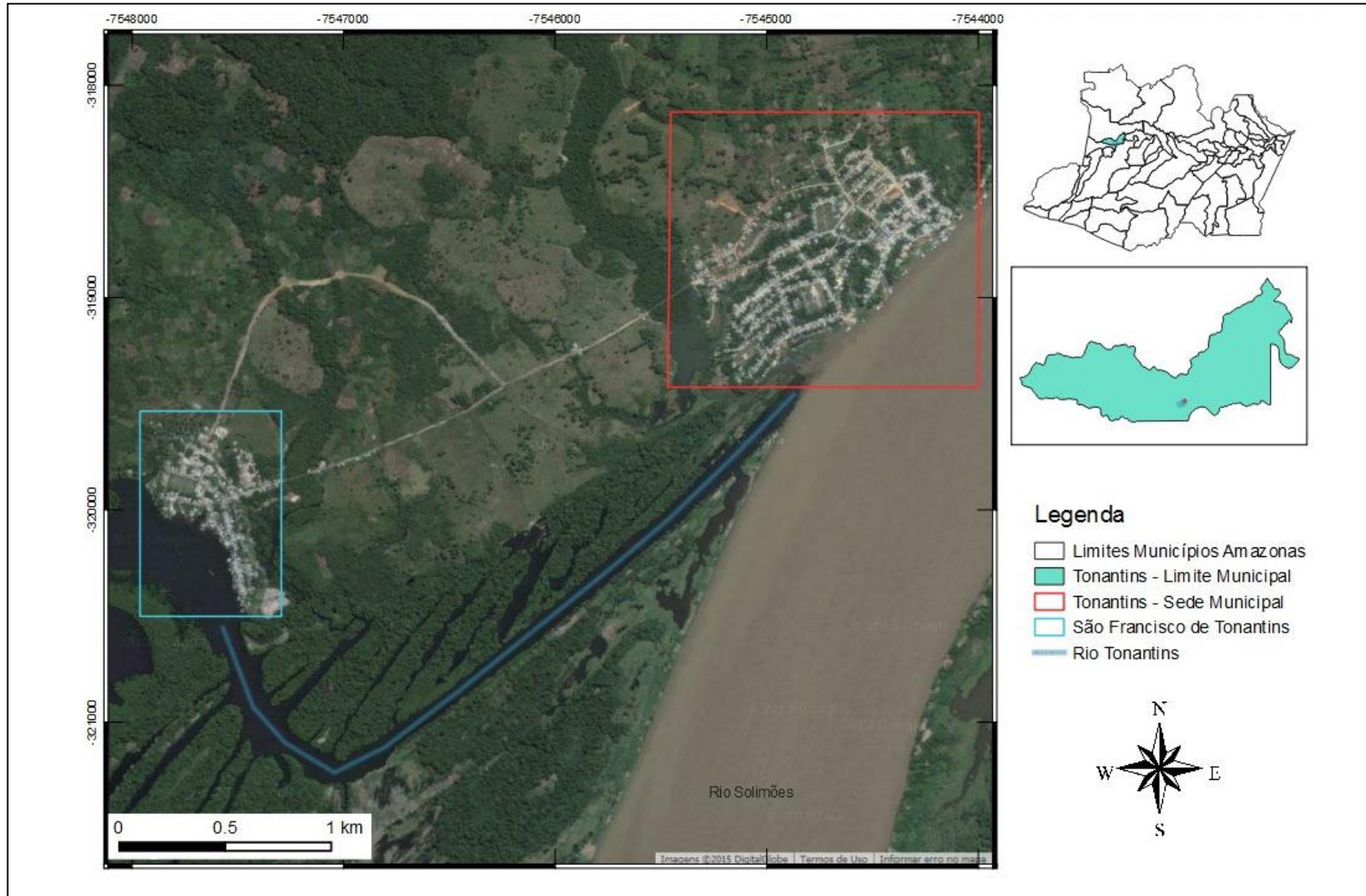
Ressalte-se que a área habitada pelos indígenas Kaixana é nas comunidades ribeirinhas como São Francisco (Mapa 04), que ainda não está oficialmente legalizada, mas encontra-se em análise e estudo antropológico pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), segundo os entrevistados.

Mapa do Relevo e Hipsometria do Município de Tonantins - Amazonas



Mapa 03: Mapa do relevo e hipsometria de Tonantins (AM).

Fonte: CPRM, 2006; IBGE, 2010; EMBRAPA, 2015; LANDSAT, 2015. Dissertação de Thiago Franco (UFAM) 2016.



Mapa 04: Localização de São Francisco e centro urbano de Tonantins (AM).

Fonte: Dissertação de Mestrado em Geografia de Thiago Franco (UFAM) 2016.

A vegetação da área é tropical úmida, com uma variedade da vegetação de terra firme, livre de inundações, e possui como variedades castanheiras, cedro, puxuri, frijo, cauixi (mirataua), itaúba etc.

Já nas áreas inundadas têm-se a vegetação de várzea conhecida como vegetação hidrófila (vive em água), como as palmeiras (buritizeiros, açazeiros, abacabeiras), muratinga, caioe (a palha é utilizada como cobertura para as casas), javari, maçaranduba, sumaúma e sapupema (chega a 50 metros de altura e são classificadas como as maiores árvores de terra de várzea) etc. Sobre a fauna encontra-se nessa área cutia, anta, onça pintada, onça preta, porco do mato, jabuti, tracajá, arara, tucano, gavião, jacaré, variedades de macacos entre outros.

A pesquisa obteve como sujeitos entrevistados o quantitativo de 50 pessoas que foram esclarecidas sobre o motivo e a justificativa da pesquisa na Comunidade. Sobre a autoidentificação Kaixana no universo da pesquisa tem-se, em forma de gráfico (Gráfico 01), os dados referentes a cinquenta entrevistados que responderam aos questionários e também realizaram relatos por meio de rodas de conversa entre indígenas, não indígenas e pesquisadora.

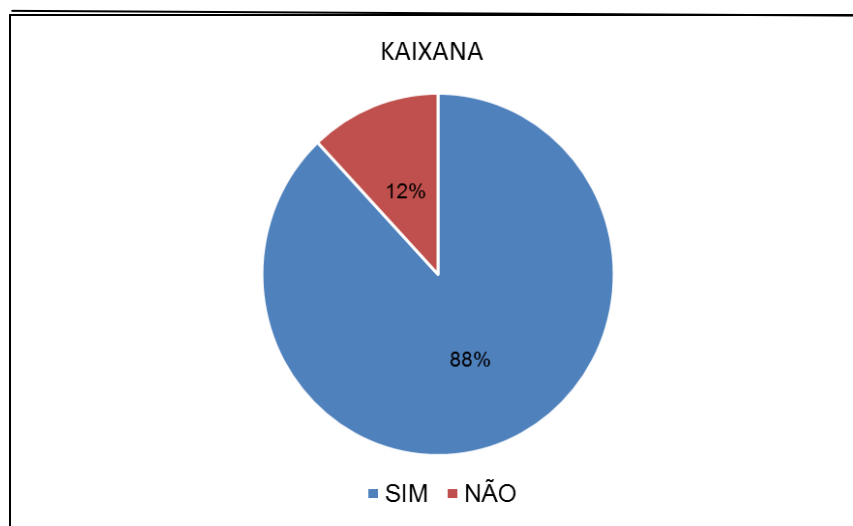


Gráfico 01: Autoidentificação Kaixana.

Fonte: Pesquisa de campo. Suzana Lima. 2017.

É percebido que 88% dos entrevistados se autoidentificam Kaixana, alegando que sua identidade jamais pode ser negada, pois os conhecimentos indígenas e tradicionais são produzidos de maneira coletiva e repassados por gerações. Sobre o território dos Kaixana, observa-se que há uma dinâmica de relações entre indígenas e não indígenas, pois todos os comunitários que se encontram nas festas de santo, nos torneios de futebol e rodas de

conversa. Em São Francisco são poucas as famílias que vieram de outras Comunidades de acordo com os entrevistados (Gráfico 02), que contam o tempo de moradia na Comunidade São Francisco.

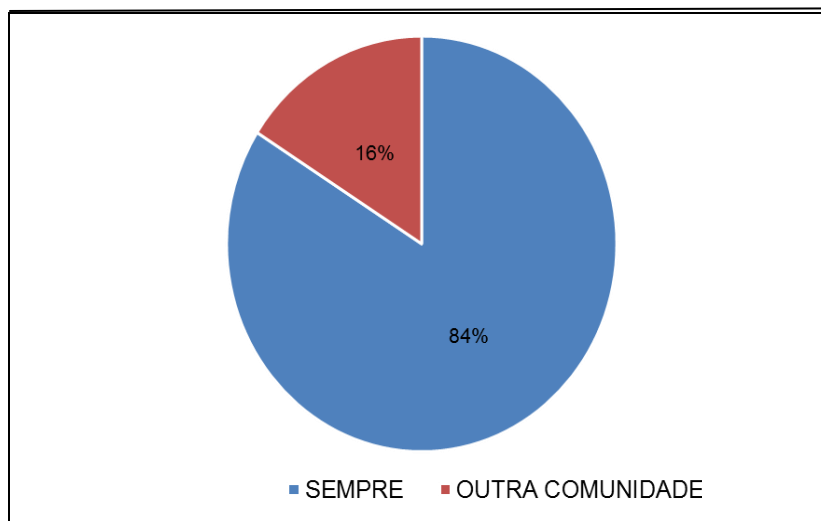


Gráfico 02: Tempo de moradia dos entrevistados em São Francisco.

Fonte: Pesquisa de campo. Suzana Lima. 2017.

Percebe-se que 84% dos entrevistados sempre moraram em São Francisco e somente 16% vieram de outros lugares. O parentesco é muito forte nesse lugar, pois há poucas famílias e por isso acabam se interagindo, havendo um sentimento identitário conjunto.

Na Comunidade, dentre os aspectos culturais mais significativos, destaca-se a religiosidade que faz parte do sentimento identitário. É também por meio das práticas culturais e simbólicas que os indígenas afirmam sua identidade, seja no meio cultural, político ou organizacional, em que as memórias estão presentes, tornando-se uma lembrança sócio-histórica com momentos de recordações que carregam o sentimento identitário. “Essas heranças são parte integrante de uma territorialidade simbólica pela qual os grupos reivindicam sua identidade cultural e política com relação ao seu lugar próprio”. (SILVA, 2011, p.86). Sobre a religiosidade tem-se o Gráfico 03.

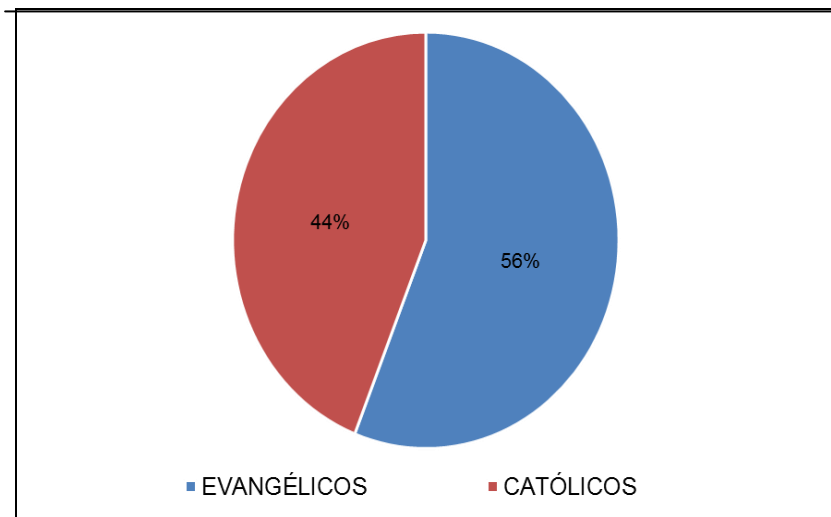


Gráfico 03: A religiosidade dos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

Sobre as manifestações religiosas destaca-se que 56% dos entrevistados são evangélicos e exercem sua religiosidade em 6 igrejas, e 44% são católicos. Os evangélicos têm como maior representação a igreja Assembleia de Deus, que tem o maior número de fiéis evangélicos. Vale ressaltar que esse quantitativo é referente ao número de sujeitos entrevistados.

Já os católicos têm como representação a Igreja São Francisco de Assis, na qual é exercida a prática do festejo de São Francisco iniciado no dia 25 de setembro e encerrado no dia 4 de outubro, perdurando por nove noites. Esse período se inicia com as celebrações e, em seguida, tem-se a venda de comidas típicas e apresentações culturais. As organizações de festas de santos seguem um roteiro: no primeiro dia é ofertado o almoço para os fiéis degustarem. Os promesseiros são os responsáveis por ofertar os alimentos. E no último dia de reza, após a derrubada do mastro, é ofertado o *nescau com biscoito de goma*, geralmente são utilizados de 80 a 100 litros de polvilho para aproximadamente 200 a 300 fiéis que participam dos novenários.

Em São Francisco as famílias católicas organizam as festas em homenagem a São Francisco de Assis (4 de Outubro), Santa Luzia (13 de Dezembro), São Sebastião (20 de Janeiro), Santíssima Trindade (realizada no mês de Maio sem data fixa), São Simão (28 de Novembro), São João (24 de Junho). É nesses encontros que os comunitários têm a oportunidade de se reunirem e rezarem o terço para os santos, bem como compartilharem momentos de alegria com amigos e parentes.

Nota-se que em São Francisco as festas vêm ocorrendo com menos expressão, isso se deve à expansão de igrejas evangélicas: a) Cruzada, implantada há cerca de 45 anos; b) Igreja

Batista Regular da Fé, com aproximadamente 28 anos; c) Igreja Assembleia de Deus com cerca de 33 anos; e, ainda, com menos de três anos a Igreja Batista Regular Esperança.

Atualmente, as rezas de terço estão reunindo poucas pessoas, comparecendo somente os mais antigos que buscam preservar a tradição. Nos dias de reza do terço os promesseiros são responsáveis por acolher durante as nove noites os fiéis; as rezas geralmente são realizadas nas casas dos promesseiros, mantendo em frente a sua casa o mastro até o término do novenário. No mastro é colocada a bandeira com a imagem do santo festejado e também frutas (banana, cana, coco), jerimum e outros como pacotes de bombons, milito³⁸ etc. No último dia de festa é derrubado o mastro e é nesse momento que as crianças correm para tentar pegar o que estava pendurado no mesmo.

Na Comunidade São Francisco é comum a procura por benzedeiros e rezadores, porém, são poucas as pessoas que se dedicam a essa prática, pois muitos dos rezadores e benzedeiros já faleceram. Uma figura representativa na Comunidade se chama dona Nadir Mendonça da Mata, 67 anos, é uma senhora com descendência Kaixana e peruana que desde os 20 anos realiza partos convencionais (mais de quatrocentos).

Quando na cidade não havia hospital toda fé das grávidas e parentes era dada em primeiro lugar a Deus e em segundo à dona Nadir. Sua significância não é somente em realizar partos convencionais, mas em *consertar desmentidoras* (quando um ou vários ossos saem do lugar). Sua sabedoria foi adquirida por meio de leituras de livros de enfermagem e diálogos com as freiras/irmãs da religião católica, com as quais dona Nadir morou quando era jovem no município de São Paulo de Olivença (AM). Passam gerações e sua sabedoria é solicitada sempre que preciso e gentilmente ela socorre na hora que os comunitários precisam de seus cuidados.

Entende-se que as representações simbólicas e práticas sociais representam valores e significados aos Kaixana. Como base simbólica da Comunidade tem-se a procissão terrestre da Santíssima Trindade: o pai, o Filho e o Espírito Santo (Foto 16), primeiro dia de festa na Comunidade São Francisco de Tonantins.

³⁸ Milito é um salgado industrializado derivado do milho.



Foto 16: Comunitários em procissão nas ruas principais da Comunidade, primeiro dia do festejo da Santíssima Trindade.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).

Procissão aquática da Santíssima Trindade no rio Tonantins na Comunidade São Francisco (Foto 17).



Fonte 17: Procissão da Santíssima Trindade via fluvial no rio Tonantins para buscar o mastro, Comunidade São Francisco.
Autor: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).

Almoço doado pelos promesseiros para os fiéis degustarem no último dia do festejo da Santíssima Trindade (Foto 18).



Foto 18: Distribuição do almoço da Santíssima Trindade para os comunitários no último dia do festejo.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).

Almoço dos foliões (Foto 19); após o término das refeições dos foliões outros fiéis podem sentar a mesa.³⁹



Foto 19: Hora do almoço dos foliões e empregados da Santíssima Trindade.

Autor: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2016).

As festas de santo são tradições familiares que têm como objetivo agradecer os dons recebidos da graça divina, dessa forma, os fiéis tendem a pagar “promessas” nessas datas e os laços de parentesco e vizinhança se tornam ainda mais fortes, pois nesses momentos os compadres se unem para ajudar na realização das atividades de festa. Desde o primeiro dia até

³⁹ Os foliões são autoridades/promesseiros. Em 2016, os homens ofertaram as refeições, no próximo ano (2017) serão as mulheres as responsáveis pela oferta dos alimentos durante os nove dias de festa, esse acordo foi feito pelos primeiros foliões da Comunidade.

o término do festejo há momentos de partilha e confraternização. Silva (2011, p. 92) destaca que:

Essas festas são fruto do processo histórico por que passam a sociedade, os grupos sociais e as comunidades. Mesmo sendo manifestações de crença no divino e nos santos católicos, tornando-se uma expressão de fé do grupo. Nas comunidades, as tradições e, conseqüentemente, as festas é pensar em uma manifestação que se sustenta e se reproduz no cotidiano, um momento significativo de reafirmação, reconstrução e reinvenção. Ritos e tradições foram sendo apropriados e reafirmados em novos contextos.

Nas festas de santo, em especial na festa do padroeiro São Francisco de Assis, é que os comunitários apresentam suas danças e ritos como forma de manifestação cultural. Esta tradição está presente na vida dos comunitários desde a sua formação territorial em 1728, fazendo parte do cotidiano de cada um, seja indígena ou não indígena. Tais atividades culturais estabelecem uma relação de pertencimento com o local onde é desenvolvida e construída a identidade territorial. A dança do café representa a produção e a colheita das famílias, essa atividade foi bem representada no século XX, porém, teve um declínio agravante⁴⁰. Mesmo assim, um dos moradores da Comunidade, *Henrique Ataíde Penaforth (in memoriam)*, sempre incentivou a comunidade a apresentar as danças do café, do tipiti⁴¹, da mandioca entre outras no festejo da Comunidade *São Francisco* e do padroeiro do município *São Pedro Apóstolo*.

Como Raffestin afirma o território pode ser caracterizado pela cultura de um determinado local. Nesse sentido, a Comunidade São Francisco de Tonantins se insere na discussão com a tradição das festas de santos e os rituais de danças. Como manifestação cultural têm-se as mulheres da Comunidade São Francisco de Tonantins, representando a dança do café (Fotos 20 e 21) no festejo de São Francisco, padroeiro da Comunidade.

⁴⁰ Não se tem a pretensão de discorrer nessa pesquisa sobre os fatores que causaram o declínio da produção do café no município de Tonantins (AM).

⁴¹ Tipiti é um material confeccionado da palha do jatutara ou arumã para imprensar a massa de mandioca retirando todo o líquido. Esse é um dos processos para a produção da farinha de mandioca/macaxeira. Na dança, é representado por uma árvore desganhada, em seu topo são pregadas as pontas das fitas de cetim que



Foto 20: Dança do café.
Autor: Lima, 2013.



Foto 21: Dança do café.
Autor: Lima, 2013.

É entendido que as manifestações culturais representam a ligação dos comunitários ao sagrado, demonstrando um dinamismo próprio da Comunidade com variações de cardápios de acordo com os dotes culinários particulares de cada região que apresentam uma variedade gastronômica. Como hábitos alimentares a Comunidade tem os produtos arroz, feijão, carnes bovinas e suínas, frangos e de animais silvestres e peixes, e há muita frequência da farinha de mandioca (Foto 22) e pouco uso de hortaliças.

As heranças da culinária do povo do Amazonas são ricas em diversidades, pois sua cultura é fruto dos hábitos indígenas passados por gerações, tais como: a mugica (é feita da banana da terra verde ralada e cozida, após o cozimento é inserido o pescado, seja bagre ou peixe de escama, geralmente é feita de surubim ou tambaqui e acrescidos dos temperos locais); o mururu (é feito do peixe assado e posteriormente cozido com temperos); o açaí, que muitas vezes substitui refeições (na época de açaí, de janeiro a março, as famílias tradicionais abastecem em média de 10 a 20 litros para o consumo familiar), entre outras comidas típicas da culinária indígena como o beiju (Foto 23) feito da massa da goma da mandioca.



Foto 22: Comunitário na casa de farinha produzindo a farinha de mandioca.
Autor: Lima, Suzana (2013).



Foto 23: Comunitários na casa de farinha produzindo o beiju - 2013.
Autor: Lima, Suzana. (2013).

Observa-se na Comunidade São Francisco que as identidades territoriais vêm sendo construídas e reconstruídas e estão em constante movimento, pois as manifestações culturais são formas de expressar sua cultura e crenças. Entende-se que a identidade e o pertencimento à Comunidade São Francisco ocorre em relação aos laços de parentescos e de amizades presentes no território onde são realizadas suas manifestações e vivenciadas as relações socioculturais.

Entende-se que a pesquisa possibilita a reflexão e a ampliação dos conhecimentos sobre o processo de identidade/território e suas contribuições socioculturais tendo como referência a identidade e a formação dessas no exercício da cidadania na Comunidade São Francisco. Nesse contexto, a análise se dá a partir da contribuição da identificação das identidades territoriais, identidades estas pautadas na apropriação, no pertencimento e usos do território. É a partir do uso desta área que se pretende a seguir abordar sobre a questão do processo de demarcação da Comunidade São Francisco.

3.1.2 O indígena Kaixana e o processo de demarcação do território

No caso abordado, a identificação do povo Kaixana possibilita a demarcação da área requerida como forma de luta entre os atores sociais locais, garantindo ou não o acesso às políticas públicas na medida em que este tema é apresentado como fator significativo para a satisfação das necessidades dos indígenas.

Procurou-se entender que a dinâmica da Comunidade a respeito de suas práticas e usos do território proporciona uma contribuição na construção identitária local e, como se afirmou, podendo contribuir ou não no processo de demarcação do território indígena, pois perceber e analisar as reivindicações postas pelos indígenas é evidenciar o principal agente que os motiva a existir, lutar e *(Re)Existir*. Os Kaixana têm como objetivo recuperar suas memórias históricas, reafirmar sua identidade étnica e valorizar sua língua.

3.1.2.1 Quem são os Kaixana?

Nos territórios amazônicos é constante a presença de autoidentificação entre os Povos e Comunidades Tradicionais sobre a identidade étnica, havendo a presença de conflitos sociais entre os que convivem em áreas urbanas ou não. O povoamento dos indígenas Kaixana formou-se nas comunidades ribeirinhas (Quadro 07).

COMUNIDADES	ETNIAS	Nº DE PESSOAS
Bico da Chaleira	Kaixana	45
Bom Futuro	Kocama	57
Bom Pastor	Kaixana	56
Cumã	Kaixana	36
Espirito Santo	Kaixana	41
Lago Grande	Ticuna	254
Marimari	Ticuna	299
Nossa S ^a de Nazaré	Kocama	37
Nova Aliança	Kaixana	41
Nova Baixa Verde	Kocama	57
Nova Canaa	Kocama	23
Nova Jerusalém	Kaixana	109
Nova União	Kocama	108
Novo Horizonte	Kocama	14
Porto Nascimento	Kocama	31
Prosperidade	Kocama	176
Santa Cruz	Kocama	368
Santa Fé	Kaixana	97
São Domingo I	Kocama	30
São Fc ^o do Muria	Kaixana	22
São Lázaro	Kaixana	38
São Pedro	Ticuna	191
São Sebastião	Kaixana	79
Sítio São Francisco	Kocama	27
Sítio São Sebastião	Kocama	69
Total de Kaixana		564
Total de indígenas no geral		2.305

Quadro 07: Comunidades indígenas que são atendidas no Polo Base da Saúde Indígena no Município de Tonantins.

Fonte: Secretária do Polo Base da Saúde Indígena de Tonantins.
Organizado: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. (2017).

De acordo com o quadro, as comunidades Kaixana somam um total de 564 indígenas distribuídos em 10 comunidades no município de Tonantins, porém, a área pesquisada - São Francisco de Tonantins - não é apresentada, pois, segundo os entrevistados, ainda se encontra em estudo antropológico. Esse é um dos questionamentos dos Kaixana que residem na referida comunidade: por esta não ser reconhecida como terra indígena muitas políticas deixam de ser cumpridas, como exemplo, o atendimento médico no posto de saúde indígena no município.

De acordo com o Conselho Indigenista Missionário/Cimi (Norte I), existem treze terras ocupadas pelos Kaixana, mas apenas Mapari, no município de Jutaí e São Sebastião, em Tonantins, constam na lista oficial da Fundação Nacional do Índio/Funai. Outras onze encontram-se em análise e estudo.

As primeiras notícias da ocupação de índios Kaixana na região do Alto Solimões datam de 1691, ano em que Samuel Fritz elaborou o mapa da bacia amazônica com plotagem aproximada de vários agrupamentos indígenas. “[...] a ocupação dos Kaixana tem sido plotado apenas às margens do rio Tonantins, onde ainda moram seus descendentes, são várias as evidências que apontam para as antiguidades da ocupação na extensão de terra firme que vai do rio Tonantins ao igarapé Copeçu” (SAMUEL FRITZ, 1691 apud ITACARAMBY, 2006, p. 01).

A presença desses povos é frequentemente encontrada nos municípios do Alto Solimões, como Santo Antônio do Iça, Japurá, Jutaí, Tonantins e São Paulo de Olivença. A ocupação dos povos tradicionais em um território dá aos mesmos a autonomia de declarar e firmar sua etnia, diante disso, o grupo étnico Kaixana, por meio da sua autoidentificação, busca a partir de suas práticas socioculturais e dos usos do território a demarcação de suas terras.

Esses movimentos apontam para o caráter emancipatório das lutas pautadas numa politização da própria cultura e de modos de vida tradicionais, ou seja, um processo de politização dos costumes em comum, produzindo uma espécie de “consciência costumeira” que vem re-significando a construção das identidades dessas populações que, ancoradas nas diferentes formas de territorialidade, se afirmam num processo que, ao mesmo tempo, as direciona para o passado, buscando nas tradições e na memória sua força e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política. (CRUZ, 2006, p. 58, grifos do autor).

A relação de vivência dos Kaixana e a integração na sociedade são construídas por meio da identidade, coletiva ou individual, para assim obter em seu cenário a atuação de

direitos executados pelo poder público governamental, sendo uma tarefa árdua compromissada e complexa para muitos indígenas que acabam desistindo de obter seus direitos através da identidade Kaixana. É relatado pelos moradores que os índios Kaixana foram escravizados, maltratados e obrigados a se retirarem de seu território, pois em meio a disputas por poder o confronto entre indígenas e brancos expulsou-os de seus habitats. Cabe ressaltar que o nome da aldeia indígena já foi Canaria, Caiuvizena e, na atualidade (2017), é conhecida como Kaixana. Destaque-se que esses nomes eram dados pelos portugueses.

[...] o jesuíta Samuel Fritz (1922) registrou que, em 1702, sem elementos para oferecer resistência, índios Caixana e Guareicos foram capturados pelos portugueses, os quais entraram em suas aldeias armados. Na ocasião, alguns desses índios foram assassinados por não se renderem aos invasores. Provavelmente, este episódio é o primeiro registro histórico sobre deslocamentos forçados e extermínio dos Kaixana. Quanto à bacia hidrográfica do rio Japurá do qual faz parte o rio Mapari o Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1985) registra a presença de índios Kaixana, já no ano de 1775, na ocasião de sua viagem a esta área. Na realidade, salvo algumas exceções, ao se reportar sobre as etnias ocupantes das margens deste grande rio, o autor Limitasse a fazer uma listagem dos grupos sem contudo fornecer outras referências que nos possibilitariam situar, com maior precisão, a localização desse povo e de outros que na época também ocupavam a referida bacia. No entanto, igualmente em relação ao rio Japurá, outros dados bibliográficos apontam para duas localidades de ocupação kaixana, ambas situadas ao lado direito deste rio, às margens de seus afluentes de águas pretas, a saber: rios Mapari e Acunauí. Mapari, onde concentrava, na época, um contingente de 600 índios aproximadamente. As razões pelas quais os Kaixana procuraram se assentar, sobretudo, em áreas mais inóspitas que, em larga medida, coincidem com áreas de baixa fertilidade devem ter várias explicações históricas e culturais. Sem a pretensão de aprofundar nesta questão, pode-se contudo afirmar que ao menos alguns grupos pertencentes a esta etnia, em determinados momentos históricos, procuraram esses lugares como forma de refúgio e isolamento. No caso dos rios Mapari e do lago Acunauí, devido às suas condições ecológicas limitadas, o interesse econômico por parte da sociedade envolvente somente veio a ser notado mais recentemente, ainda no século XX, com a possibilidade da exploração seringueira. A chegada de não índios na área, impulsionados pela possibilidade de produção da borracha, nos anos 40 e 50 (Extraído do histórico do contato Kaixana http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaixana/2078_2/2 em Fevereiro de 2016).

Os Kaixana foram expulsos daqueles aldeamentos de mais fácil acesso, situados à margem esquerda, próximos à confluência dos rios Mapari e Japurá, local preferido pelos novos ocupantes para estabelecerem seus assentamentos. No caso específico da Terra Indígena São Sebastião, possivelmente no início do século XX, em seus reservatórios naturais com maior concentração de seringueiras, foi instalada uma empresa seringalista. Com a inserção de um novo ator social - o “patrão” - foi introduzido outro padrão nas relações de produção, fundamentado por um regime de servidão impulsionado pelo sistema que se tornou típico do seringalismo: o aviamento. Neste, o trabalhador via-se obrigado a oferecer o produto

de seu trabalho a custos baixos, adquirindo bens de consumo a preços muito altos no estabelecimento comercial de seu patrão.

Houve momentos em que esta situação de subordinação chegou a níveis insuportáveis, culminando em uma série de conflitos e mortes. O desfecho deste período histórico vivido pelos Kaixana culminou na fuga de uma massa significativa de sua população para áreas que, à primeira vista, pareciam não interessar aos seringalistas: a várzea e o interior da mata. No entanto, para os índios esta fuga representou, ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma possibilidade de sobrevivência física e uma ameaça ao seu bem-estar e à reprodução de seu modo de vida, tendo em vista que tiveram de abandonar seu território tradicional, com tudo o que isto significa em termos econômicos, históricos e culturais. Os Kaixana que fugiram da terra firme se encontraram com os Kokama, sobretudo, nas comunidades de Jacapari e Bararuá, situadas em áreas de várzea.

Com a nova crise da borracha, os ocupantes não indígenas tiveram que se engajar em outras atividades. Provavelmente por este motivo este período foi, igualmente, marcado pela mudança na natureza da relação entre os migrantes e seus descendentes e os Kaixana: a opressão e a exploração que caracterizaram este relacionamento, na fase áurea da borracha, passaram a se transformar em uma relação menos desigual baseada na solidariedade e na troca de conhecimentos. Essa nova fase possibilitou o retorno dos Kaixana à margem esquerda do rio Mapari, na proximidade da sua foz, onde até hoje se localiza uma de suas comunidades⁴².

Documentos do início do século XVIII já faziam menções a ações violentas contra essa população que culminaram em deslocamentos forçados e mortes. Foi, no entanto, nas décadas de 1940 e 1950 que a entrada de não índios no território Kaixana se intensificou, particularmente devido à exploração da borracha. Novas ondas migratórias ocorreram, mas, dessa vez, em direção a áreas pouco privilegiadas pelos seringalistas: a várzea e o interior da mata. Os Kaixana que fugiram da terra firme passaram a viver junto com os Kokama, sobretudo, nas comunidades de Jacapari e Bararuá, situadas em áreas de várzea. A crise da borracha fez com que muitos não índios abandonassem as atividades na região, possibilitando o retorno dos Kaixana a algumas áreas de ocupação tradicional. Entretanto, ameaças à integridade do ambiente e à qualidade de vida dos índios continuam a ocorrer, especialmente por conta de atividades ilegais de garimpo e pesca predatória na área. (Disponível no site http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaixana/2078_2/2).

A população total foi estimada em 987 habitantes no ano de 2009 (segundo dados da Funasa). No texto apresentado pelo Pib socioambiental a Comunidade São Francisco aparece como área ocupada pelos Kaixana, porém, não há um aprofundamento sobre a questão da demarcação da terra indígena.

Ressalte-se que entre os Kaixana é comum um se referir ao outro como “parente ou parceirozinho”, esse linguajar representa o companheirismo, a partilha e os costumes em comum os quais juntos almejam alcançar a autonomia sociocultural. Vale ressaltar que os indígenas da Comunidade São Francisco usam a palavra Kaixana para fazer referência a sua etnia. Seguindo a lenda de seu povo, tem-se a narrativa de Everaldo:

3.1.2.2 A lenda do surgimento do povo Kaixana

Há muito tempo atrás apareceu um homem na floresta, nesse tempo havia poucas pessoas morando a milhares de quilômetros longe de outros povos. A lenda conta que houve conflito e desentendimento com as tribos na terra. Por esse motivo todos os povos se largaram para dentro da floresta e a maioria morreu. E Tupã (DEUS) deu a vida para o pajé. O mesmo andava para cima e para baixo, dia e noite sem sossego. O mais incrível foi sua ideia de sentar na beira de um igarapé, se sentiu cansado e sentou-se teve uma ideia e falou: _ Estou sozinho, alguém me permita que faça um milagre, preciso de companhias pra me sentir feliz. Pensou viajar por dentro do igarapé. Procurou uma madeira muito bonita e deu o nome de cauixi com o seu machado de pedras cortou e cortou até que derrubou mediu o comprimento e começou a cavar, cavou, cavou todos os centros da madeira cada cavaco jogava para trás e pensava “se todos os cavacos fossem pessoas”. Depois de muitas horas trabalhando ele ouviu vozes então, parou e ficou ouvindo que eram vozes de pessoas. Logo em seguida o pajé viu uma turma de pessoas eram homens e mulheres. O velhinho tomou coragem e foi aos seus encontros abraçou a todos, mas, não entendia nada de suas falas. Depois agradeceu ao seu tupã que ouviu o seu pedido. Nesse tempo eram possíveis todos os pedidos se realizavam. Portanto, o povo que o pajé pediu foi realizado e deu o nome de povo Kaixana por que foi surgido do cauixi.

Everaldo Anaquiri Curica- 44 anos, Kaixana.

Para os indígenas o território é um conjunto de junções simbólicas e culturais, pois é nele que os Kaixana manifestam seus sentimentos de pertença e formam a base material simbólica, valorando suas crenças, ritos e lendas, e esta base deve ser apreciada em sua dimensão cultural e identitária.

⁴² Retirado do histórico dos Kaixana no *site* http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaixana/2078_2/2, consultado em fevereiro de 2016. Nas informações contidas no *site* é citado o artigo “A questão do povo Kaixana no Amazonas”, de Miguel Cruz e Eledilson Kauíxi Corrêa Dias, porém, não foi possível encontrar essa referência.

A *(Re)Existência* do povo Kaixana em permanecer no território e o anseio de demarcá-lo objetiva manter sua sobrevivência de forma física, cultural e organizacional, tornando o território uma das principais lutas do povo Kaixana.

A demarcação da Comunidade é o ponto que os indígenas mais indagam, é entendido que a demarcação e o reconhecimento do território são, ao mesmo tempo, o reconhecimento e a valorização dos povos que ali residem.

3.1.3 O processo de demarcação de terras indígenas no Brasil

No Brasil, as discussões sobre demarcação de território indígena se constituem como um dos mais polêmicos assuntos; na geografia, procura-se entender as relações de disputas de poder partindo da autoidentificação étnica. É definido pela Constituição Federal que toda área habitada por indígenas torna-se seu território de vivência. Nesse sentido, entende-se que a terra não é apenas um recurso natural, pois há um sentimento de pertença ao lugar onde é exercida a vida social.

É nesses territórios que os indígenas utilizam suas atividades produtivas e promovem a manutenção de seus hábitos e costumes. O território não significa apenas o lugar de morada dos indígenas, mas o lugar onde são extraídos os alimentos e realizadas as práticas de caça e pesca.

No Brasil uma das questões geográficas polêmicas é a disputa por territórios indígenas, principalmente quando se trata de processos de demarcação territorial. Existe no território brasileiro o quantitativo de aproximadamente 572 terras indígenas (Quadro 8), a extensão total dessas terras alcança 108.429.222 hectares, em sua maioria (405) localizadas na Amazônia Legal, somando 103.483.167 hectares, ou seja, praticamente 99% do total da extensão das terras indígenas do país concentram-se nessa região. Sendo que 398 estão registradas, 14 estão homologadas, 69 estão declaradas, 44 estão identificadas, 175 a identificar, sem providência 352, 53 reservas, com restrição 6, grupo de trabalho 5.

Situação geral das Terras Indígenas (TIs)	Quantidade	% do total de TIs (não referente à extensão territorial)
Registrada (demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou no Serviço do	398	35,66

Patrimônio da União).		
Homologadas (com decreto do/a Presidente da República e aguardando registro).	14	1,25
Declaradas (com portaria declaratória do Ministério da Justiça, e aguardando demarcação).	69	6,18
Identificadas (analisadas por grupo técnico da Funai, e aguardando decisão do Ministério da Justiça)	44	3,94
A identificar (incluídas na programação da Funai para identificação futura).	175	15,68
Sem providência	352	31,54
Reservadas (demarcação como “reservas indígenas” à época do SPI) ou “Dominiais” de propriedade de comunidades indígenas.	53	4,74
Com restrição	6	0,53
Grupo de Trabalho (constituído no MS como terra indígena)	5	0,44
Total	1.116	100

Quadro 08: Situação geral das terras indígenas no Brasil.

Fonte: FUNAI, 2017.

Organizado: Suzana Lima. 2017.

Os critérios para o processo de demarcação de terras indígenas seguem a ordem:

- 1º – São realizados estudos de identificação e delimitação pela Funai, envolvendo pesquisas geográficas, antropológicas, territoriais, ambientais e outras;
- 2º – É feita a delimitação, que é repassada via Diário Oficial para o Ministério da Justiça, responsável pela sua declaração de limites;
- 3º – Com a autorização, as terras tornam-se declaradas após a realização de novos estudos, de forma que a área torna-se de uso exclusivo dos índios e a demarcação é autorizada. A demarcação física fica a cargo da Funai;
- 4º – É feito um levantamento fundiário pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para avaliar as benfeitorias realizadas pelos proprietários da área que agora pertence aos índios, pois o dono das terras perde a posse, mas recebe uma indenização caso tenha feito algumas dessas benfeitorias no local;
- 5º – As terras são homologadas pela Presidência da República;
- 6º – É feita a retirada dos ocupantes não índios da área, com pagamento das eventuais indenizações;

7º – É concluída a regularização e, portanto, a demarcação oficial com registro em cartório em nome da União;

8º – A Funai torna-se responsável por interditar a área, a fim de garantir o isolamento e a proteção dos indígenas que ali habitam.

A ordem é imposta, mas nem sempre é cumprida, pois sobre os territórios indígenas muitas são as disputas entre grupos de posseiros, grileiros e fazendeiros que confrontam os indígenas por disputa territorial. Nesses momentos o respeito aos originários é lançado ao chão, sem dignidade são desterritorializados por interesses de invasores causando danos à área de proteção patrimonial. O território indígena é constituído por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e identificam-se como sujeitos atuantes em busca de *Re(Existir)* na terra em que habitam, construindo suas identidades por meio da organização do espaço e suas relações sociais, econômicas e culturais.

A partir da demarcação da terra indígena o sujeito almeja autonomia para exercer os direitos e interesses específicos dos povos indígenas, fundamentado na estruturação da/o terra/território e pautando-se no uso da cidadania com direito ao acesso à educação, saúde e valorização étnica. Oliveira (2008) explica:

É a autonomia que represente a distribuição de competências e a emancipação social, política e econômica; e autodeterminação que implique o respeito aos direitos indígenas, especialmente o reconhecimento dos seus territórios como espaços étnicos, visando o fortalecimento das comunidades indígenas. (OLIVEIRA, 2008, p. 04).

O processo de demarcação está imbricado na história de luta pelos direitos indígenas, buscando por meio do movimento indígena o fortalecimento político e organizacional desses povos, fortalecendo o orgulho de “ser índio”. Têm-se, na teoria, a Constituição de 1988, que é agraciada com boas ações e teve também seus avanços significativos na proteção e no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, porém, muitas vezes o que é disposto lá não é cumprido, ficando apenas como futuras perspectivas de direitos e interesses dos povos indígenas, os quais visam o reconhecimento de seus territórios como espaços étnicos e buscam a autonomia, fortalecimento e reconhecimento de seus saberes tradicionais indígenas. Segundo Araújo (2006):

A Constituição reconheceu aos povos indígenas direitos permanentes e coletivos e inovou também ao reconhecer a capacidade processual dos índios, de suas comunidades e organizações para a defesa dos seus próprios direitos e interesses. Além disso, a Constituição atribuiu ao Ministério Público o dever de garantir os direitos indígenas e de intervir em todos os processos judiciais que digam respeito a

tais direitos e interesses, fixando, por fim, a competência da Justiça Federal para julgar as disputas sobre direitos indígenas (ARAÚJO et al., 2006, p. 40).

Na Constituição Federal, parágrafo 1º do artigo 231, diz que são terras indígenas TIs “as tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas [...] a sua reprodução física e cultural, segundo os seus usos, costumes e tradições”. Vale ressaltar que os direitos territoriais indígenas são originários, pois sua formação perpassa o passado com suas memórias e identidades étnicas. Entende-se que é de cunho da União a responsabilidade de demarcar (atuando a partir do artigo 231) a área ocupada pelos indígenas, realizando a demarcação de seus limites e assegurando a proteção dos mesmos e de seus recursos.

No caso da Amazônia, têm-se a maior concentração de povos indígenas, porém, ainda há muitas terras a serem demarcadas, como exemplo, o oeste do Amazonas, mais precisamente na Microrregião do Alto Solimões onde se encontra a concentração dos povos indígenas Kaixana, que enfrentam graves problemas de reconhecimento territorial. Destaque-se que o Estado é pouco eficiente ou mesmo atrasado em executar providências para assegurar o direito à posse dos Kaixana de seus territórios. Como base, têm-se o procedimento administrativo por meio do Decreto do Poder Executivo nº 1775, de 08/01/1996, que compreende as etapas a seguir:

1 Identificação – No primeiro momento do procedimento de demarcação, a FUNAI nomeia um antropólogo para elaborar um estudo antropológico de identificação da Terra Indígena em questão. O estudo do antropólogo fundamenta o trabalho de um grupo técnico especializado, composto preferencialmente por técnicos do próprio órgão indigenista, que farão estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, além do levantamento fundiário para a delimitação dos limites da Terra Indígena (na prática, porém, antropólogo e demais técnicos trabalham concomitantemente). O grupo apresenta relatório circunstanciado com a caracterização da terra a ser demarcada, que há de ser aprovado pelo presidente da FUNAI e, em seguida, publicado na imprensa oficial e afixado na sede da prefeitura local.

2 Contraditório – Esta etapa foi introduzida no procedimento administrativo de demarcação pelo Decreto 1775/96, sendo motivo de intensa polêmica quando da sua edição. Trata-se da oportunidade dada a todo e qualquer interessado, incluindo-se estados e municípios, de se manifestar sobre o procedimento de demarcação de uma dada Terra Indígena e impugná-lo pela via administrativa – antes do Decreto a possibilidade de impugnação era apenas judicial.

Os interessados, a contar da abertura do procedimento de demarcação até 90 dias após a publicação do relatório do grupo técnico na imprensa oficial, poderão apresentar ao órgão indigenista suas razões, acompanhadas de provas, a fim de pleitearem indenização ou demonstrarem vícios existentes no relatório. A FUNAI tem, a partir daí, 60 dias para opinar sobre as razões dos interessados e encaminhar o procedimento ao Ministro da Justiça.

3 Declaração dos limites – O Ministro da Justiça expedirá, no prazo de 30 dias, portaria declarando os limites da área e determinando a sua demarcação física. Ao invés disso, porém, poderá optar por prescrever diligências a serem cumpridas em mais 90 dias, ou ainda, desaprovar a identificação por meio de decisão fundamentada, a ser também publicada na imprensa oficial.

4 Demarcação física – Declarados os limites da área, a FUNAI fará a sua demarcação física, que implica a colocação de marcos no chão, placas de sinalização, picadas quando necessário etc. Ainda nesta etapa, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em caráter prioritário, procederá ao reassentamento de eventuais ocupantes não-índios.

5 Homologação – Todo o procedimento de demarcação será, por fim, submetido ao Presidente da República para ratificação por meio de decreto.

6 Registro – A Terra Indígena demarcada e homologada será registrada, no prazo de 30 dias, no cartório de registro de imóveis da comarca correspondente e no SPU (Secretaria de Patrimônio da União).

É no território indígena que são vivenciadas as crenças, linguagens, hábitos, costumes e nele se pretende exercer a sua manifestação sociocultural permitindo demonstrar suas identidades étnico-territoriais. Portanto, entende-se que, na conjuntura atual (2017), a política de demarcação de terras indígenas ainda passa por lacunas, principalmente no que diz respeito à demarcação no Estado do Amazonas onde os indígenas são sujeitos a entrarem em conflitos com madeireiros, garimpeiros e pescadores comerciais por disputa de recursos naturais.

Sobre a demarcação da Comunidade São Francisco de Tonantins não se obteve documentos comprobatórios que evidenciassem a atual situação da comunidade no que se referente à demarcação da área. Porém, o cacique destaca “somos sabedores que não vão demarcar a nossa comunidade, mais nós queremos pelo menos respeito e direito de exercer nossa cultura”, evidencia-se, portanto, que a esperança em demarcar a comunidade em território indígena está desaparecendo. O desconhecimento do processo de demarcação

chamou a atenção e, por inúmeras vezes, foi perguntado como está o processo de demarcação, obtendo-se como respostas que:

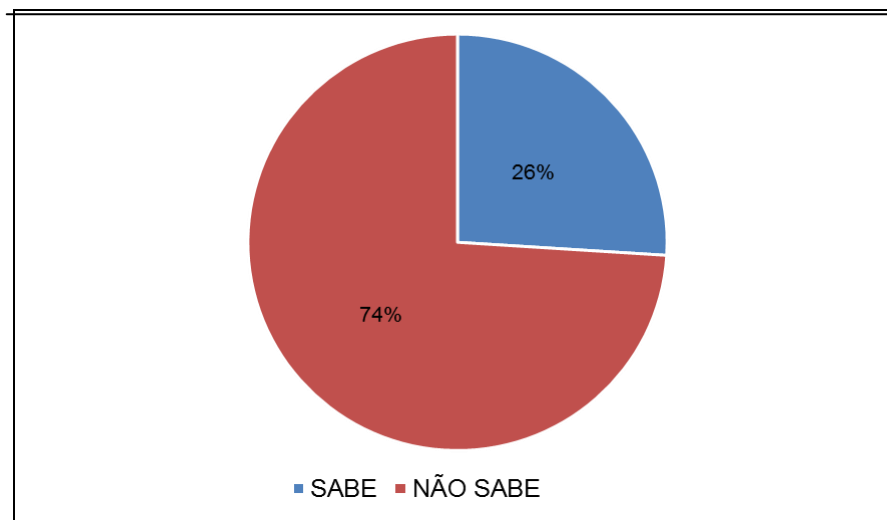


Gráfico 04: Porcentagem dos entrevistados sobre o processo de demarcação da Comunidade. .

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017.

É percebido que 74% dos indígenas não sabem sobre a questão de demarcação. É dito que a maioria dos moradores da Comunidade não se identifica como indígena, negando sua origem por medo, vergonha ou imposição do outro. Logo, não aceitam a demarcação da comunidade alegando não quererem perder sua propriedade para a União.

A primeira lei criada para demarcar as terras indígenas foi a 6.001 de 19 de Dezembro de 1973, Art. 19, em plena atuação militar. Na atualidade, a demarcação é assegurada pela Constituição de 1988, Art 231, e regulamentada pelo Decreto 1775 de 08 de Janeiro de 1988, como dito anteriormente. No entanto, as dificuldades se agravam a partir do momento em que o direito dos povos indígenas é submetido a propostas de emendas à Constituição, como exemplo tem-se a PEC 2015/2000⁴³. Tal ementa vem prejudicar e dificultar o processo de demarcação, favorecendo somente os interesses políticos e econômicos do Estado.

⁴³ I - Proposição de mudanças na Constituição: Trata-se de Proposta de Emenda Constitucional de nº 215, de 2000, apresentada por parlamentares, tendo à frente o Deputado Almir Sá, a qual sugere que: 1. Se acrescente ao art. 49 da Constituição Federal, o inciso, renumerando-se os demais, com o seguinte teor: Art. 49—É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (novo inciso) aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas; 2. Se altere a redação do § 4º do art. 231 da Constituição Federal e acrescente um oitavo parágrafo neste mesmo art. 231 da CF, de forma a passar a vigorar com as seguintes redações: “§ 4º As terras de que trata este artigo, após a respectiva demarcação aprovada ou ratificada pelo Congresso Nacional, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”; “§

3.2 A língua Kaixana

Na atualidade, a língua dos povos indígenas é pouco praticada, deixando muitas vezes de existir. É frequente o desaparecimento de línguas de povos indígenas principalmente os que não vivem em área demarcada. Dessa forma, a língua torna-se extinta. De acordo com o Censo de 2010, 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais falavam em domicílios diferentes (área não demarcada) uma língua indígena. Sendo que 17,5 não falavam o português. Quando há a referência aos indígenas que vivem em terras indígenas (área demarcada) esse percentual aumenta para 57,3 que falavam a língua indígena. Bem como 28,8% é o percentual dos que não falavam o português.

Vale destacar que a permanência das características linguísticas é importante para a manutenção sociocultural dos povos indígenas. Segundo o Censo de 2010, são 276 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes.

A história do povo indígena da etnia Kaixana é atravessada por decorrentes fatores que a influenciaram na formação da Comunidade São Francisco; os seus primeiros habitantes, segundo relato dos moradores, eram Kaixana “*puros*” falantes da língua materna, no entanto, a cultura linguística foi se perdendo com o passar do tempo. E hoje, entre os comunitários da etnia Kaixana, são poucos os falantes da língua, sendo esta pouco praticada. De acordo com o mapa histórico do relatório de Curt Nimuendaju:

A língua nativa dos Kaixana pertencia à família Aruák. No entanto, devido à imposição missionária, esses mesmos índios passaram a utilizar também a língua geral, entendida aqui como uma variação regional do Tupi Guarani. A completa extinção da língua nativa dos Kaixana se deu ao longo do século XIX, sendo falada, no início do século XX, somente a língua geral. Mais recentemente, passaram a utilizar o português, acabando por abandonar aquela. (Disponível: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaixana/2076>).

Entende-se que a influência missionária aparece como um reflexo da perda da prática linguística, ao mesmo tempo, é imposta a dominação das línguas gerais, dessa forma, há a perda dos movimentos sociolinguísticos os quais remontam à formação da língua geral entre a língua portuguesa e a linguagem étnica.

A questão da língua é elucidativa: a língua de um povo é um sistema simbólico que organiza a sua percepção do mundo, e é também um diferenciador por excelência:

8º Os critérios e procedimentos de demarcação das Áreas indígenas deverão ser regulamentados por lei” (BRASIL/PEC 215).

não é a toa que os movimentos separatistas enfatizam dialetos e os governos nacionais combatem o polilinguismo dentro de suas fronteiras. No entanto a língua é difícil de conservar na diáspora por muitas gerações, e quando se consegue, ela perde a plasticidade e se petrifica, tornando-se por assim dizer uma língua fóssil, testemunha de estados anteriores. (CUNHA, 2009, p. 237 apud PINHEIRO, 2011, p. 06).

Esse povo mobiliza estrategicamente novos discursos identitários com o intuito de adquirir a valorização dos modos de vida, da memória da cultura linguística e dos laços de pertencimento que, com o passar do tempo, vão tornando-se silenciados. Cruz (2006, p. 31) destaca que “a identidade é sempre uma construção histórica e relacional dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo”. O pertencimento é um sentimento de laços com o território por meio de parentescos ou de maneira relacional, são essas teias de relações que dão significância de reconhecimento e alteridade aos povos Kaixana.

Segundo a coleta de dados, 93% da população indígena Kaixana não são falantes da língua materna, segundo os entrevistados, somente os senhores mais idosos praticam com raridade a língua. Na Comunidade tem-se como referência o J da R, D (informação verbal, Tonantins (AM), Jan, 2017): “a língua é muito importante, por que é a nossa identidade, mas hoje não tem com quem conversar porque meus amigos que falam já morreram e os que ainda estão vivos não falam, por isso que estou escrevendo na língua Kaixana para deixar pros futuros que vem aí essa é a minha preocupação”. Para o M, R, P, 70 anos (informação verbal, Tonantins (AM), Jan, 2017), “não falamos a língua Kaixana porque nossos pais não ensinaram, e porque nunca pensamos que ia fazer falta. Eu lembro que a minha avó só falava Kaixana e nós entendia tudo principalmente quando ela estava com raiva e xingava nós. Essas são lembranças da minha infância onde era comum falar a língua Kaixana”.

A língua é uma maneira de demonstrar a cultura de um povo, seja indígena ou não indígena. As manifestações culturais são representações do modo de vida dos grupos étnicos existentes na Comunidade. Na abordagem dos entrevistados, o entendimento sobre a mistura da língua Kaixana com a *língua geral*⁴⁴ se dá pelo fato, segundo os mesmos, de que os índios Kaixana não praticam mais a língua de origem havendo uma mistura entre as duas línguas - portuguesa/Kaixana - sendo denominada língua geral. São raras as palavras existentes na língua Kaixana, mas de acordo com a pesquisa de campo encontrou-se algumas palavras que correspondem a dias da semana (Quadro 09).

⁴⁴ Língua geral segundo os entrevistados é a mistura da língua Kaixana com a língua portuguesa.

Kaixana	Português
Muraquipí	Segunda-feira
Muraquí Mucúin	Terça-feira
Muraquí Muçapíre	Quarta-feira
Çupapau	Quinta-feira
Iuçuaçú	Sexta-feira
Çaurú	Sábado
Mituú	Domingo

Quadro 09: Palavras na língua Kaixana com tradução para o português.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017.

A língua Kaixana tem suas variedades, mesmo sendo pouco usada em rodas de conversa entre indígena-indígena. Não se ouve a prática da língua. No entanto, no discurso sobre a língua Kaixana é percebida a desvalorização por esse conhecimento que se torna invisível. Vale ressaltar que a língua Kaixana é uma das inúmeras que passam por momentos de extinção, havendo somente algumas pessoas em idade avançada que pronunciam, mas não lembram como é a escrita. Dessa forma, as palavras encontradas na pesquisa de campo tornam-se fundamentais para a recuperação da escrita Kaixana, bem como para a manutenção da prática linguística. É importante frisar que entre poucas evidências da escrita Kaixana encontrou-se os numerais, os quais são apresentados em língua Kaixana e Língua portuguesa (Quadro10):

Kaixana	Português	Kaixana	Português
Iêpê	Um	Pêiêiêpê	Onze
Mucún	Dois	Pêiêmucúin	Doze
Muçapíre	Três	Pêiêmuçapire	Treze
Irundi	Quatro	Pêiêirundi	Quatorze
Uaxiní	Cinco	Pêiêuaxiní	Quinze
Muçúní	Seis	Pêiêmuçuni	Dezesseis
Cêiê	Sete	Pêiêcêiê	Dezessete
Oicê	Oito	Pêiêoicê	Dezoito
Oicêpê	Nove	Pêiêoicêpê	Dezenove
Pêiê	Dez		

Quadro 10: Contendo os numerais em língua Kaixana com tradução para a língua portuguesa.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017.

Apresentam-se, também, os meses do ano em língua Kaixana com tradução para a língua portuguesa. Vale destacar que cada mês tem referência à sequência de luas (Quadro

11), somente os últimos dois meses do ano ficam sem a significância das luas, nesse período, os indígenas afirmam que a lua não é citada por que precisa recuperar as energias e prepara-se para iniciar o ano seguinte com energias positivas e de harmonia.

Meses do ano		
Kaixana	Português	Luas
Iêpê Iačí	Janeiro	1° Lua
Mucúin Iačí	Fevereiro	2° Lua
Muçapíre Iačí	Março	3° Lua
Irundí Iačí	Abril	4° Lua
Uaxiní Iačí	Maior	5° Lua
Muçúni Iačí	Junho	6° Lua
Ceiê Iačí	Julho	7° Lua
Oicê Iačí	Agosto	8° Lua
Oicêpê Iačí	Setembro	9° Lua
Pêiê Iačí	Outubro	10° Lua
Pêiê Iêpê Iačí	Novembro	-
Pêiê Mucúin Iačí	Dezembro	-

Quadro 11: Contendo os nomes dos meses em língua Kaixana com tradução para a língua portuguesa.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017.

Percebe-se que a perda da prática da língua Kaixana deve-se à falta de incentivos ou até mesmo aos preconceitos sobre a identidade étnica. A falta de escolas indígenas é uma lacuna que a região Amazônica passa por muitas décadas, pois a escola ocupa lugar de destaque no ensino da língua, da escrita e na valorização da cultura linguística Kaixana e dos conhecimentos tradicionais. Destacam-se algumas palavras em língua Kaixana com tradução para a língua Portuguesa (Quadro 12).

Palavras em comum			
Cariua	Homem branco	Míapé	Pão
Inacuema	Bom dia	Ucapura	Casa cheia
Inacurua	Boa tarde	Ucapuraíma	Casa vazia
Ineputuma	Boa noite	Ucara	Terreiro
Apíaua urucara	Homem fraco	Ururiquiti	Fora de casa
Sepaia	Pai	Ucaú	Embriagado
Cunhã mucu pixuna	Menina preta	Pinapitica	Caníço
Cunhã mucu puxuera	Menina feia	Cunhã puranga	Moça bonita
Pupunha maná	Deus manda chuva	Cê çaiçúçaua	Meu amor
Çacuênaçaua	Perfumado/cheiroso	Ccecatu	Meu bem

Quadro 12: Contendo algumas palavras na língua Kaixana com tradução para a língua portuguesa.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017.

A principal língua usada pelos Kaixana de São Francisco de Tonantins é a língua portuguesa. As outras etnias que residem em Tonantins falam sua língua, principalmente os Ticuna e Kocama, exercendo no território suas práticas linguísticas. Com frequência os índios dessa região falam várias línguas indígenas, além do português e castelhano devido à proximidade com as fronteiras da Colômbia e Peru. Sobre a extinção da língua Kaixana tem-se a contribuição de J. R. D., 77 anos (informação verbal, Tonantins (AM), Jan, 2017):

Lembro, até com oito anos de idade, que antes aquelas histórias que contam antigamente, quem habitava por aqui era os índios mesmo, os Kaixana, que ainda falavam a língua deles, e eu ainda sei por que minha mãe falava assim algumas palavras, por exemplo, quando agente chegava na casa de algum irmão tio, parente agente falava, em tupi Guarany e a língua geral, muita coisa eu sei falar, mais como agora agente não esta praticando vai perdendo essa nossa cultura (Informação verbal, 2017).

Algumas etnias ou partes delas deixaram de falar sua língua de origem, como é o caso dos Kaixana. Pinheiro (2011, p.41) destaca que “na Amazônia brasileira e, de modo particular, no noroeste do estado do Amazonas, a diversidade étnico-cultural e linguística é gritante em função da densidade de indígenas pertencentes a diferentes grupos étnicos que habitam essa região”. Contudo, considera-se que ainda faltam mais estudos referentes às línguas praticadas na região amazônica, pois muitos são os grupos que não são citados nas relações linguísticas expostas pelo IBGE e Funai, esta interpretação requer melhor entendimento e outros possíveis posicionamentos de estudos linguísticos. Santos (2009) explica que:

As línguas indígenas são línguas de minorias étnicas e correm o risco de desaparecer, pois seu uso é restrito, seus falantes são em número bastante reduzido e só recentemente há uma política do Estado para a sua revitalização e uso como línguas de instrução e ensino nas escolas indígenas. A urgência da documentação e descrição dessas línguas é grande e sustenta-se que a produção científica sobre elas contribua para valorizá-las como línguas de expressão legítimas dos povos que as falam, para criar políticas de proteção da diversidade linguística, além de contribuir para as pesquisas sobre o conhecimento tradicional expresso através delas, sendo elas próprias uma das formas de conhecimento tradicional (SANTOS, 2009, p. 26).

Entende-se que a extinção da língua de origem dos indígenas tem influência sobre o uso do território na prática da valorização cultural do grupo étnico, significando que a língua de origem utilizada passa a ser fato histórico da etnia Kaixana por somente as pessoas com mais idade praticarem a língua Kaixana com influência da língua portuguesa.

Nesse sentido, Torres (2013) afirma que a lembrança neurológica é inerente a todos os seres humanos, remetendo a fatos históricos de vivência e hábitos da sociedade das

lembranças do passado que consolidou sua existência. Esses fatores de organização neurológica contribuem na formação e continuação da transmissão da cultura linguística, valorando a etnia Kaixana em seu aspecto sociocultural, transmitindo seus costumes às gerações futuras, pois a perpetuação da cultura linguística garante a permanência da língua materna, evitando a extinção da mesma na sociedade.

Os indígenas Kaixana tiveram a influência de missionários na mesclagem da língua Kaixana com a língua geral, língua esta utilizada pelos comunitários. “A realidade é que história está onipresente. Está presente, primeiro, moldando unidades e culturas novas, cuja homogeneidade reside em grande parte numa trajetória compartilhada” (CUNHA, 2012, p12). Esta etnia se destaca pela autoidentificação da identidade como indígena na perspectiva de melhoria de vida por meio das políticas públicas aplicada neste lugar.

Portanto, o que os indígenas Kaixana destacam diz respeito ao acesso aos direitos que incluem o uso da língua, o ensinar a língua e a cultura a seus primogênitos, resgatando, assim, uma das principais heranças, que é a língua Kaixana. Na perspectiva geográfica o resgate da língua étnica é um processo de afirmação e reconhecimento cultural por meio das manifestações, crenças, saberes e hábitos. A língua e a história mantêm relações de pertencimento ao território onde é configurada a existência das raízes identitárias de um povo. A seguir, pretende-se relatar sobre as condições sociais em que os comunitários/indígenas da Comunidade São Francisco se encontram.

3.3 Condições sociais dos Kaixana: renda familiar, saúde, educação e saneamento básico.

Na Comunidade São Francisco de Tonantins a propriedade é fonte de renda principal. Têm-se também a aposentadoria e o auxílio bolsa família, que são fonte de renda não agrícola e representam uma maior expressão na Comunidade. Quanto ao saneamento básico se nota a precariedade nessa área, pois a região do Alto Solimões não é diferente de muitas outras do país, sendo marcada pela precariedade em relação à assistência quanto ao saneamento básico, como: falta de esgoto, lixo doméstico e, principalmente, lixo hospitalar, que até o momento da realização da pesquisa não possuía destino correto.

Os indígenas Kaixana da Comunidade São Francisco, Tonantins (AM), enfrentam dificuldades como: a) baixos rendimentos, b) acesso à saúde, c) pouco conforto em suas residências, d) saneamento básico etc. Sobre isso, Shiraishi Neto (2007) destaca:

Reconhecendo as aspirações desses povos de exercerem o controle de suas próprias instituições, de seus modos de vida e de seu desenvolvimento econômico, e manterem e fortalecerem suas identidades, línguas e religiões, no âmbito dos estados em que vivem; Observando que em muitas partes do mundo esses povos não podem gozar dos direitos humanos fundamentais na mesma medida que o restante da população dos estados em que vivem, e que suas leis, valores, costumes e perspectivas vêm em geral se deteriorando; (SHIRAISHI NETO, 2007, p.135).

Dessa forma, foram verificadas as condições sociais desse povo, que passa por várias dificuldades. A formação histórica da Comunidade é relevante nesse estudo para que se possa compreender a organização dos Kaixana em seu território, assim como compreender os aspectos identitários, as relações de produção e de trabalho e o modo de vida, partindo da narrativa de quem já vivenciou e vivencia os fatos e acontecimentos envolvidos pelos próprios eventos religiosos e festivos que constituem suas identidades e que proporcionam significados e valorização a suas vidas.

As famílias tradicionais apresentam um número elevado de integrantes familiares, de 6 a 17 filhos, mas, na atualidade (2017), esse número teve um declínio passando a ser de 4 a 13 filhos na família, conforme evidencia o Quadro 13:

São Francisco	Nº de filhos	Filhos < 12 anos	Filhos > 12 anos
43	04 a 13	39	11
07	02 a 03		

Quadro 13: Composição familiar dos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo. Suzana Lima. 2017.

Apesar do declínio do número de integrantes familiares ainda é percebido um número elevado de acordo com os dados apresentados no quadro acima, sendo que em 43 famílias têm-se de 4 a 13 filhos e em 7 famílias houve a redução do número de filhos para de 02 a 03 por composição familiar. Tem-se o quantitativo de 39 famílias com filhos < 12 anos e 07 famílias com filhos > 12 anos.

Entende-se que a redução da natalidade na Comunidade é uma das causas dessa redução, pois o modo de vida é precário. A sobrevivência das famílias está relacionada à agricultura familiar, as crianças desde os 5 anos já acompanham os pais nas atividades de lavoura. De acordo com a observação participante, percebeu-se que nas famílias na Comunidade São Francisco há um número elevado de pessoas agregadas morando juntas, ou seja, filhos/as que se casaram/união estável e não possuem morada própria. E, na maioria dos casos, somente o pai ou a mãe tem renda para manter as famílias (Quadro 14).

Renda Mensal aprox. em São Francisco		
Quantidade de salário	Quant.	(%)
Menos de 1 salário mínimo	28	56
Entre 1 e 2 salários mínimo	15	30
Mais de 2 até 3 salários mínimo	07	14
Mais de 3 até 5 salários mínimo	-	0
Mais e 5 até 10 salários mínimo	-	0

Quadro14: Renda mensal em salários mínimos.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

Sobre a renda mensal das famílias entrevistadas, 56% recebem menos de um salário mínimo, 30% de dois a três salários e 14% mais de dois até três salários mínimos. Essa renda é responsável pela manutenção da família.

Sobre a saúde, a Comunidade possuía uma Unidade Básica de Saúde (Figura 14) na década de 1980 (Foto 24) e, nos dias atuais (2017), têm-se sete agentes Comunitários (ACS) que são responsáveis pela visita e acompanhamento dos moradores da Comunidade. No posto de saúde há um médico e uma enfermeira os quais são responsáveis pelo atendimento tanto dos indígenas quanto dos não indígenas que residem na Comunidade.



Figura 14: Unidade Básica de Saúde de São Francisco em 1980.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2017).



Foto 24: Unidade Básica de Saúde de São Francisco em 2017.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2017).

No posto de saúde existe uma farmácia, uma sala de vacinação, uma sala de sutura, uma cozinha e um escritório administrativo.

Percebe-se que os comunitários pouco frequentam o posto alegando o uso de medicina caseira, pois na Comunidade é forte a influência das atividades medicinais indígenas. Muitas doenças têm como tratamento os chás de casca de madeiras, sementes, folhas e raízes os quais possuem importância cultural e espiritual para os comunitários.

Ainda é frequente o auxílio de rezadores para certas doenças, a fé entre os comunitários é renovada a cada bênção alcançada. Poucos são os recursos utilizados no hospital da cidade de Tonantins, deixando a desejar. Assim, os tonantinenses buscam ajuda médica no município vizinho, Santo Antônio do Iça, o transporte é realizado somente por via fluvial com duração média de cerca de 40 a 55 minutos no motor 40 e 2 a 3 horas em motor rabeta, o famoso “peque peque⁴⁵”.

Segundo o indígena Kaixana I, N, L, 63 anos (Informação verbal, Tonantins (AM), Jan, 2017):

Sinto-me muito bem em morar aqui, me sinto orgulhoso por que sou filho daqui, e me dou muito bem aqui na comunidade, a população é ótima. Só que a etnia Kaixana tem que progredir mais, por que do jeito que esta vai ficar parado, mais de cinco anos que agente luta mais não esta conseguindo se atualizar, mais vamos ver como essas coisas vão seguir daqui pra frente, queremos melhoria pra nossa comunidade (I. N. L. 63 anos, 2017).

O relato de I. N. L. mostra a satisfação do indígena em residir na comunidade por ser uma área calma e ter recursos acessíveis à sobrevivência do grupo étnico. Porém, ressalta que ainda é preciso melhorias no exercício das políticas públicas. Como eixo principal abordado por estes está a demarcação da comunidade como área indígena Kaixana e as possíveis melhorias no modo de vida. Sobre as condições de moradia, têm-se como predominância, conforme Quadro 15, os tipos:

Tipo de Moradia	Quant.	(%)
Alvenaria/madeira	24	48
Madeira	16	32
Alvenaria	10	20

Quadro 15: Condições de moradia.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

Das moradias dos sujeitos pesquisados 48% são de alvenaria/madeira (quando o piso e a metade da parede são feitos de alvenaria e o restante da parede é de madeira), 32% de madeira e 20% de alvenaria. As condições não são confortáveis, mas se vive bem em São Francisco. O Quadro 16 apresenta o serviço de energia e água na Comunidade:

Serviço	Quant.	(%)
Energia elétrica	50	100
Água encanada	42	84

Quadro 16: Acesso a energia elétrica e água encana na Comunidade São Francisco.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

⁴⁵ É um motor rabeta utilizado como meio de transporte fluvial de baixa potencia.

É percebido que 100% possui acesso à energia elétrica em suas residências e 42% têm acesso à água encanada. Já 16% não possui acesso à água. Um dos recursos utilizados pelos moradores da Comunidade é o Rio Tonantins, o qual é utilizado para lavar roupas, lousas e banho⁴⁶. O rio também é uma fonte de lazer, pois nos finais de semana os moradores da cidade de Tonantins e municípios vizinhos são atraídos pela beleza natural. No mês de Outubro/2016 a Comunidade ficou sem água encanada devido à máquina “*bomba d’água*” ter queimado, a população permaneceu sem acesso por mais de um mês. Suas atividades de higiene eram realizadas nas margens do rio e igarapés (Foto 25).



Foto 25: Atividade de higiene no período de falta d’água encanada na Comunidade.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

Os banhistas realizam atividades de esportes aquáticos como canoagem e natação; observa-se na região também passeios turísticos de empresários locais e de moradores de municípios vizinhos, principalmente no período da festa de santo na Comunidade.

Sobre o nível de escolaridade dos entrevistados, têm-se os dados (Quadro 17):

Escolaridade	Quant.	(%)
Analfabeto	08	16
1ª Fase do Ens. Fund. incompleto	28	56
2ª Fase do Ens. Fund. Completo	14	28
Ensino Médio incom/completo	-	-

Quadro 17: Nível de escolaridade dos entrevistados da Comunidade São Francisco.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

⁴⁶ Banho é o momento de higiene pessoal realizado pelas pessoas na margem do Rio Tonantins quando ocorre a falta de água encanada na comunidade São Francisco.

Verifica-se que 16% dos entrevistados são analfabetos, 56% iniciaram a 1º Fase do Ensino Fundamental, mas não concluíram, 28% concluíram a 2º Fase do Ensino Fundamental completo. A educação em São Francisco se resume a uma Escola Municipal com 12 salas de aula e uma creche infantil contendo três salas de aula. Para o Kaixana O, M (Informação verbal, Tonantins (AM), Jan, 2017), “o meu estudo é um prazer, é minha sabedoria sei que é importante mais um dia eu vou conseguir. Por que hoje eu tenho muito orgulho do meu filho tá na faculdade. E ainda mais feliz por que ele conseguiu a bolsa do Kaixana⁴⁷.”

Um dos questionamentos dos Kaixana é quanto à falta de escola indígena, à evasão de seus filhos e à ausência de programas sociais para ocupar os jovens da Comunidade, pois se tem como preocupação o número de adolescentes envolvido em conflitos por motivo do uso de drogas ilícitas e lícitas, como o alcoolismo, que atinge toda a região do Alto Solimões.

Essa é um luta política em que os Kaixana estão em defesa de seu território mantendo, dessa forma, sua cultura e saberes. As reivindicações não se resumem somente ao território, mas ao reconhecimento dos direitos e uso da identidade étnica. Eles defendem os interesses políticos, econômicos e sociais de forma organizada para serem valorizados em sua dimensão simbólica em prol de melhores condições de vida para o povo Kaixana.

Em seguida, tratar-se-á sobre as atividades laborais desenvolvidas na Comunidade São Francisco pelos Indígenas e não indígenas.

3.4 Atividades laborais exercidas na Comunidade

Observa-se que na Comunidade São Francisco de Tonantins o trabalho predominante nas propriedades é o trabalho familiar, sendo que cada integrante familiar colabora com as atividades. O trabalho familiar é dividido para cada membro da família que possui alguma relação de parentescos.

Por trata-se de comunidades igualitárias, cuja organização deve ser buscada na estrutura de parentesco, famílias e clãs, não se pode, como é óbvio, examiná-la sob a ótica de um sistema político típico [...] essas relações de domínio, nesses casos, não devem ser interpretadas como manifestações de propriedades, mas como apropriação de um espaço de vivência e recursos; em outras palavras um espaço ecologicamente territorializado. (COSTA, 1992, p. 27).

Na Comunidade São Francisco os produtores não têm trabalhadores assalariados, quem auxilia são os membros da família. São poucas pessoas que utilizam a terra para outro tipo de trabalho. Constatou-se que 89% dos agricultores solicitam ajuda para “arrancar a

⁴⁷ A bolsa Kaixana citada pela entrevistada refere-se à bolsa universitária de estudo concedida pelo MEC/AM a

mandioca” e iniciar o processo da produção da farinha. Na comunidade, segundo os entrevistados, têm-se como principais atividades a agricultura, a pesca e a extração de madeiras (de forma ilegal) (Gráfico 05).

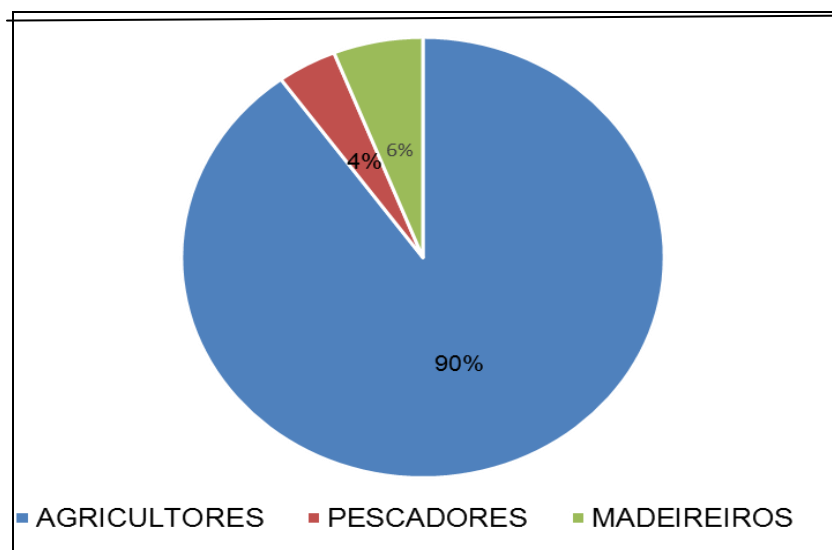


Gráfico 05: Principais atividades praticadas pelos entrevistados.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

Percebe-se que 90% dos entrevistados são agricultores e exercem em sua propriedade a agricultura familiar, porém em vários relatos observou-se que essa não é a única atividade exercida pelos 90%, ou seja, também exercem outras atividades. A ajuda no plantio, na capina e na colheita é realizada pelos integrantes da família. 6% são madeireiros, e foi possível observar que a extração de madeira de forma ilegal ocorre para suprir as necessidades da família. Em São Francisco, assim como em inúmeras cidades do Amazonas, não há fiscalização para a extração de madeira. Vale destacar que essa atividade é uma forma de manter a família. E 4% são pescadores artesanais, os quais exercem a atividade para o consumo próprio e também para a comercialização em suas próprias residências.

Na Comunidade ainda é possível observar a relação de amizade e parentesco, pois há a divisão de produtos entre as vizinhanças. Um espaço de boas relações são as casas de farinha onde as pessoas realizam rodas de conversas e confraternização. Sobre a área de atividade da agricultura tem-se o quantitativo de 48% dos entrevistados trabalhando em terra firme e 2% trabalhando em terra de várzea, com carga horária que varia de conforme exposto no Gráfico 06:

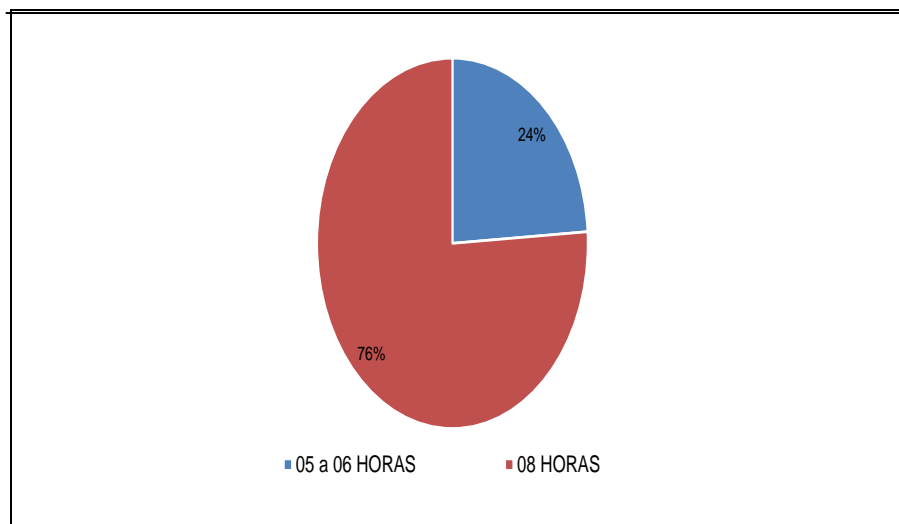


Gráfico 06: Horas trabalhadas pelos entrevistados.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

Segundo os entrevistados, 76% trabalham 08 horas por dia na prática das atividades agrícolas e asseguram que a renda provém da propriedade (renda agrícola), e 24% trabalham de 05 a 06 horas por dia. Nessas horas está inclusa a distância percorrida pelos agricultores que, em sua maioria (37%), utilizam transportes fluviais “canoas”, 8% motocicletas e 5% vão a pé. Em São Francisco existe uma Associação dos agricultores, porém, esta ainda não é regularizada/legalizada. A associação conta com 70 agricultores cadastrados e encontra-se em processo de organização.

Segundo os entrevistados, a associação está inativa e precisa de equipamentos para uso comunitário nas atividades agrícolas. A associação tem por objetivo ajudar os comunitários cadastrados a fazerem roças (derrubada, queimada e plantio), realizando o famoso ajuri comunitário. Sobre a orientação técnica, 98% dos entrevistados alegam não receberem. Destaca-se também que 98% dos entrevistados não usam nenhum tipo de insumos ou fertilizantes em suas plantações.

Os agricultores questionam sobre a ausência de cursos, orientações e reuniões para esclarecer as maneiras de amenizar as dificuldades que passam no desenvolver de suas atividades. Percebe-se, ainda, que os agricultores da melhor idade não desfrutam de espaços de lazer. Têm-se a ausência de clubes, centros comunitários e etc., no município há um prédio da terceira idade no bairro Santo Expedito, porém, não disponibilizam transportes para os comunitários que residem a cerca de sete quilômetros de distância na Comunidade São Francisco de Tonantins.

Como produção agrícola, tem-se os produtos (Quadro 18):

Fruta	Quant. Pessoas	Quant. Em %
Melancia	50	100
Milho	50	100
Cana	43	86
Mandioca	50	100
Macaxeira	50	100
Feijão	46	92
Cará	42	84

Quadro 18: Produção agrícola na Comunidade São Francisco.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

Dessa forma, a agricultura é a principal atividade realizada pelos comunitários/indígenas e é relatada como atividade de herança passada de pai para filhos, que enfrentam os desafios e lacunas com suas experiências. Como predominância na produção agrícola têm-se a melancia, 100%, o milho, 100%, a mandioca, 100% e a macaxeira, 100%. Percebe-se que os agricultores passam por inúmeras dificuldades, como a falta de orientações técnicas para o aumento da produção, a comercialização na cidade de Tonantins, a ausência de pontos comerciais como feiras, praça comunitária, e principalmente a valorização de sua cultura.

Sobre a produção frutífera, têm-se os dados da pesquisa apresentados no Quadro 19 com a porcentagem e nomes das frutas plantadas e colhidas nas propriedades dos entrevistados.

FRUTA	QUANT. PESSOAS	QUANT. EM %
Goiabeira	43	86
Abacateiro	37	74
Mamoeiro	28	56
Bananeira	46	92
Mangueira	38	76
Abacaxi	27	54
Açaizeiro	47	94
Jambo	32	64
Coqueiro	48	96
Sapota	05	10
Sarapatel	04	8
Laranjeira	38	76
Limoeiro	33	66

Quadro 19: Produção frutífera na Comunidade São Francisco.
Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

Entende-se que na Comunidade São Francisco de Tonantins a produção é principalmente para consumo familiar. Segundo Avelar e de Paula (2003, p. 120),

o cultivo da terra é feito de forma manual e arcaica, baseado no uso de tração animal, pois não há máquinas, não há utilização de irrigação ou qualquer tipo de fertilizante. sendo, pois, estritamente familiar. Há envolvimento da mulher e das crianças no plantio e na colheita.

Conforme Mendonça (2004), “o (re) ordenamento do território por meio da re-existência do trabalho significa o primeiro passo ao enfrentamento do estranhamento”, assim, o trabalho no grupo é dividido entre os integrantes da família de acordo com as necessidades no ambiente do trabalho. Para Silva (2010, p. 65):

Os povos indígenas dedicam grande parte do seu tempo em atividades relacionadas à alimentação. Tal fato porque é preciso obter ou produzir os alimentos: criar animais, como galinhas e porcos; realizar empreitadas de caça e de pesca; coletar frutos no mato; preparar a roça e colher seus produtos. Além de produzir o alimento, também é preciso construir as ferramentas e os utensílios como armadilhas, canoas, cestos, arcos e flechas, zarabatanas, entre outros, necessários para realizar as tarefas. Para realizar cada uma das atividades, os índios devem conhecer muito bem a aldeia: quais são as épocas de chuva e de seca; como é o comportamento de cada animal; qual é a época em que os frutos amadurecem; qual é o melhor período para preparar, plantar e colher os produtos da roça.

Vale destacar que os moradores da Comunidade tanto os indígenas como os não indígenas possuem como atividades a pesca, a coleta vegetal e a agricultura familiar as quais são fundamentais na economia desta população. Avelar e de Paula (2003, p.121) destacam que “o território, dessa forma, traz, engendrado em si, um repertório de lugares de importância afetiva, simbólica e política, próprios do grupo, que permite a manutenção dos costumes e da cultura que lhes são peculiares”. Essas atividades são praticadas no território a partir dos modos e costumes da cultura Kaixana, que era exercida pelos antigos moradores e passada ao longo da história para seus primogênitos.

De acordo com Silva e Chaveiro (2009, p.175), “as famílias rurais constituíam uma unidade de produção básica, sustentada pela agricultura de subsistência, com uma prole numerosa enquanto força de trabalho e controle pelo pai”. Na Comunidade São Francisco se evidencia a predominância da produção básica citada anteriormente, pois quanto mais filhos, mais força de trabalho a família terá para adquirir melhores resultados.

No entanto, entende-se que no universo pesquisado a predominância é das mulheres no comando das atividades de agricultura, tendo como produção (Quadro 20):

Tipo de produto	Quant. Pessoas	Quant. Em %
Polvilho	46	92
Goma	39	78
Maçoca	28	56
Beiju	20	40
Farinha de mandioca	47	94
Farinha tapioca	32	64
Bicoito de goma	10	20
Artesanato	04	8

Quadro 20: Tipo de produto.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima. 2017

Observa-se que o papel do pai ainda é presente, mas é o trabalho feminino que estabelece as atividades a serem exercidas e de que maneira serão praticadas. Os tipos de produção com predominância na Comunidade são: 92% de polvilho (um litro de polvilho equivale a R\$ 5,00), 94% de farinha de mandioca (valor por kg é de R\$ 5,00 a R\$ 7,00), 78% de goma crua (valor de custo R\$ 4,00 a R\$ 5,00) e 64% de farinha tapioca (o valor por kg é equivalente a R\$ 5,00) no ano referente à pesquisa 2017.

As atividades predominantes das mulheres são: cuidar da casa e cuidar da roça (plantio e capina), cozinhar, lavar roupa e vasilhas. Verificou-se que os indígenas têm como preferência o nascer do sol para realizarem as atividades de plantio e o por do sol para a prática da pescaria (atividade masculina). A confecção de seus utensílios é realizada pelos próprios indígenas, como: flechas, canoas, arco, remo vassoura, pano, peneira, chapéu de palha, caniço entre outros. (Foto 26).



Foto 26: Kaixana produzindo o caniço e o chapéu de palha na Comunidade São Francisco.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2017).

Tem-se também, como atividade laboral, o contrato de trabalhadores para realizarem a limpeza das ruas na Comunidade São Francisco. O grupo trabalha três dias na semana (segunda, quarta e sexta), são 15 dias trabalhados com o quantitativo de 10 pessoas, sendo 5 homens e 5 mulheres. Os mesmos prestam serviço para a prefeitura e recebem em média R\$ 440,00. Há predominância dos Kaixana nesta atividade, pois, em conversa informal com os trabalhadores no período de outubro a novembro de 2016, entre 10 contratados 6 afirmaram ser Kaixana (Fotos 27 e 28).



Foto 27: Kaixana realizando a limpeza nas ruas da Comunidade São Francisco.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2017).



Foto 28: Kaixana realizando a limpeza nas ruas da Comunidade São Francisco.

Fonte: Pesquisa de Campo. Suzana Lima (2017).

Em Tonantins, como em outras cidades do Amazonas, as oportunidades de trabalho são poucas, tendo como fonte principal a prefeitura municipal. Porém, não é suficiente para garantir a empregabilidade da população. Ainda é inexistente a presença de fábricas e empresas de médio e grande porte na região do Alto Solimões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a Geografia tem papel fundamental no estudo do território como categoria de análise quando se trata de povos indígenas a partir da luta de classes. Os povos indígenas vivenciam um momento de barbárie em relação aos seus direitos como povos originários. Nesse contexto, a crise do século tenta oprimir os direitos desses povos de lutarem pela vida, pelo território, pela terra, pelos seus costumes e crenças a partir de seus conhecimentos e seus valores.

Dessa forma, o Kaixana permanece em seu território para disputar e defender seu lugar demonstrando a sua *Re(Existência)*. Percebe-se, também, a desigualdade e as contradições no território Kaixana, pois no desenvolver da pesquisa inúmeras vezes durante as conversas e entrevistas os Kaixana falavam sempre na terceira pessoa como se não estivessem narrando sua história, mas, sim, do outro.

As interpretações produzidas procuram estabelecer uma problemática sobre a ideia de que a apropriação do território garantiria o acesso às políticas públicas por meio da identidade. No caso abordado, a identificação do grupo Kaixana possibilita a demarcação da área requerida como forma de luta entre os atores sociais locais, garantindo, assim, o acesso às políticas públicas, na medida em que, este tema é apresentado como fator significativo à satisfação das necessidades básicas dos indígenas.

No entanto, buscou-se compreender o território e associá-lo ao processo de ocupação territorial dos Kaixana por meio das informações sobre a história da inserção destes na Comunidade São Francisco e o processo de autoidentificação.

Portanto, o trabalho proporcionou um conhecimento sobre a realidade dos Kaixana por meio da dinâmica existente entre a identidade e o território, em que podem ser encontradas territorialidades comunitárias por um capital das forças políticas. Ao identificar a forma como as sociedades se estruturam e mantêm sua configuração de reprodução ou reconstrução identitária, percebe-se a relação estreita entre o território e a territorialidade, a qual exerce a prática de valores étnicos.

Tem-se *in locu* a negação da identidade Kaixana, isso se deve ao fato de que a cultura Kaixana está em processo de desaparecimento nesta Comunidade, pouco se fala dessa etnia. Em conversas e entrevistas com os adultos várias vezes uma criança da família perguntava “Mãe, eu sou Kaixana?” E em seguida a mãe esclarecia à filha ou filho que essa era a sua origem. A partir daquele momento era esclarecido para a criança sobre sua cultura.

No caso da Comunidade São Francisco a integridade desse grupo dá-se a partir de seu reconhecimento e valorização da cultura local.

A referida pesquisa oferece contribuição para a compreensão do espaço em seu eixo temático dos povos em territorializar no sentido de proporcionar reflexões sobre o processo de reconstrução identitária e manifestações socioculturais dos Kaixana.

Para isso, procurou-se entender que a dinâmica da Comunidade, a respeito de suas práticas de uso quanto ao território, proporciona uma contribuição na construção identitária e, como se afirma, podendo contribuir no processo de demarcação do território indígena.

Vale destacar que no mês de dezembro de 2016, o então representante local da FUNAI, foi exonerado do cargo por realizar ações que feriam a conduta dos indígenas como a cobrança por declarações e pela retirada de Registro Indígena (RANI) e tinha como clientela os indígenas de Tonantins e Santo Antônio do Içá. Após a exoneração do representante, esses municípios ficaram sem atendimento aos assuntos indígenas. Em conversa com a Coordenadora Regional do Alto Solimões, Mislene Martins, a FUNAI Regional está aguardando a liberação da portaria para as pessoas que realizaram o concurso e conseguiram sua aprovação, que, em seguida, serão enviadas para esses locais.

Observou-se que os indígenas da cidade de Tonantins para resolverem qualquer tipo de assuntos deveriam viajar para a cidade de Tabatinga onde se encontra a Coordenação Regional. Os casos de acesso às políticas sociais, auxílio à maternidade, aposentadoria, auxílio doença estão parados, pois não há representantes para expedir qualquer tipo de documentação necessária para esses processos. Isso demonstra que as questões indígenas no Brasil não são e nunca foram prioridade.

Observou-se na Comunidade São Francisco as manifestações culturais nas quais foi possível identificar os aspectos religiosos de forma material e imaterial. Em São Francisco a produção para o consumo é predominantemente a agricultura familiar. Porém, de acordo com os sujeitos pesquisados, a produção não é suficiente para manter a família.

Dessa forma, tem-se como fonte de renda não agrícola a aposentadoria, o assalariamento e o auxílio bolsa família. Sobre o tamanho das propriedades, constatou-se que 97% não sabe o tamanho de sua propriedade e/ou não quiseram informar.

Os Kaixana, no desenvolver da pesquisa, sempre enfatizavam a possibilidade de melhoria no acesso a saúde, educação e saneamento básico. A identidade Kaixana é uma temática polêmica que necessita ser reconhecida pelo seu próprio povo. A luta pelo território é uma forma de interesse pelo espaço de vivência e de atividades socioculturais em que se

pretende preservar a sua cultura, tradição, hábitos e valores que constituem a identidade Kaixana.

Portanto, a identidade vai se reconstruindo e reconfigurando de acordo com os momentos históricos. É a partir do pertencimento ao grupo coletivo que constituí minha identidade Kaixana, a pesquisa proporcionou-me a compreender a origem da minha família a qual de acordo com a história oral dos sujeitos eram compostas pôr Peruanos, cearenses e Kaixana. É por meio da aceitação da identidade que o povo Kaixana terá mais visibilidade por meio de suas ações. O fato da negação da identidade interfere nas relações políticas, econômicas e sociais do coletivo. Vale destacar que foi a partir do imaginário dos Kaixana que se pôde compreender a história ancestral e de identificar-me como “índia” pesquisadora e ao mesmo tempo sujeito pesquisado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA; SANTOS. **Estigmatização e território**: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus / Organizado por Alfredo Wagner Berno Almeida, Glademir Sales dos Santos; autores, Luís Augusto Pereira Lima [et al.]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Representações indígenas: Territorialidades e identidades-uma aproximação teórica. *RAÍÇA* 23, Curitiba, Departamento de Geografia/UFPR, p.238-262, 2011.

ALVES, J. A. et al. 2010. Natureza, sociedade e cultura: a Amazônia (re)inventada a partir de seus Topônimos. R. *RAÍÇA*, Curitiba, n. 19, p. 7-17, 2010. Editora UFPR. Disponível: <https://www.researchgate.net/profile/Rogério_Marinho/publication>. Acesso em Novembro (2015).

ANDRADE, M, C de. **1922- A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ATHIAS, Renato. **Diversidade Étnica, Direitos Indígenas e Políticas Públicas**. NEPE, UFPE, 2005.

ARAÚJO, F, G, B, de.; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Organizadores; Autores: Amélia Cristina Alves Bezerra...[et al], - Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARAÚJO, A V. et al. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-59-X 208 p. (Coleção Educação para Todos; 14).

AVELAR, G, A de; VICENTE DE PAULA, M. Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro. *GEOSRAPLIU*, ano V, n.9, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. 1930 a 2003; cursos no Colle de France. Ed. Patrick Chanpagne et al.; Tradução Rosa F. de Aguiar. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

BECKER, B, K. A geografia e o resgate da geopolítica. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, PPGG - UFRJ, v. 2, n.1, p. 117-150, 2012, ISSN 2237-3071.

BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos**: Processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Tradução de Evelyne Marie Therese Mainbourg. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas; Faculdade Salesiana Don Bosco, 2009.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **O mito do método**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1971.

CASCUDO, L. da C. **Tradição, ciência do povo**. Coleção debates. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Gerhardt, K. B. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COSTA, W, M da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec: Ed. da Universidade de São Paulo, 1992.

CLASTRES, P. **A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani**. Tradução Nícia, A. B. Campinas, São Paulo: Papiros, 1986.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de Educação**, v.16, n. 2, p.221-136, 2003.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CRUZ, V. D. C. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.

BRASIL. **Decreto n. 6.040**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 7 de fevereiro de 2007.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Rev.Latinoam.enfermagem**, v.6, n. 2, p.89-104, 1998.

DE JESUS, Z. R. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

DOURADO, José Aparecido Lima; MESQUITA, Helena Angélica de. **Revisitando a questão do território: Um diálogo Interdisciplinar**. Catalão: UFG-CAC, 2012.

DUARTE, Matusalém de Brito; SILVA, Matias Vandeir Robson da. Reflexões sobre o espaço Geográfico a partir da Fenomenologia. **Caminhos de Geografia**, 17(16), 190-196, Out/2005.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10 ed. Tradução de Konder, L. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FREITAS, Sônia M. de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanidades/FFLCH/USP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRANCO, T. G. **A geografia das cidades e das vilas no Amazonas – o caso de Tonantins e São Francisco de Tonantins**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2016.

GELINSKI; SEIBEL. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, Abril e Outubro de 2008. Disponível < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revista>> acesso em Março de 2016.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GUIMARÃES, A. R. **A produção de abacaxi: estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG)**. 2015. 152 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFG-Regional Catalão, 2015.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOCHMAN, G; ARRETCHEM, M.; MARQUES, E. (Org). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Disponível em <<http://books.scielo.org>> Acesso em Março de 2016.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>, 2014>. Acesso em: 10 de Maio. 2015.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>, 2014>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ITACARAMBY, Kênia Gonçalves. **Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Mapari (Processo FUNAI/2384/01)**. In: **Diário Oficial da União**, 03 de Abril 2006.

LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEVY, M, S, F. O direito das minorias e as nações indígenas no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 493-505, Set./Dez. 2009.

LOPES, Dulcelaine L. Diário de campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITACKER, Dulce C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002. p.135-142.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008. p.137-155.

MACHADO, A. M. B. A dialética da identidade no movimento social do campo. CASTELO BRANCO, M. T. **Jovens Sem-Terra: identidades em movimento**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003. 176p.

MCGRATH Davi; CASTRO, Fabio de; CÂMARA, Evandro; FUTEMA, Célia. **Manejo comunitário de Lagos de Várzea e o Desenvolvimento Sustentável da pesca na Amazônia**. Década 90.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. Ministério da justiça-fundação nacional do índio. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-aco-es/politica-indigenista>. Acesso em junho de 2015.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONDARDO, M. L. Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-reterritorialização. **Geo UERJ**, Mato Grosso do Sul, ano 11, v.2, n.19, p. 111-137, 1º semestre de 2009. P. 111-137. Acesso em Março de 2016. Disponível www.geouerj.uerj.br/ojs.

MORAES, A. de O.; SCHOR, T. Mercados, tabernas e feiras: custo de vida nas cidades na calha do Rio Solimões. **Mercator**, volume 9, número 19, p. 101-115, mai./ago. 2010. Manaus (AM), Brasil. Disponível em <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator>>. Acessado em 29 de Março e 2016.

MOREIRA, Eliane. Conhecimento Tradicional e a Proteção, **T&C Amazônia**, ano V, n. 11, junho de 2007.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Marcelo; Pelá, M. O Cerrado goiano numa encruzilhada de tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial EGAL, 2011, p. 1-18, II Semestre 2011.

NASCIMENTO, Alberto F. **Tonantins – sua história e sua gente**. 1 ed. Manaus-AM: Gráfica e editora Silva Ltda, 2006.

OLIVEIRA, A. da C.; LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 186-192, jul./dez. 2008

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Análise dos dados**. In:_____. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 8 ed. Campinas: Papirus, 2002. p.78-82.

PINHO, C. **Povos e comunidades tradicionais no Brasil**. Kobra Kooperation Brasilien e.V. Comunidades pantaneiras na CNPCT. 2015. Disponível < <http://www.kooperation-brasilien.org/de/themen/landkonflikte-umwelt/povos-e-comunidades-tradicionais-no-brasil> > Acesso em Março de 2016.

PINHEIRO, A. S. **Identidade, língua e cultura: usos sociais e políticos do nheengatu na comunidade indígena do cartucho, no médio rio negro – AM**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1980.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. **Territórios sociais da pesca no rio Solimões; Usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus AM, 2010.

RATZEL, Friedrich. **Géographie Politique**. Genève-Paris: Economica (1988) [tr. fr. de Politische Geographie, München/Leipzig, Oldenburg, 1897].

RECLUS, Élisée. **Nouvelle Géographie Universelle**, vol. X, Afrique Septentrionale: bassin du Nil. Paris : Hachette (1885).

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

ROSA, M. **O ativismo político indígena no Brasil pós-1988 e os desafios à garantia de seus direitos**. 8º Encontro da ANDHEP – políticas públicas para a segurança pública e direitos humanos. 28 a 30 de abril de 2014, Faculdade de Direito (USP), São Paulo (SP).

RUFFINO Mauro Luis. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Metamorfose do espaço habitado: Fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 2008.

SANTOS, G. M. do. Amazonas indígena: um mapeamento das instituições e da produção bibliográfica sobre os povos indígenas no Estado. **Relatório final à fundação de amparo à pesquisa do estado do Amazonas / FAPEAM**. Manaus, 2009.

SANTOS Glademir dos Sales, Etnografia da inclusão: a resistência contra a indiferença In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de SANTOS Glademir Sales (orgs) – Estigmatização e território – mapeamento. 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. **Políticas públicas.** Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

SILVA, M. A. de M. Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra. **Teoria & Pesquisa** 49, jul./dez. 2006.

SILVA, S. R. S. **Aqui o nativo é o caboclo...** O processo de construção da identidade cabocla em Mirandas/RN. 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Natal, 2011.

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 1 (1949), São Paulo, nº 84, p. 7-24, 2006.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, J. G. de. Limites do território. **Agrária,** São Paulo, Unesp Rio Claro, 2009.

SHIRAIISHI NETO, J. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil:** declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Unioeste, 2004.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponeses. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

THOMPSON, P. **1935-** A voz do passado: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANEXOS



0183815

08620.073144/2015-84



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 SBS Quadra 02 Lote 14 Edifício Cleto Melreles, - Bairro Asa Sul
 CEP 70070-120 Brasília - DF
 61 3247 6546 - <http://www.funai.gov.br>

Ofício nº 104/2017/AAEP-FUNAI

A Sua Senhoria a Senhora
SUZANA CARVALHO LIMA
 Rua São João nº 515, São Francisco de Tomantina
 Tomantina, Amazonas.

Assunto: Digite aqui o texto do Assunto em negrito.

Referência: Caso resposta este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.073144/2015-84.

Senhora Suzana Lima,

1. Refiro-me à solicitação de autorização para ingresso na Comunidade Kaixana de São Francisco, no Município de Tomantina, no Estado do Amazonas, povo Kaixana, para a realização da pesquisa intitulada "Território e Identidade Indígena Kaixana da Comunidade São Francisco de Tomantina".
2. O ingresso em terra indígena está regulamentado pela Portaria nº 177/PRES/2006, que trata do direito autômato/uso de imagens dos indígenas, e pela Instrução Normativa nº 001/PRES/1995, que regulamenta a pesquisa científica. Tais normativas podem ser acessadas pelo site da Funai, www.funai.gov.br/index.php/servicos/ingresso-em-terra-indigena, no qual também é possível obter orientações para o pedido de autorização de ingresso em terra indígena.
3. As autorizações para ingresso em terra indígena são de competência exclusiva da Presidência da Funai, após a instrução do processo administrativo, observando-se a anuência prévia dos representantes dos povos indígenas envolvidos, conforme disposto na Convenção 169 da OIT, nos artigos 6º e 7º.
4. Considerando que não existe procedimento demarcatório em curso para a área denominada Comunidade Kaixana de São Francisco de Tomantina, não cabe à Fundação Nacional do Índio emitir Autorização para o ingresso pretendido para a pesquisa. Portanto, o processo em referência será arquivado no âmbito da Presidência da Funai.
5. Eventuais esclarecimentos poderão ser feitos pelo telefone (61) 3247-6022 e e-mail aaep@funai.gov.br

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por CRISTINE APARECIDA MUNIZ MENEZES, Chefe de Gabinete da Presidência, em 10/05/2017, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com



0183815

08620.073144/2015-84



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
SBS Quadra 02 Lote 14 Edifício Cleto Meireles, - Bairro Asa Sul
CEP 70070-120 Brasília - DF
61 3247 6546 - <http://www.funai.gov.br>

Ofício nº 104/2017/AAEP-FUNAI

A Sua Senhoria a Senhora
SUZANA CARVALHO LIMA
Rua São João nº 515, São Francisco de Tonantins
Tonantins, Amazonas.

Assunto: **Digite aqui o texto do Assunto em negrito.**

Referência: **Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.073144/2015-84.**

Senhora Suzana Lima,

1. Refiro-me à solicitação de autorização para ingresso na Comunidade Kaixana de São Francisco, no Município de Tonantins, no Estado do Amazonas, povo Kaixana, para a realização da pesquisa intitulada "Território e Identidade Indígena Kaixana da Comunidade São Francisco de Tonantins".
2. O ingresso em terra indígena está regulamentado pela Portaria nº 177/PRES/2006, que trata do direito autoral/uso de imagens dos indígenas, e pela Instrução Normativa nº 001/PRES/1995, que regulamenta a pesquisa científica. Tais normativas podem ser acessadas pelo site da Funai, , www.funai.gov.br/index.php/servicos/ingresso-em-terra-indigena, no qual também é possível obter orientações para o pedido de autorização de ingresso em terra indígena.
3. As autorizações para ingresso em terra indígena são de competência exclusiva da Presidência da Funai, após a instrução de processo administrativo, observando-se a anuência prévia dos representantes dos povos indígenas envolvidos, conforme disposto na Convenção 169 da OIT, nos artigos 6º e 7º.
4. Considerando que não existe procedimento demarcatório em curso para a área denominada Comunidade Kaixana de São Francisco de Tonantins, não cabe à Fundação Nacional do Índio emitir Autorização para o ingresso pretendido para a pesquisa. Portanto, o processo em referência será arquivado no âmbito da Presidência da Funai.
5. Eventuais esclarecimentos poderão ser feitos pelo telefone (61) 3247-6022 e e-mail aaep@funai.gov.br

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **CRISTINE APARECIDA MUNIZ MENEZES, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 10/05/2017, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com



fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0183815** e o código CRC **AA291FD9**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.073144/2015-84

SEI nº 0183815

PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TERRITÓRIO E IDENTIDADE: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins, Tonantins (AM)

Pesquisador: Suzana Carvalho Lima

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 4

CAAE: 53935715.9.0000.5083

Instituição Proponente: Campus Catalão

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.766.464

Apresentação do Projeto:

INTRODUÇÃO

A pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão possui como centralidade compreender a produção identitária na (re)construção do território dos indígenas Kaixanas na Comunidade São Francisco de Tonantins, no município de Tonantins, localizado na mesorregião do Alto Solimões, Estado do Amazonas. Com efeito, defende-se que a reconstrução da identidade Kaixana garantiria o acesso às políticas públicas ao morador da Comunidade São Francisco. A necessidade do estudo assenta-se no fato de que a identidade indígena e a luta pela apropriação do território no Brasil apresenta diversidades e diferenciações atores envolvidos nas disputas territoriais e na luta pelo reconhecimento étnico, o que torna importante os estudos e as análises de áreas específicas para a compreensão da organização e reprodução da identidade. Além, dos indígenas Kaixanas possuem uma cultura e uma identidade territorial, baseada em valores, tradições, festividades, religiosidade e parentesco. Assim, acredita-se que a presente pesquisa contribuirá no sentido de visualizar que a identidade fator preponderante sobre o uso do território, onde exercem suas crenças, hábitos e costumes. Nesse sentido, propõem-se compreender as principais discussões sobre território e identidade dos indígenas Kaixanas, destacando o comportamento sociocultural,

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 1.766.464

econômico e organizacional da Comunidade São Francisco de Tonantins. Espera-se ainda, contribuir com os estudos que possam ser realizados, no sentido de possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos sobre território e identidade dos Kaixanas. Assim, como as manifestações social, econômica e cultural. O interesse pela temática surgiu, principalmente, por ser moradora da Comunidade São Francisco de Tonantins e presenciar as discussões dos indígenas sobre o uso do território e o acesso às políticas públicas. A escolha da Comunidade São Francisco se deu, principalmente, por conhecer a dinâmica da área, pela presença de indígena e não indígena, pela relação rural-urbano (com distância da área urbana aproximadamente 3 km), pela questão da nomeação (comunidade ou bairro), ressaltando a questão da identidade como elo de pertencimento ao território. A indagação surge a partir da observação direta deste território que suscita discussões de cunho geográfico, étnico e cultural que envolve acesso direto às políticas públicas como elemento significativo na vida do grupo indígena local. Salienta-se que a Comunidade São Francisco de Tonantins faz parte de minha infância, como sujeito atuante e participante da realidade local (nasci na comunidade em 1988, concluir o ensino médio em 2008, aos 19 anos e no ano seguinte (2009) ingressei no curso de Licenciatura em Geografia na Universidade do Estado do Amazonas- UEA, Tabatinga (AM).

Concluir o ensino superior em 2013 e em 2015 iniciei o curso de Mestrado em geografia pela Universidade Federal de Goiás, tendo como proposta de pesquisa a temática envolvendo os indígenas Kaixanas.

Constitui minha identidade na comunidade e possuo um sentimento de pertencimento com o lugar. Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, pretende-se realizar pesquisa teórica sobre:

a) território

b) territorialidades

c) identidade

d) identidade étnica e a cultura. O trabalho de campo será realizado na comunidade São Francisco, incluindo pesquisa empírica. Sendo aplicados 40 roteiros de entrevistas e questionários com os indígenas Kaixanas da área de pesquisa. Pretende-se também, realizar observações nos eventos socioculturais como: festas religiosas, manifestações culturais da comunidade. Estas serão trabalhadas simultaneamente, porém, será enfatizada cada uma delas, analisando os dados coletados para o aprimoramento da pesquisa. Assim, como os conflitos oriundos na tentativa da demarcação da Comunidade, direitos em atendimento na área da saúde, educação, entre outros. Na interrelação teoria e prática surgiram diversos questionamentos sobre a luta pelo

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 1.766.464

reconhecimento e reexistência no território na busca por compreender a identidade como um processo em construção permanente. A concepção de identidade é entendida como instrumento no acesso às políticas públicas, garantindo autonomia étnica ao indígena pertencente ao povo Kaixana morador da Comunidade São Francisco. Neste sentido, têm-se como objetivo, compreender a produção identitária na (re)construção do território dos indígenas Kaixanas na Comunidade São Francisco, Tonantins (AM). Com base na coleta de dados será realizada a descrição do processo de auto identificação do grupo indígena Kaixana como referência de identidade étnica/territorial, discorrendo sobre o processo da construção histórica da identidade do sujeito em pesquisa. Serão discutidas informações referentes ao acesso às políticas públicas, como saúde, educação, assistência social e suas relações socioculturais por meio da auto identificação no processo de territorialização. Propõem-se nessa pesquisa, analisar as relações dos indígenas em demonstrarem as desigualdades que ocorrem na produção e ocupação do espaço, na medida em que evidência a condição de submissão aos poderes públicos. Com isso, a contribuição da teoria proporcionará subsídios, considerando, sobretudo, que o primeiro contato é com as leituras bibliográficas e documentos sobre a localidade, na medida em que, depois segue-se, para a pesquisa de campo considerando que o conhecimento é construído mediante as diversas situações num espaço vivido. Com isso aborda-se nesta pesquisa a discussão entre território e identidade como elementos de compreensão da problemática na abordagem dos conceitos utilizados, que servirão de base para análises referente à consciência histórica e territorial, sobretudo quanto à aplicação da construção identitária por meio do território de convivência dos indígenas. Discute-se abordagens sobre o grupo étnico Kaixana em Tonantins, partindo de informações por meio da construção histórica da comunidade e seus elementos socioculturais como atividades tradicionais e os aspectos socioeconômicos da Comunidade São Francisco; realiza-se também uma análise no que diz respeito à representação do território no modo de vida dos Kaixana e no contexto de seus aspectos sociolinguísticos na dimensão local e suas práticas socioculturais na comunidade. Será abordado os aspectos gerais da área de estudo e os caminhos metodológicos para obter informações relevantes e trilhar caminhos metodológicos favoráveis. A pesquisa será dividida em quatro seções, além, da introdução e das considerações finais. Na seção; Os indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins, Tonantins (AM), propõe-se abordar a historicidade dos Kaixana tendo como base a identidade étnica, enfatizando os principais conceitos e características desse seguimento. Na seção; Território e identidade: notas e reflexões teóricas aborda-se a relação do território e identidade como base para a demarcação territorial e condição para o acesso às políticas públicas aos Kaixanas. Na

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 1.766.464

seção; Comunidade São Francisco: elementos subjetivos e objetivos na construção da identidade e os aspectos materiais e imateriais. Enfatizando (religiosidade, tradição, valores e costumes). Na seção; Atividades laborais exercida na Comunidade São Francisco de Tonantins. Propõe-se compreender as principais atividades laborais desenvolvidas pelos moradores da comunidade tanto os indígenas como não indígenas. Destacando os autores. A pesquisa apresentará discussões dos resultados de acordo com os dados coletados em campo, na medida em que serão tratadas as interpretações coletadas no sentido de proporcionar uma análise sobre os elementos manifestados ao longo da realização da pesquisa.

HIPÓTESE

A pesquisa torna-se relevante para a compreensão da relação dos indígenas com o espaço geográfico e também suas manifestações (crenças, hábitos, valores etc), e através deste estabelecer a análise da construção identitária dos Kaixana. Assim como, desvelar os conflitos existentes na área em estudo tais como: disputa pelo domínio e apropriação território, a auto identificação dos Kaixanas da Comunidade São Francisco. Assim, torna-se fundamental o desenvolvimento da pesquisa, por se tratar da construção da identidade para exercer a apropriação do território, pois a mesma permitirá verificar o território como referência de identidade e a acessibilidade dos indígenas por meio das políticas públicas. Com a contribuição da pesquisa, busca-se sistematizar o modo de vida dos indígenas Kaixana (empíria) com as contribuições teóricas e metodológicas sobre o uso do território. Esta pesquisa busca identificar a influência do espaço geográfico com ênfase no território e na afirmação da identidade sociocultural e sua contribuição no acesso as políticas públicas, destacando a importância da valorização da identidade indígena da etnia Kaixana. Com isso, pretende-se contribuir para futuras pesquisas e trabalhos científicos.

METODOLOGIA

O método se reduz a um conjunto de regras que por si só garantem a obtenção dos resultados desejados. "Ele se identifica como técnica, supostamente válida para a utilização nos mais diversos domínios da ciência, que é assim considerada unicamente nos seus aspectos substantivos". Nesse sentido, o método dará suporte à pesquisa através do embasamento teórico, pois, é com base na escolha do método que será desenvolvido o referencial teórico de acordo com os autores que abordam a temática. o método é como parte de um corpo teórico integrado, em que ele envolve as técnicas, dando-lhes sua razão, perguntando-lhes sobre as possibilidades e as limitações que

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 1.766.464

trazem ou podem trazer às teorias a que servem, no trabalho sobre o seu objeto. O debate sobre o método tem feito parte da trajetória acadêmica, desde o início da formação do pesquisador. Com isso, têm-se como método da pesquisa o materialismo histórico e dialético que servirá de suporte para o desenvolvimento da pesquisa através de observações do real, histórico e racional do objeto de pesquisa baseando-se na categoria do espaço e território como elo para a compreensão dos elementos sociais do grupo indígena Kaixana. O materialismo histórico e dialético é o método que permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento. A primeira etapa deste método é, pois, a busca dos elementos essenciais comuns que estruturam o real [...]. Desta maneira, pretende-se afirmar o sujeito com o conhecimento historicamente determinado e contextualizado socialmente para assim compreendê-los em seus aspectos fundamentais e sua estruturação social. Com isso, o que definirá a opção metodológica é, na verdade, a problemática da pesquisa, ela apontará as fontes que deverão ser acionadas e indica quais metodologias deve-se empregar para ter acesso às fontes. A metodologia é o ato de explanar os passos a serem seguidos para que se cheguem às respostas propostas pelo objetivo diante da problematização. É nessa etapa que o pesquisador delimita onde e como será desenvolvida a pesquisa, e ainda indica como e quais ferramentas serão utilizadas para se chegar as respostas. Para atingir os objetivos propostos pela pesquisa serão realizadas: pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo, estas serão trabalhadas simultaneamente, porém, será explanada a contribuição de cada uma delas para o desenvolvimento da pesquisa. Com isso, a metodologias qualitativas e quantitativas subsidiarão a sistematização e interpretação dos dados coletados tanto na pesquisa de campo, quanto na pesquisa documental. Assim, ela se estruturará a partir de consulta em fontes bibliográficas, visando identificar os autores que abordam a temática, com o intuito de construir um arcabouço teórico para subsidiar a leitura e interpretação do fenômeno em análise. Baseia-se também nas pesquisas em fontes secundárias, tais como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Organização dos Indígenas Kaixana em Tonantins (OPIKT). Será utilizada a observação participante, entrevista semiestruturadas, questionários, (anexo A e B) diário de campo, registros fotográficos no sentido de apreender o cotidiano do espaço de vida dos indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco. Com o objetivo de coletar dados e informações relevante à pesquisa. Os sujeitos que participarão das entrevistas, questionários e registro fotográficos são os que concordarem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

DESFECHO PRIMÁRIO

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 1.766.464

Pesquisa teórica; Pesquisa documental; Pesquisa de campo: Caracterização da área de pesquisa, reuniões para esclarecer o percurso da pesquisa, O presente trabalho vinculará ao modo de vida e aos comportamentos socioculturais dos indígenas em área ocupada. Dando-lhes um enfoque geográfico do exercício de referências culturais, no processo de produção de identidade espacial pelos grupos em conflitos, repercutindo em leituras necessárias nas abordagens geográficas. Reforça-se aqui a questão da abordagem espacial que o discurso científico da Geografia possui como elemento fundamental para sua maior divulgação social frente ao conceito de território, o que justifica, diante de um tema polêmico como este, que mobiliza a sociedade do Amazonas, um estudo geográfico que incorpore referências e enfoques inovadores como cultura e identidade territorial.

DESFECHO SECUNDÁRIO

Baseando-se nesta proposta será elaborado um roteiro com bases metodológicas, observação, entrevistas, questionários e diário de campo os quais também serão seguidos para o desenvolvimento desta pesquisa. Após a aquisição dos dados em campo os mesmos serão sistematizados, organizados em quadros, tabelas e gráficos. Intuindo uma melhor compreensão dos dados, junto as análises realizadas em campo. De cada episódio para a avaliação e correlação das informações. E por fim a elaboração do texto final.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

Compreender a produção identitária na construção do território dos indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco, Tonantins (AM).

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- Conhecer o processo da construção histórica e geográfica dos indígenas Kaixanas, destacando o comportamento sociocultural, econômico e organizacional da Comunidade São Francisco;
- verificar e discutir o processo de demarcação territorial da Comunidade São Francisco através do Decreto nº1775, de 08 de Janeiro de 1996;
- Compreender a identidade indígena como condição para o acesso às políticas públicas (educação, saúde e assistência social) e sua articulação na construção histórica e identitária dos indígenas Kaixanas.
- Especificar as condições e atividades laborais exercidas pelos indígenas e não indígenas na Comunidade São Francisco de Tonantins.

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 1.766.464

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Quanto aos riscos, sabe-se das dificuldades que podemos encontrar para realizar a pesquisa de campo, porém por ser moradora da Comunidade São Francisco e conhecer toda a população residente, acredita-se que não haverá problemas na coleta de dados. Vale ressaltar que a Comunidade encontra-se em uma dinâmica de área urbana de aproximadamente 3 mil habitantes e dentre esses há indígenas e não indígenas. A Comunidade São Francisco de Tonantins não é área demarcada e nem reconhecida como terra indígena, porém encontra-se em estudos e análise pela FUNAI. Nesse sentido, entende-se que a pesquisadora terá os devidos cuidados na aplicação da pesquisa de campo, comprometendo-se em:

1. Respeitar os usos e tradições indígenas e abster-me de proceder a exigências constrangedoras excessivas ou abusivas para com os indígenas, submetendo-me às disposições da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 6.001 de 1973 - Estatuto do Índio, da Portaria nº 177/PRES/FUNAI de 2006 e da Lei nº 9.610 de 1998;
2. Não veicular qualquer informação ou adotar procedimento que atente contra a autonomia, a honra e a dignidade individual ou coletiva dos povos indígenas envolvidos, que promova visões preconceituosas ou estereotipadas sobre esses povos ou que estimule o ódio, a intolerância ou o etnocentrismo;
3. Utilizar os registros fotográficos, sonoros e audiovisuais exclusivamente para fins do projeto de pesquisa intitulado "TERRITÓRIO E IDENTIDADE: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM)";
4. Não fazer nenhum uso do material coletado para além dos objetivos anuídos pelos indígenas retratados, em conformidade com o Processo FUNAI nº 08620.073144/2015-84;
5. Remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas - AAEP/FUNAI, em duas vias, monografia, relatórios, artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas da pesquisa ou do projeto;
6. Remeter à FUNAI documento original de Termo de Licença de Uso de Imagem firmado com os indígenas retratados ou seus representantes, durante o período autorizado pela FUNAI para o ingresso em terra indígena.

BENEFÍCIOS

Sabe-se que cada pesquisa tem sua relevância no âmbito acadêmico, para tanto, a proposta vem contribuir por meio da divulgação da cultura e crença do grupo Kaixana valorando seus aspectos

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 1.766.464

socioculturais (hábitos e costumes), que são poucos conhecidos. Há, portanto, uma dificuldade em encontrar bibliografias referentes a esse grupo, com isso acredita-se ser benéfico para o grupo, assim como para o universo acadêmico. Não terá nenhum retorno financeira pela participação na pesquisa, tendo como benefício a divulgação de sua cultura que por meio deste procura valoriza-la destacando as crenças, hábitos, religiosidade. Assim, torna-se fundamental o desenvolvimento da pesquisa, por se tratar da construção da identidade para exercer a apropriação do território, pois a mesma permitirá verificar o território como referência de identidade e a acessibilidade dos indígenas por meio das políticas públicas. Com a contribuição da pesquisa, busca-se sistematizar o modo de vida dos indígenas Kaixana (empíria) com as contribuições teóricas e metodológicas sobre o uso do território.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Respostas ao Parecer Consubstanciado CONEP 1.580.513:

1.Quanto ao "TCLE_II.doc":

1.1. Solicita-se informar como se pretende divulgar os benefícios resultantes da pesquisa para a comunidade, de forma a garantir o retorno social para os participantes da pesquisa (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens III.1.I, III.1.n).

RESPOSTA: Sabe-se que, cada pesquisa tem sua relevância no âmbito acadêmico, para tanto, pretende-se divulgar o retorno social aos participantes por meio da divulgação do resultado final destacando a cultura e crença do grupo Kaixana valorando seus aspectos socioculturais (hábitos e costumes), que são poucos conhecidos em nível nacional. A versão final da dissertação será apresentada e disponibilizada para a Comunidade São Francisco de Tonantins, garantindo um retorno social ao povo Kaixana. Pois, têm-se, dificuldades em encontrar bibliografias referentes a

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 1.766.464

esse grupo, com isso, acredita-se ser benéfico para o grupo, assim como para o universo acadêmico.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.2. Na página 2 de 4 lê-se “A pesquisa não apresentará nenhum desconforto ou qualquer tipo de risco ao participante[...]”. De acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012, item V, toda pesquisa com seres humano envolve riscos em tipos e gradações variadas. Ressalta-se ainda o item II.22 da mesma resolução que define como “Risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente”. Dessa forma, solicita-se que os riscos da pesquisa sejam expressos de forma clara no TCLE, bem como a apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa, Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.3.b.

RESPOSTA: Quanto aos riscos, sabe-se que cada pesquisa pode oferecer riscos tais como: desconforto, danos físicos, morais ou psicológicos, o pesquisador (a) compromete-se em evitar possíveis danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do pesquisado (a) da referida pesquisa. Dessa forma, salienta-se que terei cautelas com a relação pesquisador/pesquisado e as informações concedidas, evitando danos ao participante de acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.3.b. Nesse sentido, entende-se que a pesquisadora terá os devidos cuidados na aplicação da pesquisa de campo, comprometendo-se em: 1 respeitar os usos e tradições indígenas e abster-me de proceder a exigências constrangedoras excessivas ou abusivas para com os indígenas, submetendo-me às disposições da Constituição Federal de 1988 da Lei Federal nº 6.001 de 1973 - Estatuto do Índio, da Portaria nº 177/PRES/FUNAI de 2006 e da Lei nº 9.610 de 1998; 2 não veicular qualquer informação ou adotar procedimento que atente contra a autonomia, a honra e a dignidade individual ou coletiva dos povos indígenas envolvidos, que promova visões preconceituosas ou estereotipadas sobre esses povos ou que estimule o ódio, a intolerância ou o etnocentrismo; 3 utilizar os registros fotográficos, sonoros e audiovisuais exclusivamente para fins do projeto de pesquisa intitulado “TERRITÓRIO E IDENTIDADE: indígenas Kaixana na Comunidade São Francisco de Tonantins/Tonantins (AM) ”; 4 não fazer nenhum uso do material coletado para além dos objetivos anuídos pelos indígenas retratados, em conformidade com o Processo Funai nº 08620.073144/2015-84; 5 remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas - AAEP/FUNAI, em duas vias, monografia, relatórios, artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas da pesquisa ou do projeto; 6 remeter à FUNAI

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 1.766.464

documento original de Termo de Licença de Uso de Imagem firmado com os indígenas retratados ou seus representantes, durante o período autorizado pela Funai para o ingresso em terra indígena.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.3. Na página 2 de 4 lê-se: “É importante salientar que a pesquisa poderá divulgar ou não o nome do participante quando for de interesse da mesma e quando não houver objeção[...]”. Considerando que o participante da pesquisa tem direito ao sigilo e à confidencialidade das informações prestadas, deve constar no TCLE que estas serão asseguradas, e que as informações obtidas serão utilizadas somente conforme os objetivos propostos pela pesquisa, ocorrendo a revelação da identidade dos participantes somente conforme o seu consentimento (Norma operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.4.7).

RESPOSTA: É importante salientar que a pesquisa só divulgará o nome do participante quando for de interesse e consentimento do mesmo, podendo em qualquer momento negar a divulgação de sua identidade tendo o total direito ao sigilo e à confidencialidade das informações prestadas. Dessa forma, as informações serão utilizadas exclusivamente para a proposta de pesquisa de acordo com os objetivos da pesquisa.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.4. Além do telefone, solicita-se que seja incluída no TCLE uma breve descrição do que é o Comitê de Ética, qual sua função no estudo, seu endereço, horário de funcionamento.

RESPOSTA: O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com munus público, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, no âmbito de suas atribuições, criado para proteger o bem estar dos/das participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, no telefone (62)3521-1215. O qual é responsável pela avaliação das pesquisas que envolvam seres humanos, dessa forma o Comitê de Ética em Pesquisa analisa as liberações para a pesquisa de campo. Horário de funcionamento das 08:00 hs às 12:00hs e das 14:00hs às 16:00hs. Endereço: Bairro: Campus Samambaia CEP 74.001-970 Telefone: (62)3521-1215 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com. Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131 Campus Samambaia UF: GO Município: GOIÂNIA.

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 1.766.464

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.5. De forma a garantir sua integridade, o documento deve apresentar a numeração das páginas. Solicita-se que esta seja inserida de forma a indicar, também, o número total de páginas, por exemplo: 1 de 2; 2 de 2. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: No TCLE, já foi adequado ao número de páginas conforme solicitado.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.6. Não consta a garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo e a garantia de indenização em caso de danos decorrentes da participação no estudo. Deve ser garantido ao participante de pesquisa e a seu acompanhante, quando necessário, o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte e alimentação nos dias em que for necessária sua presença para participação no estudo. Ressalta-se que o participante sempre tem direito à indenização por danos relacionados à pesquisa, conforme itens II.7, IV.3.h e V.7 da Resolução CNS nº 466 de 2012. Assim sendo, solicita-se que a garantia de ressarcimento e de indenização sejam apresentadas de modo claro e afirmativo (Resolução CNS nº 466 de 2012, itens II.21 e IV.3.g).

RESPOSTA: A pesquisadora é responsável pela garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo e a garantia de indenização em caso de danos decorrentes da participação no estudo. Fica estabelecido também, o ressarcimento de despesas dos participantes e de seus acompanhantes na participação da pesquisa, tais como: transporte e alimentação nos dias em que for necessária sua presença para participação no estudo. Ressalta-se que o participante sempre tem direito à indenização por danos relacionados à pesquisa, conforme itens II.7, IV.3.h e V.7 da Resolução CNS nº 466 de 2012.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. Quanto aos documentos anexados na Plataforma Brasil:

2.1. O Termo de Compromisso não está assinado pelos pesquisadores. Solicita-se que seja feita submissão do documento na Plataforma Brasil assinado pelo orientador da Dissertação de Mestrado e pela pesquisadora.

RESPOSTA: Segue em anexo o Termo de Compromisso assinado pelo orientador da Dissertação de Mestrado e pela pesquisadora (em documento word).

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

Continuação do Parecer: 1.766.464

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.2. O documento "Termo_FUNAI.docx" não está assinado pela pesquisadora. Solicita-se que seja submetido na Plataforma Brasil o documento assinado.

RESPOSTA: Segue em anexo o Termo Funai assinado pela pesquisadora (em documento word).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.3. O documento intitulado "DECLA_CEP.doc" não está assinado nem pelo orientador nem pela pesquisadora. Solicita-se que o documento seja submetido na Plataforma Brasil com a assinatura de ambos.

RESPOSTA: "DECLA_CEP.doc" segue em anexo com assinatura digital da pesquisadora e orientador da pesquisa (em documento word).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.4. O documento intitulado "CARTA_CEP.docx" não está assinado pelo orientador do Mestrado nem pela pesquisadora. Solicita-se que o documento seja submetido na Plataforma Brasil com a assinatura de ambos.

RESPOSTA: A "CARTA_CEP.docx" segue em anexo com assinatura digital da pesquisadora e do orientador da pesquisa (em documento word).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA. Conforme documento intitulado "DECLA_CEP.doc".

2.5. O documento intitulado "FUNAI.docx" é um e-mail, mas não há qualquer confirmação no arquivo postado a este respeito, comprovando que o documento seja uma resposta da FUNAI para a pesquisadora. Solicita-se a submissão de documento que evidencie que é uma troca de correspondência entre a pesquisadora e a FUNAI.

RESPOSTA: O documento "FUNAI.docx" segue com assinatura digital da pesquisadora (documento word, o documento pdf é o e-mail salvo enviado pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI), recebido junto com o número de protocolo de entrada em terra indígena, porém a FUNAI aguarda liberação da CONEP para agilizar o processo de entrada na área, os mesmos em ligação telefônica já entraram em contato com a coordenação regional "Alto Solimões" os quais estão no aguardo do parecer final.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 1.766.464

2.6. Se os dados a serem levantados pela pesquisa forem públicos, fica dispensado qualquer tipo de autorização. No entanto, se estes estiverem sob a responsabilidade da FUNAI e/ou outros órgãos (que não públicos), faz-se necessário uma autorização oficial dos referidos.

RESPOSTA: O caminho metodológico percorrerá o seguinte passo: pesquisa de campo (entrevistas e questionários após a liberação da CONEP-FUNAI) nos quais serão coletados dados quantitativos que posteriormente serão tabulados em gráficos e tabelas, a história oral na qual será obtidas cópias gravadas das conversas que posteriormente serão transcritas e registro fotográfico que poderão ser usadas na pesquisa. Será coletado também, informações nos sites da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, do Conselho Indigenista Missionário-CIMI e da Comissão Pastoral da Terra -CPT (informações disponibilizadas ao público).

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3. Quanto às informações do documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_631220.pdf":

3.1. A pesquisadora não informa CRITÉRIOS DE INCLUSÃO e CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO. Solicita-se informar estes critérios.

RESPOSTA: No primeiro momento será realizada uma visita exploratória para aproximação com os indígenas Kaixana e dessa forma identificar quais moradores são indígenas Kaixana, ou seja, quais moradores que se auto identificam da etnia Kaixana. Uma vez identificados os indígenas Kaixana iremos selecioná-los por meio do critério de inclusão do quantitativo que recebem bolsa família e o critério de exclusão os indígenas que não recebem o benefício bolsa família levando em consideração a dimensão territorial do local da pesquisa.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

3.2. A pesquisadora informa um número de 50 participantes na pesquisa (na Plataforma Brasil e na Folha de Rosto), no entanto, no TCLE é citado um universo de 40 famílias, o que excede o universo de 50 participantes. Solicitam-se esclarecimentos e caso necessário, adequação.

RESPOSTA: Buscaremos coletar amostragem nas diferentes localidades da Comunidade. Com estes critérios entrevistaremos 50 pessoas, serão aplicados também 50 questionários (as mesmas pessoas que forem entrevistadas será aplicado o questionário) no total que corresponde a 28% do total de indígenas da Comunidade e esse percentual nos permitirá chegar ao objetivo almejado.

"PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_631220.pdf":

A Brochura da Pesquisa foi adequada as orientações de correção gramatical e organização das

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 1.766.464

ideias do projeto. Assim como o cronograma da pesquisa de campo foi adequado conforme os pareceres liberados. Portanto, aguardo a apreciação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/ CONEP) e FUNAI para iniciar a pesquisa de campo no intuito de obter os dados necessários para o desenvolvimento da proposta de pesquisa.

No projeto de pesquisa foi adequado as orientações tais como:

1-Introdução; página 4, parágrafos de 1º à 8º, total de 45 linhas.

Justificativa; página 8, parágrafo 1º, total de 5 linhas.

Página 8, parágrafo 3º, total de 4 linhas.

5- Sumário Hipotético ; página 9, parágrafo 1º, total de 9 linhas.

7- Método e metodologia...; página 21, parágrafo 2º, total de 4 linhas,

7.2.2 Pesquisa de campo; página 23 a 24, parágrafo 1º ao 3º, total de 24 linhas.

Cronograma; página 28.

Dessa forma, pretenderam-se adequar as orientações solicitadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CONEP). Vale destacar, que a autorização solicitada é para a entrada em terra indígena para aplicar as entrevistas e questionários.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_631220.pdf	16/08/2016 10:28:57		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_da_Pesquisa.docx	16/08/2016 10:25:53	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	PROJETO_SUZANA.doc	16/08/2016 10:19:42	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	PROJETO_SUZANA_limpo.doc	16/08/2016	Suzana Carvalho	Aceito

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.750-521

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5878

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 1.766.464

Outros	PROJETO_SUZANA_limpo.doc	10:19:02	Lima	Aceito
Outros	FUNAI_Suzana.pdf	16/08/2016 10:18:00	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_II.docx	16/08/2016 10:14:54	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.docx	16/08/2016 10:12:10	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	DECLA_CEP.doc	16/08/2016 10:10:17	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	Termo_FUNAI.docx	16/08/2016 10:08:12	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	Termo_UFGII.docx	16/08/2016 10:07:07	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	TCLE_II.doc	16/08/2016 10:04:07	Suzana Carvalho Lima	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_limpo.doc	16/08/2016 10:03:04	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Cronograma	Cronograma_II.docx	06/07/2016 22:40:25	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	Carta_cacique.docx	16/05/2016 10:35:04	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Outros	Roteiro.doc	08/03/2016 15:21:11	Suzana Carvalho Lima	Aceito
Folha de Rosto	Folha.PDF	25/11/2015 14:29:52	Suzana Carvalho Lima	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

BRASILIA, 24 de Novembro de 2016

Assinado por:
Jorge Alves de Almeida Venancio
(Coordenador)

Endereço: SEPN 510 NORTE, BLOCO A 3º ANDAR, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.750-521
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5878 **E-mail:** conep@saude.gov.br